



Rio Grande do Norte  
Assembleia Legislativa



RELATÓRIO  
DE GESTÃO  
2022





R585 Rio Grande do Norte. Assembleia Legislativa.

Relatório de Gestão : 2022. - 4. ed. - Natal : Caule de Papiro, 2023.

166 p.: il.

ISBN 978-65-5477-032-3

1.Rio Grande do Norte. Assembleia Legislativa - Relatório (2022). I. Título.

CDU: 342.53"2021"(813.2)(055)

# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

## MESA DIRETORA

Dep. Ezequiel Ferreira (PSDB)  
**PRESIDENTE**

Dep. Tomba Farias (PSDB)  
**PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE**

Dep. George Soares (PV)  
**SEGUNDO VICE-PRESIDENTE**

Dep. Kleber Rodrigues (PSDB)  
**PRIMEIRO SECRETÁRIO**

Dep. Gustavo Carvalho (PSDB)  
**SEGUNDO SECRETÁRIO**

Dep. Isolda Dantas (PT)  
**TERCEIRO SECRETÁRIO**

Dep. Adjuto Dias (MDB)  
**QUARTO SECRETÁRIO**

## 63ª LEGISLATURA

Dep. Adjuto Dias – MDB  
Dep. Coronel Azevedo – PL  
Dep. Cristiane Dantas – SDD  
Dep. Divaneide Basílio – PT  
Dep. Dr. Bernardo – PSDB  
Dep. Dr. Kerginaldo – PSDB  
Dep. Eudiane Macedo – PV  
Dep. Ezequiel Ferreira – PSDB  
Dep. Francisco do PT – PT  
Dep. Galeno Torquato – PSDB  
Dep. George Soares – PV  
Dep. Gustavo Carvalho – PSDB

Dep. Hermano Moraes – PV  
Dep. Isolda Dantas – PT  
Dep. Ivanilson Oliveira – União Brasil  
Dep. José Dias – PSDB  
Dep. Kleber Rodrigues – PSDB  
Dep. Luiz Eduardo – Solidariedade  
Dep. Neilton Diógenes – PL  
Dep. Nelter Queiroz – PSDB  
Dep. Taveira Júnior – União Brasil  
Dep. Terezinha Maia – PL  
Dep. Tomba Farias – PSDB  
Dep. Ubaldo Fernandes – PSDB

## FICHA TÉCNICA

### **Comissão Especial do Relatório de Gestão:**

Leonardo dos Santos Araujo (Presidente), Allyson Kellnon Nóbrega de Carvalho, Américo Maia, Bianca de Souza Saldanha e Gustavo Pinheiro Torquato

### **Projeto Gráfico, Diagramação e Artes:**

Gustavo Pinheiro Torquato e Leonardo dos Santos Araujo

### **Revisão do Conteúdo:**

Marília Araújo Rocha

## Contexto Organizacional

### **Visão Geral da Instituição**

Luciana Targino de Almeida Cardoso e Gustavo de Lima Brito

### **Planejamento Estratégico 2020-2023 – Monitoramento da Estratégia 2022**

Luciana Targino de Almeida Cardoso

Américo Maia, Ilany Maciel Morais da Silva, Renata Medeiros de Sousa Campos Gadelha, Roselie Paiva de Albuquerque e Túlio Limeira Barreto da Silveira

## Resultados da Gestão

### **Destaques de Gestão**

Conteúdo: Allyson Kellnon Nóbrega de Carvalho, Américo Maia, Bianca de Souza Saldanha, Gustavo Pinheiro Torquato e Leonardo dos Santos Araujo

Fotos: Eduardo Maia e João Gilberto

### **Presidência**

Ezequiel Ferreira de Souza

Fernando José Silva Maia

### **Gabinete da Presidência**

Isaías de Medeiros Cabral

Fernando José Silva Maia

### **Diretoria-Geral da Presidência**

Fernando Dantas de Rezende Filho

Bianca de Souza Saldanha

### **Escola da Assembleia**

José Bezerra Marinho Júnior

Igor Moreira Aguiar dos Santos, Leandro Menezes dos Santos e Kássia Kamilla de Moura

### **Diretoria de Comunicação Institucional**

Marília Araújo Rocha

Alexandre Ferreira Mulatinho, Francisco Canindé Claudino, Gerlane Oliveira de Lima e Priscilla Azevedo Barnabé

**Diretoria de Representação Institucional**

Rodrigo Rafael de Souza

Alexandre Filgueira Sousa e Silva e Isabella Moura Bezerra

**Gabinete de Segurança Institucional**

Agnaldo Pires Filho

Marcos Alexandre de Araújo Tavares

**Coordenadoria de Relações Públicas**

Juliana de Assis França Marinho

Suzan Bezerra Dantas Montenegro

**Ouvidoria**

Josoniel Fonsêca da Silva

Fernanda Moraes Lievore e Kristine May Shelmam Rosado Amaral

**Controladoria**

Sergio Augusto Teixeira de Carvalho

Johannes Dantas Farias Guerra e Nayara Cristina da Costa Ferreira

**Procuradoria-Geral**

Sérgio Eduardo da Costa Freire

Antônio Carneiro de Souza Júnior, Cesar Augusto da Costa Rocha, Cláudia Cristina Veras Brito, Cleo Vieira Pereira, Juliana Fagundes de Souza Pinheiro Pereira, Klebet Cavalcanti Carvalho, Lucas Duarte de Medeiros e Renato Morais Guerra.

**Procuradoria Administrativa**

Rejane Castro da Silveira Ferreira

Adriana Antunes Torres Marinho, Thiago Kerensky de Moraes Couto, Aldrei Lourdes de Souza Oliveira, Ângilo Coelho de Sousa, Bárbara Thayna Rodrigues Cipriano, Flávio Henrique Mello Meira de Medeiros, Gustavo Alexandre Muniz Costa, Raphael Gurgel Marinho Fernandes

**Procuradoria Legislativa**

Washington Alves de Fontes e Cesar Augusto da Costa Rocha

Maria Heloisa de Oliveira Matos, Sandra Negócio e Matheus Abdon Meirelles

**Procuradoria Previdenciária**

Cleo Vieira Pereira

**Diretoria-Geral**

Augusto Carlos Garcia de Viveiros

Américo Maia, Iana Gusmão Ferraz de Araújo, Ilany Maciel Morais da Silva, Kecilene Pereira Cortez, Maria Tereza de Albuquerque Gondim, Samara Andreia Lima da Costa Mainel e Roselie Paiva de Albuquerque

## FICHA TÉCNICA

### **Diretoria Administrativa e Financeira**

Pedro Barbosa Cascudo Rodrigues  
Leonardo dos Santos Araujo e Maria Eleonora Lopes D. Albuquerque Castim

### **Diretoria de Gestão Tecnológica**

Mário Sérgio de Oliveira Gurgel  
Gustavo Pinheiro Torquato e Saulo Cantalice Moreira

### **Diretoria de Políticas Complementares**

Ricardo Luiz Medeiros da Fonseca

### **Diretoria Legislativa**

Tatiana Mendes Cunha  
Amanda Alves Miranda de Souza e Sâmya Aby Faraj Linhares Bastos

## Áreas Específicas de Gestão

### **Gestão de Pessoas**

Thyago Cortez do Carmo Carvalho  
Ilana Ursulino Ribeiro, Lívia Pereira Alves Sousa de Medeiros, Raphaele das Dores Silva Brites, Stephanie Rocha Tinoco de Albuquerque, Zailton Tavares de Oliveira e Zeldá Batista de Araújo

### **Gestão de Capacitações e Qualificações**

José Bezerra Marinho Júnior  
Igor Moreira Aguiar dos Santos, Leandro Menezes dos Santos e Kássia Kamilla de Moura

### **Gestão de Tecnologia da Informação**

Mário Sérgio de Oliveira Gurgel  
Gustavo Pinheiro Torquato e Saulo Cantalice Moreira

### **Gestão de Saúde e Bem-Estar**

Luís Gonzaga Abrantes Alves, Camila Alves dos Santos e Josimeire Kalina Peixoto da Silva

### **Gestão de Infraestrutura e Apoio Logístico**

Giuseppe Rosado Diógenes Paiva  
Allyson Kellnon Nóbrega de Carvalho, André Luiz Galvão e Silva, Joana D'arc Rodrigues da Silva

### **Gestão de Compras e Patrimônio**

Suely Rodrigues Nóbrega Pimentel  
Cristiano Machado, Eduarda China Salustino, Flávio Fernandes do Nascimento, Luciana Marinho, Mariana Teixeira da Cunha, Priscilla Queiroga, Thiago Antunes Bezerra, Thiago Rogério de Melo Jácome e Wanderley Alves de Moura

### **Gestão de Remuneração de Benefícios**

Vinício Almeida de Medeiros  
Geiely Rodrigues da Fonsêca e Sidney de Macedo Alves

**Gestão Orçamentária, Financeira, Contábil e Fiscal**

Maria Selma Menezes da Costa

Daniel de Oliveira Montenegro, Danilo José Silva Gesteira, Diego Hugo Dantas Cavalcante e Terezinha Germano Oliveira Câmara

**Relacionamento com a Sociedade**

Marília Rocha, Alexandre Ferreira Mulatinho, Gerlane Oliveira de Lima, Francisco Canindé Claudino, Priscilla Azevedo Barnabé, José Bezerra Marinho Júnior, Igor Moreira Aguiar dos Santos, Leandro Menezes dos Santos e Kássia Kamilla de Moura, Karina Silveira Silva, Ana Paula Jácome do Monte, Marcella Simonetti Marinho de Farias, Janinne Angélica Fernandes de Paiva, Rafael de Medeiros Mariz, Raffael Lucena Pires, José de Oliveira, Daniel Henrique Pereira da Câmara, Luís Gonzaga Abrantes Alves, Camila Alves dos Santos, Josimeire Kalina Peixoto da Silva, Bianca de Souza Saldanha, Bruno Silva Santos, Aldeilsa Carneiro da Silva, Andréa Félix de Lima, Kercia Michelle Tavares Marcolino, Alúcio de Lacerda, Plínio Sanderson Saldanha Monte

**Sustentabilidade Ambiental**

Allyson Kellnon Nóbrega de Carvalho e Joana D'Arc Rodrigues da Silva



## Palavra do Presidente

É chegada a hora da reflexão. Durante o ano de 2022, materializou-se no Rio Grande do Norte uma conjugação de oportunidades inéditas para a construção do desenvolvimento socioeconômico, cuja transformação em resultados é um dever de todos, mas, principalmente do Poder Público.

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte (ALRN) foi criadora, ou participante ativa e vigilante, de iniciativas que veem resultando na concretização dessas oportunidades.

As senhoras e os senhores Deputados, com o permanente apoio do qualificado corpo de servidores desta Casa, são decisivos para que boas palavras e boas intenções se transformem em resultados e fiquem abertos, em bases seguras, aos caminhos do futuro.

Não foram poucos os momentos em que a nossa Casa foi mediadora em negociações críticas e sensíveis, envolvendo a Sociedade Organizada, o Poder Público e a iniciativa privada. Cada Audiência Pública realizada é um marco de fortalecimento da Democracia e do respeito ao Cidadão.

Acrescente-se que, como vem acontecendo nos últimos anos, a presença da ALRN tem ido muito além da atividade parlamentar e tem chegado ao cotidiano da população, como se constata no registro dos destaques do ano de 2022.

Em sua ação, a ALRN tem a Inovação como tarefa de todos, todos os dias. Assim é que, mais uma vez, e pela terceira vez consecutiva, recebemos o prêmio concedido pela União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (UNALE), com o sistema “Legis Plenário”. O Sistema foi desenvolvido pela Diretoria de Gestão Tecnológica para gerenciar todo o procedimento de Plenário, desde o registro de presença dos parlamentares, por meio de reconhecimento facial, até a discussão e votação de matérias.

Em verdade, a ALRN tem se notabilizado pela excelência dos seus processos de Gestão. O Legis-RH, E-Legis e Legis-Vídeos atestam o êxito nos esforços de transformação digital que otimizam os sistemas legislativos e promovem a modernização da Instituição. Somos hoje referência nacional nesse campo, como atesta a consultoria prestada aos parlamentos de outros estados. Esses sistemas podem ser melhor conhecidos com a leitura deste Relatório.

Ademais, os sucessivos prêmios que a Escola da Assembleia Legislativa vem recebendo, sobretudo da Associação Brasileira de Escolas do Legislativo e de Contas (ABEL), reflete a absoluta prioridade que o Parlamento Estadual vem conferindo à Educação, dever de todos e responsabilidade dos entes Estatais. Acordos com Instituições de Ensino, no Brasil e no exterior, têm permitido o oferecimento de serviços educacionais como: capacitação profissional, especialização, mestrado, doutorado e as ações extensão, por meio dos projetos institucionais.

Com a instabilidade do presente e as luzes que iluminam o futuro ficando mais fracas, os riscos institucionais e organizacionais precisam ser avaliados e geridos com extrema competência e segurança. Para responder a essa intimação, a ALRN, por meio da Resolução n.º 56, de 08 de novembro de 2022, definiu e aprovou a sua Política de Gestão Corporativa de Riscos e, em seguida, o Plano de Gestão de Riscos para o biênio 2022-2023. Sabemos que a boa gestão de riscos aumenta a capacidade em lidar com incertezas, otimiza a utilização de recursos e traz significativas melhorias aos processos de trabalho.

Em face aos novos e cada vez maiores desafios que se apresentam a nenhum de nós é dado o direito de dizer “dever cumprido”. Assim como a sociedade é um processo em permanente construção e transformação, a ALRN, organismo vivo à serviço da população que representa, precisa se reinventar permanentemente. O dever de cada um se renova e se redimensiona a cada momento.

Vamos juntos construir o nosso futuro, pedindo as bênçãos e a ajuda de Deus, mas sabendo que o trabalho de Deus, aqui na terra, é nosso próprio trabalho.

Ezequiel Ferreira

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte





## Sumário

### Contexto Organizacional 13

Visão Geral da Instituição	14
Planejamento Estratégico 2020-2023	19

### Resultados da Gestão 33

Palavra do Diretor-Geral	34
Destaques da Gestão	36
Resultados das Unidades Administrativas	46
Presidência	46
Ouvidoria	60
Controladoria	61
Procuradoria-Geral	62
Diretoria-Geral	71
Diretoria Legislativa	82

### Áreas Específicas de Gestão 89

Gestão de Pessoas	90
Gestão de Capacitações e Qualificações	98
Gestão de Saúde e Bem-Estar	102
Gestão de Tecnologia da Informação	105
Gestão de Infraestrutura e Apoio Logístico	116
Gestão de Compras e Patrimônio	124
Gestão de Remuneração e Benefícios	136
Gestão Orçamentária, Financeira, Contábil e Fiscal	138
Relacionamento com a Sociedade	149
Sustentabilidade Ambiental	161

### 62ª Legislatura 165



# CONTEXTO ORGANIZACIONAL



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
PALÁCIO JOSÉ AUGUSTO



### Visão Geral da Instituição

O Poder Legislativo Estadual, consubstanciado na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte (ALRN), está fundamentado em preceitos constitucionais e tem por missão institucional representar o povo potiguar, por intermédio de suas funções típicas de fiscalização dos atos dos demais Poderes e, principalmente, de instituição das leis à ordenação social no âmbito desse estado.

Composto por 24 parlamentares que, atualmente, exercem a representação popular da 63ª Legislatura, o Parlamento Potiguar possui vários órgãos ao desempenho das tarefas definidas no texto constitucional. Assim, conforme art. 33 da Carta Magna Estadual, são eles: Plenário, Mesa, Colégio de Líderes, Comissões, Gabinetes Parlamentares, Procuradoria Geral e outros órgãos instituídos por Resoluções.

Além dos órgãos com previsão constitucional, a Assembleia constituiu em seu regimento interno a Procuradoria Especial da Mulher e o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

A administração dos trabalhos da Casa é realizada pela Mesa. Esse órgão é definido por eleição direta dos parlamentares e é composto por: Presidência, Primeiro e Segundo Vice-Presidentes, e ainda, Primeiro, Segundo, Terceiro e Quarto Secretários.

Ao desempenho das tarefas decorrentes da representação popular, os membros do Poder Legislativo podem oferecer proposições – que podem ser normativas, fiscalizatórias ou destinadas ao requerimento de providências hábeis ao encerramento de problemas sociais. Em grande medida, essas propostas são apresentadas em Plenário, no curso das sessões ordinárias e/ou extraordinárias. No entanto, há possibilidade de oferecimento desses pleitos durante as reuniões das Comissões (Permanentes ou Temporárias).

Outrossim, sugestões e encaminhamentos podem decorrer de audiências públicas, que são eventos específicos e organizados fora do Plenário, com o escopo de se promover o debate e encaminhamentos sobre temas de relevo do Rio Grande do Norte. As audiências correspondem a uma grande ocasião para se oportunizar a participação das pessoas e/ou entidades com atuação no seguimento em discussão.

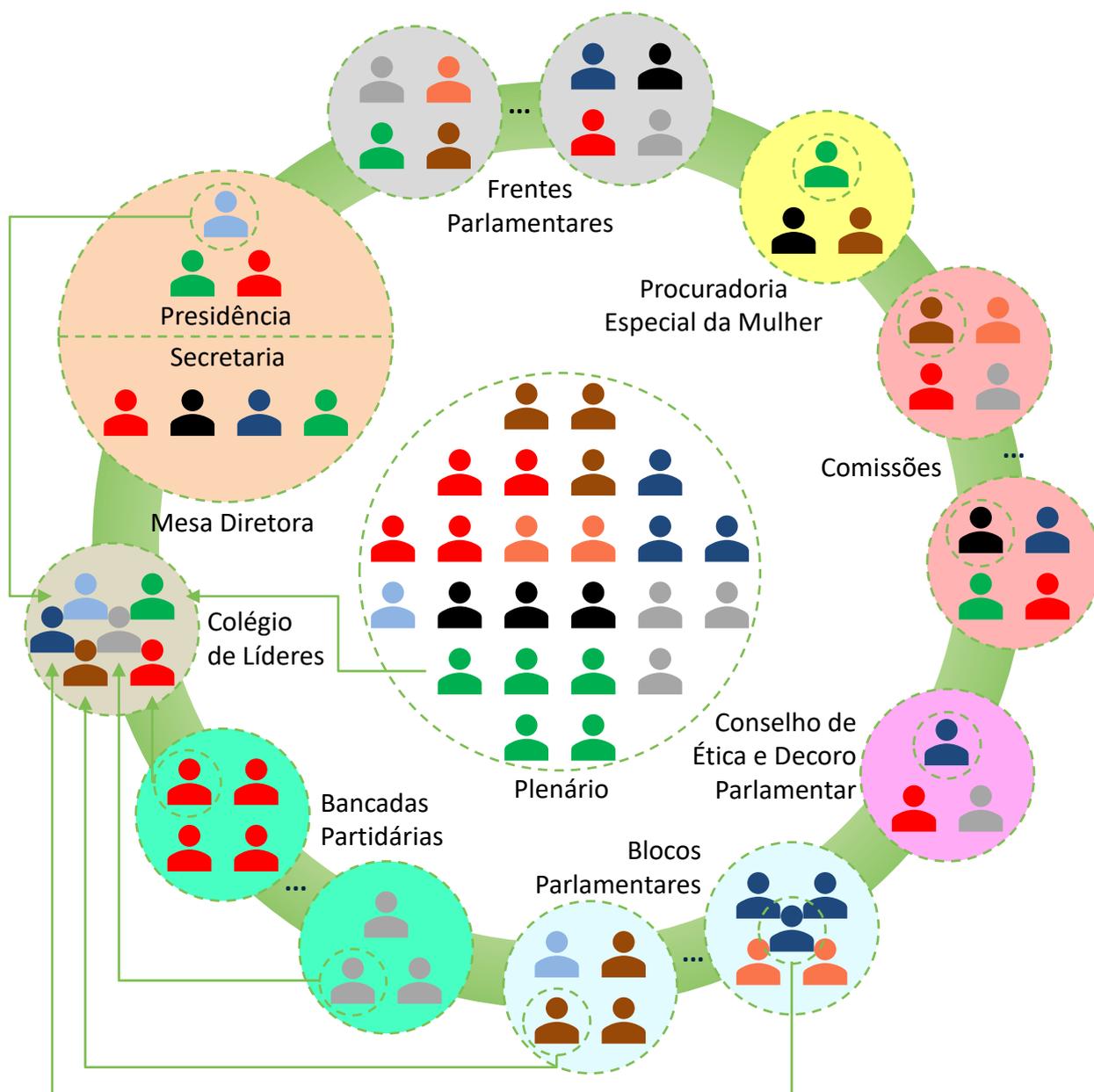
O mister constitucional de contribuir com a melhora das necessidades do população norte-rio-grandense, além de ser prestado com a instituição de políticas públicas – seja por lei de iniciativa parlamentar, seja por indicação legislativa ao Poder Público – também acontece de modo mais efusivo com a colaboração dos/das Deputados/Deputadas Estaduais na elaboração do orçamento do Estado. Com a definição de ações e metas ao anseio da vontade popular, esses/essas representantes têm assegurado um percentual das rubricas do gasto público a ser obrigatoriamente executado pelo Poder Executivo, nos termos do §§ 10 e 11 do art. 107 da Constituição desse Estado.

Ademais, os/as Deputados/Deputadas Estaduais podem se agrupar em Frentes Parlamentares no intuito de aprimorar a representação de categorias, grupos vulneráveis

ou mesmo temas que exigem o maior engajamento dos Poderes Públicos. Em outras palavras, elas são verdadeiros grupos de trabalho suprapartidário, com o objetivo de promover o aprimoramento de legislação estadual e de políticas públicas sobre determinado setor da sociedade.

A seguir, de modo sucinto, são apresentados os órgãos desta Casa.

### Organização da Atividade Parlamentar



A ALRN também abrange a estrutura para o apoio do mandato dos parlamentares e para seu funcionamento. Essa estrutura encontra-se vinculada à Mesa, sendo composta por mais de 50 unidades e corpo técnico-administrativo necessário para o desenvolvimento dos trabalhos.

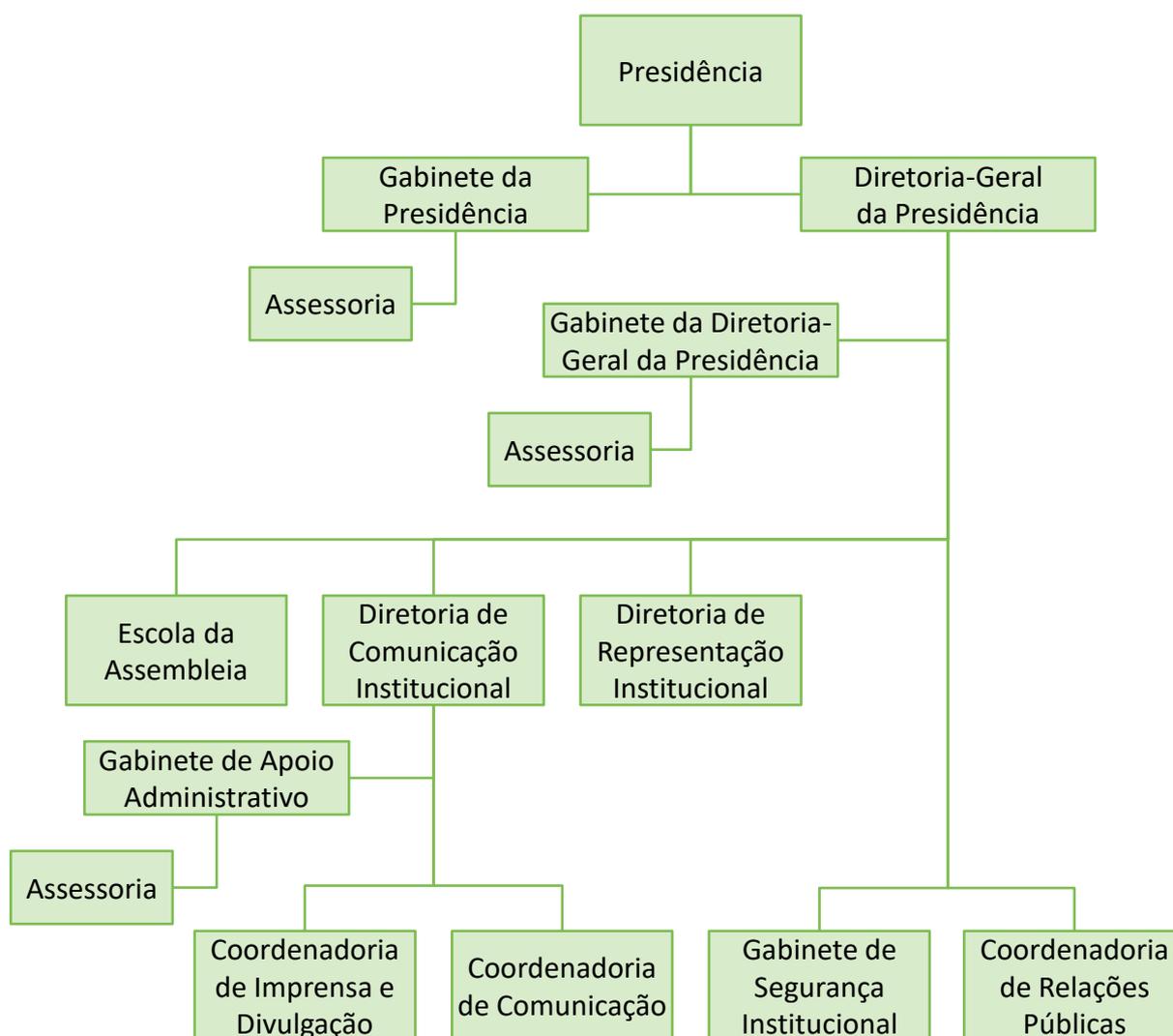
## CONTEXTO ORGANIZACIONAL

As atribuições dos servidores estão relacionadas a áreas específicas que possibilitam à ALRN alcançar seus objetivos no que se refere à prestação de serviços à população com qualidade e eficiência. Esses objetivos são logrados a partir de capacitações e qualificações, em um ambiente apropriado com zelo e transparência administrativa. Ademais, investe-se continuamente no aperfeiçoamento dos processos de trabalho e na melhoria de sua atuação com a implantação de ferramentas que tornam mais célere o desenvolvimento das ações na área legislativa.

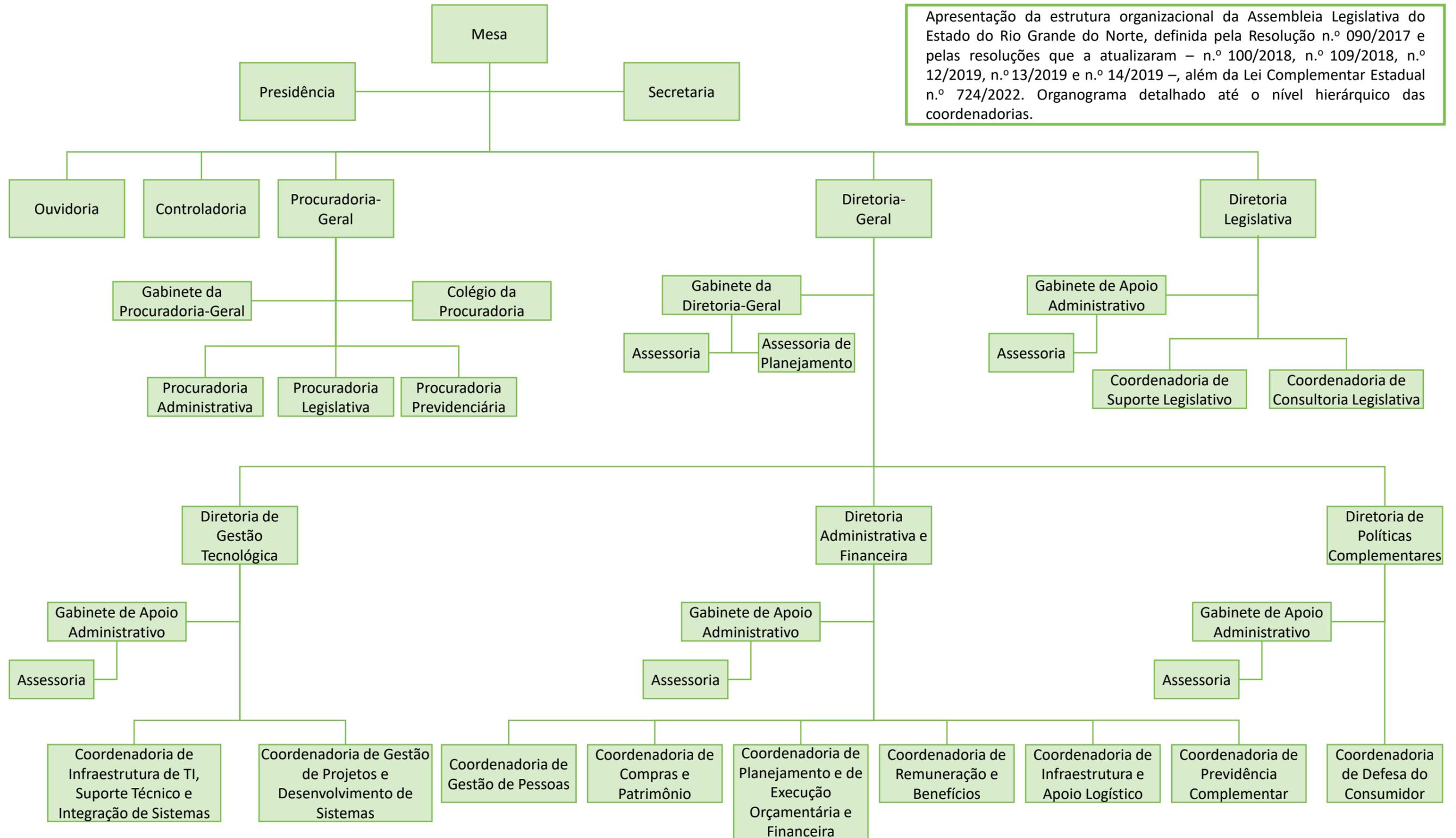
Dessa forma, para que a sociedade possa complementar a visão geral desta Casa, exposta até aqui, apresenta-se, a seguir, a sua estrutura organizacional, definida pela Resolução n.º 090/2017 e atualizada pelas Resoluções n.ºs 100/2018, 109/2018, 12/2019, 13/2019 e 14/2019, além da Lei Complementar Estadual n.º 724/2022. Inicialmente, exibe-se a **Estrutura Organizacional da Presidência**. Em sequência, é apresentada a **Estrutura Organizacional da ALRN** detalhada até o nível hierárquico das coordenadorias.

Posteriormente, apresenta-se também o Monitoramento do Ano 2022 do Planejamento Estratégico, que norteia as ações da ALRN do quadriênio 2020-2023.

### Estrutura organizacional da Presidência



# Estrutura organizacional da ALRN





## Planejamento Estratégico 2020-2023

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, por meio do Ato da Mesa n.º 2.782/2019, instituiu o Plano Estratégico para o quadriênio 2020-2023, denominado “Horizonte 2023”, baseado em práticas de governança e gestão preconizadas pelos órgãos de controle externo.

### Mapa Estratégico



Buscando cumprir sua missão e alcançar a visão para 2023, pautada nos atributos de valor para o quadriênio, conforme exposto no Mapa Estratégico, a ALRN, estabeleceu dez macrodesafios, os quais podem ser entendidos como objetivos estratégicos. Esses objetivos foram distribuídos nas dimensões “Sociedade”, “Processos Internos” e “Recursos”.

Além dos indicadores, foram estabelecidas também iniciativas estratégicas de curto, médio e longo prazo que contribuem para a consecução dos adjetivos delineados. Essas iniciativas consistem em ações, projetos e programas.

No exercício do ano de 2022, foi dada continuidade à execução do Plano, seguindo as fases de monitoramento avaliação, regulamentado pelo Ato da Mesa n.º 1285/2020. Durante o decorrer do ano, foram realizadas, pela Assessoria de Planejamento, as Reuniões da Análise da Estratégia (RAE) para apresentar ao Comitê de Governança da ALRN os resultados alcançados, na intenção de auxiliar a alta administração nas tomadas de decisão.

A seguir, são apresentados os macrodesafios e o monitoramento dos indicadores.

### Macrodesafio 1: Garantir os direitos de cidadania

Contribuição para o desenvolvimento da consciência dos direitos, deveres e valores do cidadão como ator protagonista da sociedade, por meio de ações educacionais, além do acesso a serviços públicos nas áreas de saúde, jurídica, e das atividades socioculturais, esportivas e recreativas, e ao acervo documental que mantém viva a memória institucional.

### Macrodesafio 2: Fortalecer a integração da sociedade com a Assembleia Legislativa

Incentivo à participação e acesso da sociedade nos debates de temas relevantes e/ou projetos de leis em tramitação na Casa Legislativa, aprimoramento do canal de interlocução direta com o cidadão, edição e atualização periódica da Carta de Serviços ao Cidadão, bem como o aperfeiçoamento dos serviços prestados via Internet (padrões de interoperabilidade, usabilidade e acessibilidade aplicáveis à organização).

### Macrodesafio 3: Implantar a Gestão de Processos

Identificação das partes interessadas, macroprocessos de governança, de suporte e finalísticos e suas relações de interdependência, principais insumos e valor agregado interna e externamente. Mapeamento e modelagem dos processos essenciais ou críticos, em busca de padronização, racionalização e otimização das atividades, com foco em melhoria contínua e geração de valor para a sociedade.

### Macrodesafio 4: Aprimorar a comunicação com as partes interessadas

Consolidação, manutenção e atualização contínuas dos meios comunicacionais, processos e planos correspondentes, disponibilizando atos normativos, leis, regulamentos, dados, informações, notícias de interesse dos públicos interno e externo, inclusive sobre direcionamento institucional, uso dos recursos públicos, monitoramento e avaliação e resultados obtidos, com linguagem clara e acessível e de forma alinhada entre os níveis estratégico.

**Macrodesafio 5: Modernizar a atuação parlamentar na fiscalização das políticas públicas**

Implementação de práticas, instrumentos, ferramentas, técnicas e processos inovadores de fiscalização e controle de políticas públicas e demais ações do Executivo Estadual, fortalecendo o papel do Legislativo nas funções de representar o cidadão, legislar e fiscalizar, de forma a garantir o uso racional e responsável dos recursos públicos em benefício real da sociedade.

**Macrodesafio 6: Buscar a excelência nas práticas de Governança e Gestão**

Definição da estrutura interna de governança; direcionamento institucional, monitoramento e avaliação do desempenho organizacional (por meio de reuniões periódicas de análise da estratégia); fortalecimento do sistema de controles administrativos (internos); estabelecimento dos modelos de gestão de riscos, de gestão de pessoas, de gestão de tecnologia da informação e comunicação, de gestão de contratações, de gestão da informação, de transparência, de prestação de contas e de responsabilização.

**Macrodesafio 7: Aprimorar a Gestão de Pessoas**

Planejamento estratégico de pessoas, dimensionamento da força de trabalho, avaliação do desempenho por competências, capacitação e desenvolvimento de colaboradores e gestores baseados em lacunas de competências; valorização e reconhecimento do servidor; saúde e qualidade de vida no trabalho; identificação e tratamento de riscos psicossociais no trabalho (melhoria do clima organizacional).

**Macrodesafio 8: Implementar a Governança de TIC**

Estruturação do modelo de governança de TIC; planejamento estratégico de TIC; gerenciamento de incidentes e requisições, de catálogo de serviços, de configuração e ativos, de mudanças, de continuidade dos serviços, de gestão de riscos; políticas de segurança da informação e de controle de acessos; processo de desenvolvimento de software; e provimento de soluções de TIC inovadoras e efetivas.

**Macrodesafio 9: Melhorar a infraestrutura física**

Ampliação, reforma e modernização da infraestrutura física, bem como aprimoramento da gestão patrimonial e de manutenção predial (serviços gerais, água, energia elétrica, telecomunicação, segurança, climatização, transporte e fornecimento de materiais de consumo).

**Macrodesafio 10: Aperfeiçoar a Gestão Orçamentária e Financeira**

Elaboração do Plano Anual de Contratações e instituição do Comitê Gestor Orçamentário, objetivando aperfeiçoar o planejamento na aplicação dos recursos financeiros disponibilizados para a Assembleia e buscar a excelência na gestão de custos operacionais, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais da Instituição.



## Dimensão 1: Sociedade

Abrange os resultados pretendidos pela estratégia.

### Macrodesafio 1: Garantir os direitos de cidadania

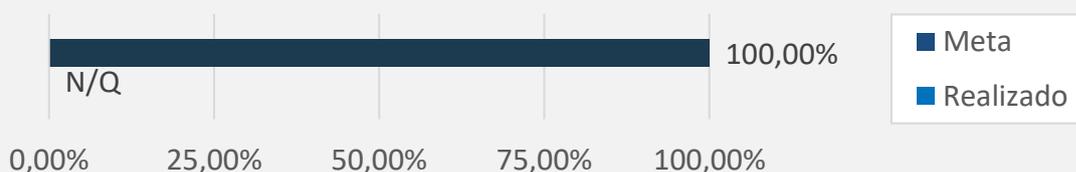
**Indicador:**

Percentual de Satisfação dos Usuários do Programa “Assembleia e Você” (SUAV)

**Unidade Responsável:**

Diretoria de Políticas Complementares

**Resultado:**



**Nota 1:** O indicador teve sua meta prejudicada porque não foram realizados eventos de cidadania devido às condutas eleitorais vedadas.

**Nota 2:** N/Q = Não quantificado.

### Macrodesafio 1: Garantir os direitos de cidadania

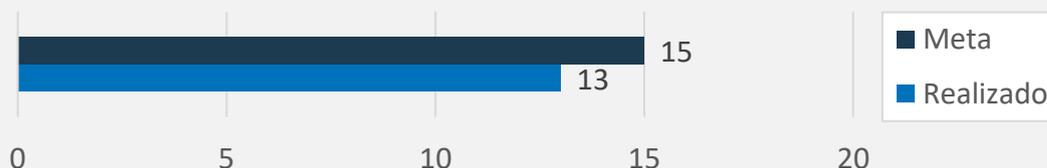
**Indicador:**

Campanhas educacionais de Saúde e Bem-estar (CSBe)

**Unidade Responsável:**

Divisão de Programas Complementares de Saúde

**Resultado:**



**Nota:** Em 2022, foram realizadas as campanhas: Campanha de Orientação Sobre Ansiedade, Campanha Descomplicando a Maternidade, Apoio Casa de Justiça, Novembro Azul, Setembro Amarelo (Luto), Ginástica Laboral, Orientações Festa do Boi, Outubro Rosa, Campanha de Controle à Hipertensão, Campanhas de Vacinação, Semana da Mulher, Programa Movimente-se, e Dia Mundial da Voz.



## Dimensão 1: Sociedade

Abrange os resultados pretendidos pela estratégia.

### Macrodesafio 1: Garantir os direitos de cidadania

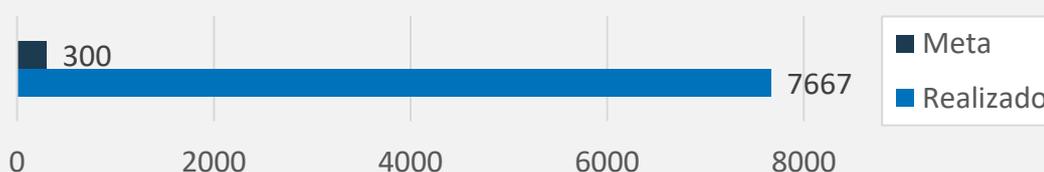
**Indicador:**

Pessoas atendidas na área de saúde e assistência social (PSAS)

**Unidade Responsável:**

Divisão de Programas Complementares de Saúde

**Resultado:**



**Nota:** 2022: Clínico Geral, 2.735, Psicologia 1.276, Enfermagem 1.249, Odontologia 1.033, Fisioterapia 310, Educação Física 303, Fonoaudiologia 279, Práticas Integrativas 224, Nutrição 201, Hipnose Terapia 51, Nefrologia 5 e Personal Trainer 1.

### Macrodesafio 2: Fortalecer a integração da sociedade com a Assembleia Legislativa

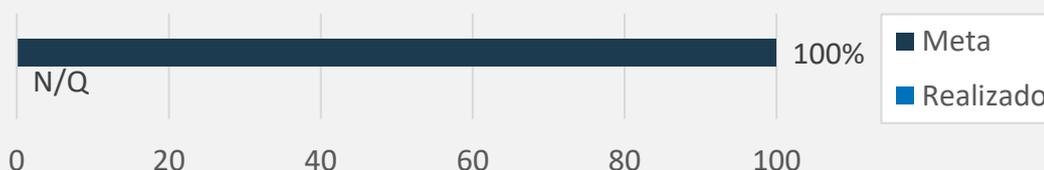
**Indicador:**

Índice de audiências públicas com resolutividade (IAPR)

**Unidade Responsável:**

Diretoria Legislativa

**Resultado:**



**Nota 1:** Em 2022, não foi possível quantificar a resolutividade das audiências públicas realizadas. Entretanto, existe na Diretoria Legislativa proposta de medição para os próximos anos.

**Nota 2:** N/Q = Não quantificado.



## Dimensão 1: Sociedade

Abrange os resultados pretendidos pela estratégia.

### Macrodesafio 2: Fortalecer a integração da sociedade com a Assembleia Legislativa

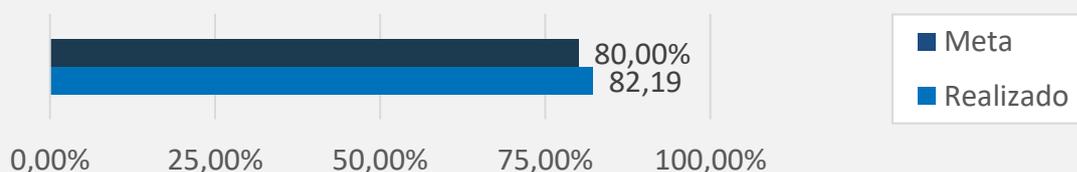
**Indicador:**

Índice de produção legislativa (IPL)

**Unidade Responsável:**

Diretoria Legislativa

**Resultado:**



**Nota 1:** Para este indicador, matéria legislativa compreende projetos de leis, resoluções e decretos.

**Nota2:** Produção adequada deve ser entendida a elaboração de matéria legislativa, sem dispensa do devido trâmite legal e completo debate popular e, ainda, com a participação, no mínimo 1 representante do governo ou partido da situação e um representante da oposição nas comissões e/ou plenário.



## Dimensão 2: Processos Internos

Envolve a eficiência e a eficácia dos processos finalísticos e de apoio para a geração de valor.

### Macrodesafio 3: Implantar a Gestão de Processos

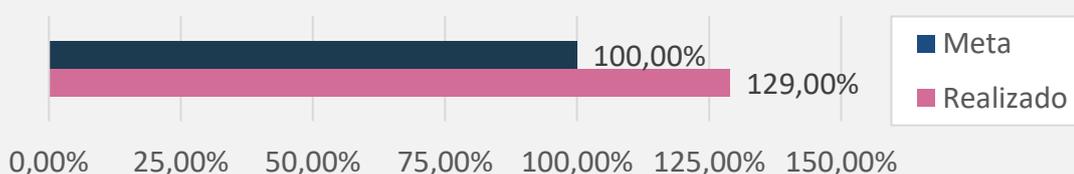
**Indicador:**

Índice de modelagem de processos (IMP)

**Unidade Responsável:**

Assessoria de Planejamento

**Resultado:**



**Nota:**

Em 2022, foram realizadas as campanhas: Campanha de Orientação Sobre Ansiedade, Campanha Descomplicando a Maternidade, Apoio Casa de Justiça, Novembro Azul, Setembro Amarelo (Luto), Ginástica Laboral, Orientações Festa do Boi, Outubro Rosa, Campanha de Controle à Hipertensão, Campanhas de Vacinação, Semana da Mulher, Programa Movimente-se, e Dia Mundial da Voz.

### Macrodesafio 4: Aprimorar a comunicação com as partes interessadas

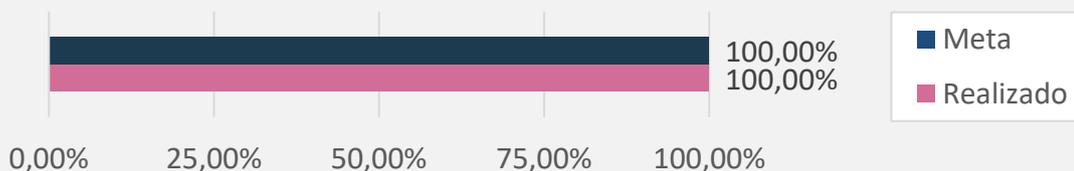
**Indicador:**

Taxa de Eficiência da Comunicação (TEC)

**Unidade Responsável:**

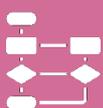
Diretoria de Comunicação Institucional

**Resultado:**



**Nota:**

Considera-se Taxa de Eficiência da Comunicação a média do volume de notícias, da quantidade de gerenciamento de crise, do quantitativo de demanda interna e do número de seguidores e visualizações em redes sociais da ALRN.



## Dimensão 2: Processos Internos

Envolve a eficiência e a eficácia dos processos finalísticos e de apoio para a geração de valor.

### Macrodesafio 5: Modernizar a atuação parlamentar na fiscalização das pol. públicas

**Indicador:**

Índice de Execução do Plano de Fiscalização

**Unidade Responsável:**

Comissão de Finanças e Fiscalização

**Nota:**

O Indicador “Índice de Execução do Plano de Fiscalização” foi incluído na Revisão do Plano Estratégico, feita em 2022. Para este ano, ficou estabelecida a iniciativa estratégica “Elaboração do Plano de Fiscalização”. E, para o ano de 2023, a execução do referido Plano, seu monitoramento e a medição do indicador mencionado.

### Macrodesafio 6: Aprimorar a comunicação com as partes interessadas

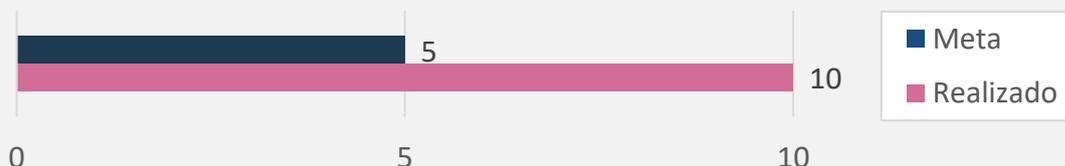
**Indicador:**

Índice de governança institucional (IGI)

**Unidade Responsável:**

Diretoria-Geral (com o apoio da Assessoria de Planejamento)

**Resultado:**



**Nota 1:** Considera-se Índice de governança institucional (IGI) o número de práticas de governança implantadas no período-base em relação ao número de práticas de governança preconizadas pelo TCU no exercício anterior.

**Nota 2:** Previu-se a implantação de 5 novas práticas de gestão preconizadas pelo TCU e foram implantadas 10: (1) Estabelecimento do modelo de gestão de riscos; (2) Gerenciamento dos riscos considerados críticos; (3) Elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna; (4) Produção (pela Auditoria Interna) de relatórios destinados às instâncias internas de governança; (5) Definição do processo de trabalho para cada uma das contratações; (6) Definição do processo de trabalho para gestão de contratos; (7) Definição de processo de trabalho para seleção de fornecedores; (8) Gerenciamento de riscos da área da gestão de contratos; (9) Avaliação se a necessidade que motivou a contratação ainda existe e se a solução escolhida ainda é a mais vantajosa para suprir essa necessidade, como condição para as prorrogações contratuais; (10) Garantia de que os serviços acessíveis via internet atendam aos padrões de interoperabilidade, usabilidade e acessibilidade aplicadas à organização.



## Dimensão 3: Recursos

Constitui os meios necessários para o alcance dos objetivos das demais dimensões/perspectivas.

### Macrodesafio 7: Aprimorar a Gestão de Pessoas

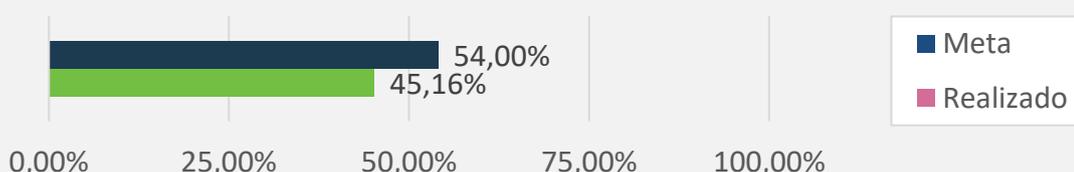
**Indicador:**

Taxa de Execução do Plano de Gestão de Pessoas (EPGP)

**Unidade Responsável:**

Coordenadoria de Gestão de Pessoas

**Resultado:**



**Nota 1:** resultado da medição dos indicadores do Plano de Gestão de Pessoas no período-base em relação à meta prevista dos indicadores do Plano de Gestão de Pessoas: Índice de disseminação do conhecimento (IDCONH), índice de avaliação de desempenho (IAVD), Número de ações de motivação e conscientização (NAMC), Índice de melhoria de processos (IMEP), Índice de Prevenção de Riscos Psicossociais (IPREV), Índice de Dimensionamento da Força de Trabalho (IDFOR) e Índice de tratamento de lacunas de competências (ITLCOMP);

**Nota2:** Para a apuração da taxa em 2022, não foram considerados os indicadores Índice de Prevenção de Riscos Psicossociais (IPREV), Índice de Dimensionamento da Força de Trabalho (IDFOR) e Índice de tratamento de lacunas de competências (ITLCOMP) por inviabilidade da medição.

### Macrodesafio 7: Aprimorar a Gestão de Pessoas

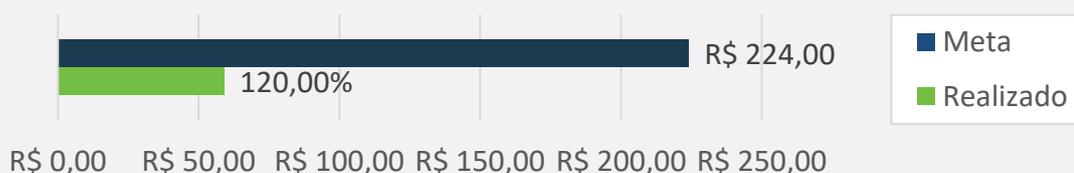
**Indicador:**

Taxa de Eficiência da Comunicação (TEC)

**Unidade Responsável:**

Escola da Assembleia

**Resultado:**



**Nota:** VAC – Considera-se Taxa de investimento em capacitação (TIC) o valor aplicado na execução do plano de capacitação no período-base em relação do número de pessoas capacitadas no período-base.



## Dimensão 3: Recursos

Constitui os meios necessários para o alcance dos objetivos das demais dimensões/perspectivas.

### Macrodesafio 7: Aprimorar a Gestão de Pessoas

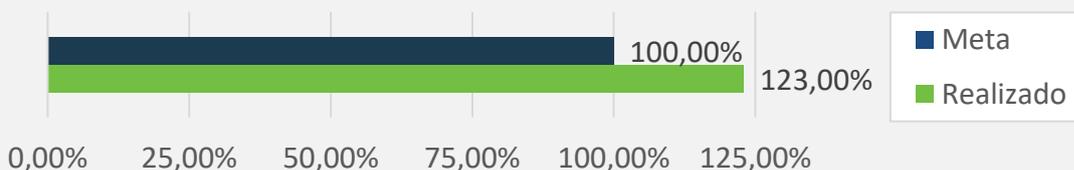
**Indicador:**

Índice de pessoas capacitadas (IPC)

**Unidade Responsável:**

Escola da Assembleia

**Resultado:**



**Nota:** Resultado da medição do número de pessoas capacitadas no período-base em relação ao Número de pessoas previstas para capacitação no período-base

### Macrodesafio 7: Aprimorar a Gestão de Pessoas

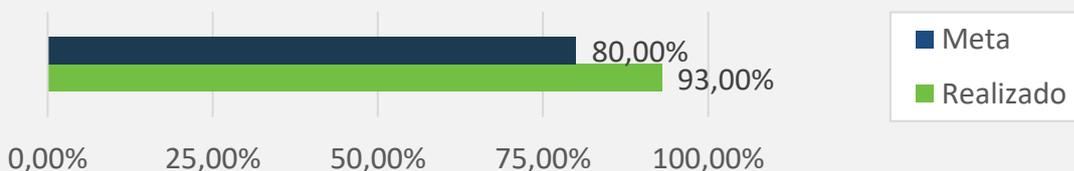
**Indicador:**

Melhoria da Qualidade de Vida no Trabalho (MQVT)

**Unidade Responsável:**

Comissão de Qualidade de Vida e Saúde

**Resultado:**



**Nota 1:** Percentual de satisfação geral obtido na avaliação do ambiente de trabalho (pesquisa de clima) no período-base.

**Nota 2:** A pesquisa foi aplicada em Junho/Julho de 2022 tendo como resultado um percentual de média geral 93%. O núcleo de treinamento, capacitação e avaliação de desempenho está na fase de desenvolvimento do relatório, em seguida será apresentado à Diretoria-Geral e logo após aos servidores.



## Dimensão 3: Recursos

Constitui os meios necessários para o alcance dos objetivos das demais dimensões/perspectivas.

### Macrodesafio 8: Implementar a Governança de TIC

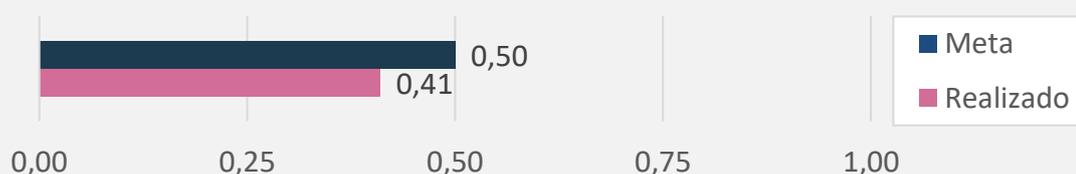
**Indicador:**

Índice de Governança de TI (IGOV-TI)

**Unidade Responsável:**

Diretoria de Gestão Tecnológica

**Resultado:**



**Nota:** Índice desenvolvido a partir de um Formulário elaborado pelo TCU com pontuação (nota) que varia de 0,0 a 1,00 apresentando o nível de maturidade em governança considerando o Número de práticas de governança de TIC implantadas no período-base.

### Macrodesafio 9: Melhorar a infraestrutura física

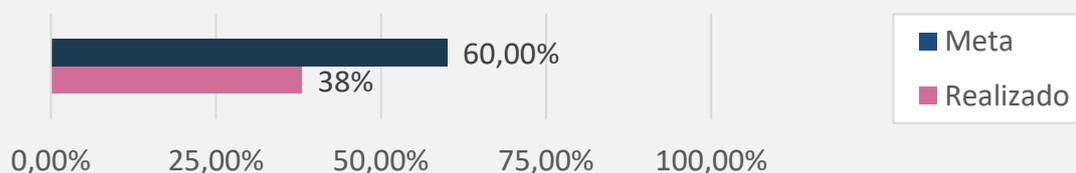
**Indicador:**

Índice de execução do plano de Infraestrutura da ALRN (EPI)

**Unidade Responsável:**

Divisão de Arquitetura e Engenharia

**Resultado:**



**Nota:** Mede o Nível de execução do Plano de Infraestrutura da Assembleia Legislativa em relação ao Nível de itens previstos no Plano de Infraestrutura da Assembleia Legislativa para o período-base.



## Dimensão 3: Recursos

Constitui os meios necessários para o alcance dos objetivos das demais dimensões/perspectivas.

### Macrodesafio 9: Melhorar a infraestrutura física

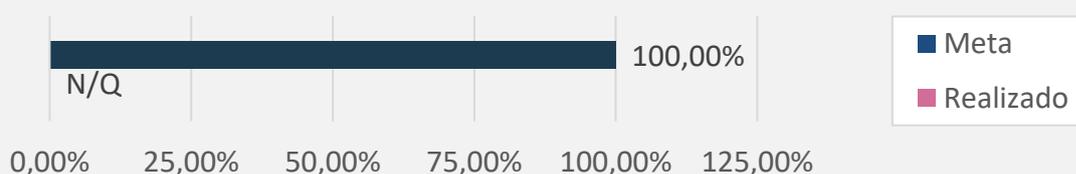
**Indicador:**

Índice de satisfação do usuário da ALRN (ISU)

**Unidade Responsável:**

Divisão de Arquitetura e Engenharia

**Resultado:**



**Nota 1:** Mede o Nível de execução do Plano de Infraestrutura da Assembleia Legislativa em relação ao Nível de itens previstos no Plano de Infraestrutura da Assembleia Legislativa para o período-base.

**Nota 2:** Em 2022 não foi realizada a pesquisa de satisfação do usuário da ALRN. A informação da RAE realizada em outubro/2022 se referia ao exercício 2021, segundo a Divisão de Arquitetura e Engenharia.

**Nota 3:** N/Q = Não quantificado.

### Macrodesafio 10: Aperfeiçoar a Gestão Orçamentária e Financeira

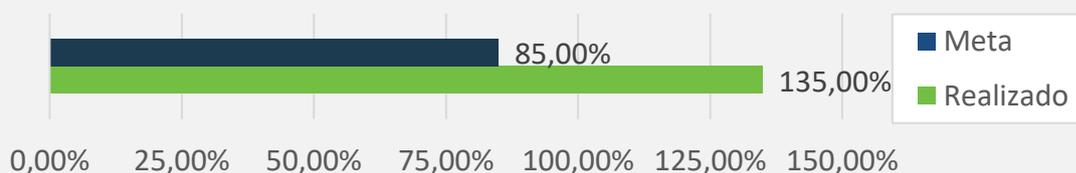
**Indicador:**

Índice de Aderência ao Plano de Contratações (IAC)

**Unidade Responsável:**

Coordenadoria de Compras e Patrimônio

**Resultado:**



**Nota:** O Índice de Aderência ao Plano de Contratações (IAC) refere-se ao número total de contratações efetivadas no período-base, na forma e no tempo planejados em relação ao número total de contratações definidas no Plano Anual de Contratações para o período-base.



## Dimensão 3: Recursos

Constitui os meios necessários para o alcance dos objetivos das demais dimensões/perspectivas.

### Macrodesafio 10: Aperfeiçoar a Gestão Orçamentária e Financeira

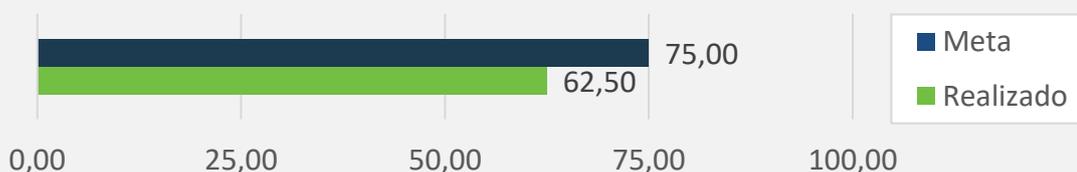
**Indicador:**

Índice de gestão das contratações (IGC)

**Unidade Responsável:**

Diretoria Administrativa e Financeira

**Resultado:**



**Nota 1:** O Índice de gestão das contratações (IGC) mede a adoção do conjunto de práticas de gestão de contratações implantadas na ALRN, com base no levantamento de governança pública organizacional do TCU aplicado no exercício anterior.

**Nota 2:** Refere-se ao número de práticas de governança de contratações adotadas pela ALRN integralmente no período-base em relação ao número total de práticas de gestão de contratações preconizadas pelo TCU no exercício anterior.

**Nota 3:** Para 2022 a previsão são duas novas práticas.

### Monitoramento dos indicadores





# RESULTADOS DA GESTÃO





### Palavra do Diretor-Geral

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte nos últimos anos vem trabalhando para implementar uma gestão moderna, atuante, inovadora, calcada na cultura colaborativa e conectada com as expectativas da população, de modo a assegurar e garantir os direitos e deveres da sociedade Potiguar.

Ultrapassados os desafios pregressos, buscou-se a realização de maneira eficaz e satisfatória dos objetivos planejados para o ano de 2022, de modo a aprimorar o desenvolvimento das atividades, dos projetos, dos programas e a zelar pelo reconhecimento do Poder Legislativo Estadual como instituição essencial ao regime democrático e à conexão entre o povo e seus representantes.

Desse modo, com o propósito de fortalecer o crescimento e o aperfeiçoamento desta Casa de Leis, a Diretoria-Geral imprimiu ingentes esforços para otimizar a gestão administrativa, orçamentária e financeira, por meio da utilização das práticas de governança institucional, introduzidas pelo Plano Estratégico “Horizonte 2023”, comprometendo-se sempre com a perspectiva futura deste Poder.

Ademais, em observância ao princípio da publicidade sustentado pela nossa Carta Magna, em respeito ao dever de transparência e em cumprimento às normas que dispõem sobre a prestação de contas pelos gestores públicos, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte tem a honra de apresentar à sociedade mais uma edição do relatório de gestão, desta vez referente ao ano de 2022.

Nesse sentido, partindo de uma visão geral e da caracterização da identidade estratégica da Assembleia e de sua estrutura, este relatório traz em seu conteúdo os resultados alcançados no período analisado por cada área de gestão, disposto nas

seguintes seções: Gestão de Pessoas, Gestão de Capacitações e Qualificações, Gestão de Saúde e Bem-Estar, Gestão de Tecnologia da Informação, Gestão de Infraestrutura e Apoio Logístico, Gestão de Compras e Patrimônio, Gestão de Remuneração e Benefícios, Gestão Orçamentária, Financeira, Contábil e Fiscal, Relacionamento com a Sociedade e Sustentabilidade Ambiental.

Assim, desejo a todos uma proveitosa leitura, ao passo que manifesto a minha gratidão aos servidores e Parlamentares da Assembleia Legislativa que, com esmero e dedicação, colaboram diariamente com essa instituição objetivando alcançar a missão desta Casa e, simultaneamente, consagrar as funções precípuas do Poder Legislativo frente à Constituição Federal.

Augusto Viveiros

Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte



### Destaques da Gestão

Nesta seção, são elevados os fatos mais relevantes ocorridos na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte (ALRN) no ano de 2022. Os destaques estão relacionados às atividades das diversas unidades da Casa Legislativa e a efetividade dessas ações para a Instituição e para a sociedade.

#### ALRN conquistou o tricampeonato do Prêmio Unale “Assembleia Cidadã”

O processo de modernização da ALRN continuou a ser reconhecido pelo país. O tricampeonato do **Prêmio Unale** foi conquistado na categoria “Assembleia Cidadã”, com o sistema “Legis Plenário”.

O Sistema foi desenvolvido pela Diretoria de Gestão Tecnológica para gerenciar todo o procedimento de Plenário, desde o registro de presença dos parlamentares, por meio de reconhecimento facial, até a discussão e votação de matérias. A ferramenta, integrada aos demais sistemas existentes, facilita a transparência e a ação dos parlamentares, uma vez que permite à sociedade ter acesso em tempo real aos acontecimentos. Além disso, proporciona uma economia significativa de papel e reduz o tempo necessário para o encaminhamento das matérias pela Casa Legislativa.



O resultado e a premiação ocorreram no encerramento da 25ª Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, realizada em Recife/PE, em novembro de 2022. O prêmio coroou os resultados do Legislativo Potiguar e ratificou a excelência do trabalho desempenhado pela Casa, tendo em vista a premiação com os sistemas “Legis RH”, em 2019, e o “e-Legis”, em 2021.

Além do troféu da conquista, a Casa recebeu o selo da “Assembleia Cidadã” e a quantia de R\$ 20 mil, que deve ser investida exclusivamente no projeto vencedor.

Mais informações sobre o reconhecimento nacional da ALRN podem ser encontradas na seção Diretoria-Geral, neste Capítulo, e sobre o Sistema Legis Plenário, na seção Gestão de Tecnologia da Informação, no capítulo Áreas Específicas de Gestão.

## Poder Legislativo Estadual disponibilizou seus sistemas para uma gestão pública mais eficiente, eficaz e efetiva

A ALRN tem se destacado pelo desenvolvimento de sistemas inovadores que otimizam os processos legislativos e promovem a modernização desta Instituição. Os prêmios na Unale, na categoria Gestão, com os sistemas Legis-RH e e-Legis, evidenciaram o trabalho de excelência produzido no parlamento potiguar.

Como resultado do reconhecimento público, diversas parcerias têm sido estabelecidas para compartilhar essas ferramentas, desenvolvidas pela Diretoria de Gestão Tecnológica, com outras Casas Legislativas, visando a modernização destas e a transformação digital do ecossistema legislativo, por meio da diplomacia parlamentar e da cooperação.

Um dos sistemas em destaque é o Legis-RH, utilizado para o processamento da folha de pagamento e controle do cadastro de servidores. Esse software premiado e reconhecido pela qualidade agora será implantado na Câmara Municipal de Parnamirim, em parceria com a ALRN. A adoção do sistema possibilitará a informatização e desburocratização do setor de Recursos Humanos do Poder Legislativo de Parnamirim, tornando os processos mais modernos, eficientes e econômicos.

Além disso, o sistema Legis Vídeos, também está sendo disponibilizado para as Câmaras Municipais de Bauru/SP e Divinópolis/MG, após a assinatura de Termos de Cooperação Técnica entre as Casas Legislativas e a ALRN. Esse sistema, que utiliza funcionalidades inovadoras, armazena e disponibiliza vídeos da produção legislativa, como sessões ordinárias, audiências públicas e reuniões de comissões. Com recursos de edição e facilidade de busca, o Legis Vídeos facilita o acesso da população às atividades legislativas, promovendo a transparência e a participação cidadã.

O e-Legis, outro produto desenvolvido internamente, tem ganhado também destaque internacional. O sistema foi apresentado no LegisTech Forum, um seminário internacional sobre tecnologia voltada para casas legislativas. O e-Legis foi reconhecido como um caso de sucesso na transformação digital, simplificando e otimizando os processos legislativos, inclusive durante a pandemia, quando foi adaptado para o formato híbrido.

Com as parcerias estabelecidas e o compartilhamento de sistemas, a ALRN tem se consolidado como referência em gestão legislativa, conquistando prêmios e reconhecimentos tanto nacional quanto internacionalmente. A modernização dos processos e a utilização de ferramentas tecnológicas inovadoras têm se mostrado essenciais para promover a transparência, a eficiência e o acesso da população aos trabalhos legislativos.

Mais informações sobre os sistemas desenvolvidos na ALRN podem ser obtidas na seção Gestão de Tecnologia da Informação, no capítulo Áreas Específicas de Gestão.

### Assembleia Legislativa elabora e aprova Política de Gestão de Riscos

A gestão de riscos é o processo de identificar, avaliar, tratar e monitorar potenciais eventos ou situações que possam impactar negativamente no atingimento dos objetivos definidos no Plano Estratégico da ALRN e aplica-se aos processos de trabalho desenvolvidos nos níveis estratégico, tático e operacional. Uma boa gestão de riscos aumenta a capacidade em lidar com incertezas, otimiza a utilização de recursos e traz significativas melhorias aos processos de trabalho.

Nesta Casa Legislativa, a Política de Gestão Corporativa de Riscos foi instituída pela Resolução n.º 56, de 08 de novembro de 2022 e tem como finalidades: fortalecer a imagem institucional; promover a eficiência processual e monitorar os ambientes interno e externo, que interferem no alcance dos objetivos; implantar modelo corporativo de gestão de riscos; implementar governança para a manutenção e contínuo aperfeiçoamento do modelo corporativo de gestão de riscos; identificar, avaliar, tratar e monitorar os principais riscos que a Assembleia Legislativa está exposta; e auxiliar o gestor dos possíveis riscos no processo de tomada de decisões.

A partir da instituição desta Política, a ALRN elaborou o Plano de Gestão de Riscos para o biênio 2022-2023, por meio do Ato da Mesa n.º 1327/2022, tendo a Cadeia de Valor e Arquitetura de Processos como instrumento orientador.

O modelo adotado pela Casa para estabelecer o Plano de Gestão de Riscos é o *Enterprise Risk Management - integrated framework* (COSO-ERM ou COSO II), tido como referência na área gestão de riscos corporativos. Esse Modelo define que se deve cumprir as etapas de categorias e fixação dos objetivos, identificação de eventos, avaliação de riscos, resposta a risco, atividades de controle, informação e comunicação e monitoramento.

A gestão de riscos interage com o Planejamento Estratégico à medida que a organização, ao identificar e tratá-los e implementar controles internos focados neles, aumentará a probabilidade de alcance dos objetivos definidos. Desse modo, o Plano de Gestão de Riscos está diretamente vinculado ao Plano Estratégico Horizonte 2023 por meio dos macrodesafios ou objetivos estratégicos estabelecidos.

A partir dos subprocessos/atividades da Cadeia de Valor as unidades da ALRN definiram os eventos de riscos, suas causas e seus efeitos/consequências. Em seguida, foi estabelecida a Qualificação do Risco Inerente a partir dos cálculos provenientes da pontuação para Probabilidade e para Impacto do Risco Inerente de acordo com os critérios da Probabilidade do risco ocorrer e o Impacto que causará, caso ocorra.

O limite do apetite a risco da ALRN ficou estabelecido em 40 pontos após análise do nível de risco atual que considera a multiplicação da Probabilidade x Impacto. Nessa condição, encontram-se 51 eventos de risco que constam no plano de ação estabelecido no Plano de Gestão de Riscos e correspondem à probabilidade moderada, alta e muito alta e Impacto crítico, grande, médio e pequeno. Aqueles eventos cuja pontuação da Probabilidade x Impacto resultou inferior a 40 pontos não foram incluídos no Plano de Ação.

## Política de Gestão de Riscos é apresentada em Conferência Nacional

Visando compartilhar as boas práticas em inovação da gestão, a ALRN apresentou a palestra “Gestão de Riscos” na programação da Rede Legislativa de Governança e Gestão (REGOV) inserida na Conferência da Unale. A REGOV é uma associação sem fins lucrativos, integrada por Casas Legislativas dos níveis federal, estadual e municipal, no território brasileiro, com sede e foro em Brasília/DF.

A temática desse encontro contemplou aspectos da dinâmica cotidiana de governança e gestão dos parlamentos, objeto central do intercâmbio de informações e experiências promovido pela REGOV. A apresentação da ALRN recebeu a atenção pelo tema inovador e que ainda não está plenamente difundido nos parlamentos estaduais e municipais.

Mais informações sobre a Política de Gestão Corporativa de Riscos e o Plano de Gestão de Riscos estão disponíveis na área “Governança”, no Portal da Casa Legislativa.

## ABEL premiou em duas categorias o trabalho realizado pela Escola da Assembleia

A Escola da Assembleia (EALRN) rompeu fronteiras ao receber dois prêmios de repercussão nacional, no 35º Encontro da Associação Brasileira das Escolas Legislativas e de Contas (ABEL), em Belo Horizonte/MG. Os prêmios, que foram entregues durante as comemorações alusivas aos 30 anos da educação legislativa no Brasil, abalizam o reconhecimento público às ações que mais se destacam entre as Escolas do Legislativo e de Contas associadas à ABEL e estão relacionadas aos projetos avaliados no exercício anterior. A entrega ocorreu somente em 2022 como consequência das restrições impostas pelo cenário pandêmico existente recentemente.

Destaque na categoria “Projeto para a comunidade”, o “Conexão Parlamento” foi criado em 2019 pela EALRN destinado a disseminar o conhecimento sobre formação política, comportando capacitações de âmbito pessoal e profissional, a partir da consolidação de debates, palestras e cursos empreendidos em parceria com as associações representativas dos Poderes Legislativos Municipais. Desde então, os frutos das ações de capacitação ganharam notoriedade e o trabalho desenvolvido já contribuiu para a implantação de 75 escolas legislativas no Estado.

Na categoria “Portal”, o aplicativo para dispositivos móveis da Escola foi condecorado com o Prêmio ABEL graças à expertise do projeto que dispôs a interatividade tecnológica a serviço da comunidade escolar, tendo como foco de usuário o aluno. O aplicativo pode ser baixado, gratuitamente, nas plataformas Android e IOS e dispõe de ferramentas que envolvem: área pública, programação acadêmica, notícias da Escola e parceiros, ainda possibilitando, dentre suas aplicabilidades, a realização de matrícula em cursos, oficinas e eventos promovidos pela instituição.

### Novo processo de votação presencial amplia segurança e painéis eletrônicos atualizados garantem maior visibilidade

A biometria de reconhecimento facial tem se mostrado uma tecnologia de autenticação extremamente importante e eficaz em sistemas de informação. Utilizando características únicas do rosto de um indivíduo para verificar e confirmar sua identidade, este recurso proporciona um nível avançado de segurança.

Uma das principais vantagens da biometria facial é a sua conveniência, uma vez que o processo de autenticação se torna simples e intuitivo, melhorando a experiência do usuário. Outro aspecto relevante é a segurança que a biometria facial proporciona, tendo em vista que sua autenticação não depende de senhas, cartões de acesso, ou dados que podem ser compartilhados ou roubados, garantindo a identidade de acesso e reduzindo os riscos de fraude.

Com o intuito de prosseguir na modernização e na segurança dos procedimentos internos, a ALRN lançou, em junho, o novo processo de votação presencial, introduzindo a **biometria de reconhecimento facial** como mais uma camada de autenticação no Sistema e-Legis. A partir disto, os parlamentares passaram a realizar, de forma rápida e prática, sua autenticação no sistema e seus respectivos registros de presença e voto.



Tal funcionalidade, aliada aos outros métodos de autenticação disponíveis, tornou mais robusto o nível de segurança do sistema de votação em Plenário. A próxima fase desse processo de modernização e segurança será a implantação da tecnologia do reconhecimento facial nas Comissões.

Outra atualização importante ocorreu no Plenário da Casa. Foi apresentado **novo layout para os painéis eletrônicos** de votação. Com a modernização, as principais informações relativas ao andamento das reuniões legislativas passaram a ser exibidas. No novo *layout* destacam-se, por exemplo, dados básicos dos parlamentares, projetos em votação, além da listagem e controle de tempo dos oradores e aparteantes, com o intuito de dar visibilidade ao público acerca de todos os eventos acontecidos em Plenário.



Este avanço tornou-se possível após o desenvolvimento do sistema Legis Plenário, integrado ao e-Legis, e responsável pelo gerenciamento das sessões, desde o registro de presença até a discussão e votação de matérias.

Mais informações sobre atualizações tecnológicas na Casa podem ser obtidas na seção Gestão de Tecnologia da Informação, no capítulo Áreas Específicas de Gestão.

## Ampliação de parcerias favoreceu a continuidade do desenvolvimento acadêmico dos servidores

Valorizar e investir no desenvolvimento de seus servidores é um dos pilares do Planejamento Estratégico da ALRN. Por isso, a Instituição reforçou sua atuação na área educacional por meio de parcerias com instituições de ensino de nível superior. Em 2022, foi renovada a existente com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, visando à disponibilização de novas vagas para servidores no Mestrado Profissional em Gestão Pública.

Adicionalmente, a ALRN expandiu suas fronteiras acadêmicas ao oferecer vagas para mestrado e doutorado na Universidade de Lisboa, em Portugal. Essa parceria proporciona aos servidores a chance de vivenciar uma experiência de estudos enriquecedora em um ambiente acadêmico renomado internacionalmente.

Durante o período de estudos, os alunos terão a oportunidade de desenvolver e apresentar projetos técnicos e/ou tecnológicos que poderão ser implantados na Casa para aumentar a efetividade da gestão administrativa. Essa abordagem possibilita a aquisição de habilidades e conhecimentos relevantes, essenciais para o desempenho de suas funções e o fortalecimento do setor público.

Mais informações sobre as atividades de capacitação e qualificação podem ser encontradas na seção Gestão de Capacitações e Qualificações, no capítulo Áreas Específicas de Gestão.

## Assembleia Legislativa promove concurso público para 47 vagas

Com o objetivo de ampliar e qualificar o quadro de servidores, a ALRN promoveu concurso público para o preenchimento de 47 vagas de nível médio e superior. As ofertas foram para as áreas de Processo Legislativo, Arquitetura, Ciências Contábeis, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Medicina, Administração, Tecnologia da Informação e Edificações.

Visando facilitar o acesso dos candidatos e proporcionar uma maior abrangência regional, optou-se pela aplicação das provas em quatro cidades diferentes: Natal, Mossoró, Caicó e Pau dos Ferros. A escolha contemplou regiões estratégicas do estado e promoveu uma maior democratização do concurso, validada pelo número expressivo de inscritos.

A realização do concurso reafirmou o compromisso desta Casa com a eficiência do serviço público. O ingresso dos novos servidores, por meio de um processo seletivo transparente e criterioso, contribui para o fortalecimento e o aprimoramento das atividades legislativas e, conseqüentemente, para o atendimento das demandas da sociedade potiguar.

Mais informações sobre o concurso público podem ser obtidas na subseção da Diretoria Administrativa e Financeira, neste capítulo.

### Comitê de Governança e Gestão da ALRN avaliou indicadores do Planejamento Estratégico

O Comitê de Governança e Gestão, composto pela Alta Administração, foi estabelecido pelo Ato da Mesa n.º 954/2020, publicado no Diário Oficial Eletrônico de 01 de setembro de 2020. Os mecanismos de Governança e Gestão da ALRN abrangem estruturas de tomada de decisão e comunicação, responsável pela disseminação de informações sobre Governança e Gestão.



As decisões-chave são tomadas em relação a princípios e diretrizes, macrodesafios juntamente com suas iniciativas estratégicas, bem como planos e propostas de investimento institucional. Assim, periodicamente, são realizadas **Reuniões de Análise da Estratégia (RAE)** para acompanhar a execução dos planos e a evolução dos indicadores de desempenho, para ratificar ou reavaliar as prioridades, identificar eventuais desvios e determinar correções necessárias.

Em 2022, uma única RAE foi realizada onde foram apresentados os resultados dos indicadores de 2021 e do primeiro semestre de 2022. Nessa reunião, a Assessoria de Planejamento expôs, aos membros do Comitê de Governança, as medições dos indicadores existentes no Plano Estratégico aprovado por meio do Ato da Mesa n.º 2782/2019 e os novos indicadores incluídos na revisão do Plano por meio do Ato da Mesa n.º 483/2022.

Mais informações sobre a Política de Gestão Corporativa de Riscos e o Plano de Gestão de Riscos estão disponíveis na área “Governança”, no Portal da Casa Legislativa.

### Projeto de Adequação e Modernização da Infraestrutura da Casa Legislativa continuou avançando

A ALRN apresentou aos gestores e à sociedade o projeto arquitetônico para reorganização e modernização da infraestrutura da Casa. Essa iniciativa representou um importante passo na reestruturação física que a instituição se propôs a realizar. Além de modernizar a estrutura do Poder Legislativo estadual, as intervenções contribuirão para revigorar o centro da cidade, proporcionando benefícios para a comunidade em geral.

Desenvolvido pela Divisão de Arquitetura e Engenharia, o projeto contempla as estruturas do Memorial da Cultura e do Legislativo Potiguar, do Anexo Administrativo, do Anexo Parlamentar, do Anexo Social e da Escola da Assembleia. As intervenções estão inseridas dentro de uma Zona Especial de Preservação Histórica e, por isso, obedecerão a uma série de procedimentos regulados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

O espaço escolhido para abrigar parte dessas mudanças é o atual Solar Tavares de Lira, localizado em frente ao Solar Bela Vista, no Largo Junqueira Aires. Com uma área de 550 metros quadrados, o prédio contará com um projeto museográfico moderno e interativo, desenvolvido por uma equipe multidisciplinar da Casa. O Memorial, que contará com uma sede própria, tem como um dos principais objetivos promover o resgate e a divulgação da história do Poder Legislativo Estadual, contribuindo para o desenvolvimento da história política, administrativa e cultural do Rio Grande do Norte e do Brasil.

Mais informações sobre as atividades de construção, reforma e adequação do patrimônio edificado da ALRN podem ser encontradas na seção Gestão de Infraestrutura e Apoio Logístico, no capítulo Áreas Específicas de Gestão.

## Parcerias estabelecidas resultaram em benefícios diretos para a sociedade

Aliar forças de trabalho, cooperando para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte. A partir deste compromisso, a ALRN, em 2022, consolidou novas parcerias e manteve importantes convênios, empenhando-se para propiciar mais qualidade de vida aos potiguares e contribuindo para o fortalecimento do Estado.

As parcerias firmadas com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (SEBRAE/RN), o Hospital Infantil Varela Santiago, a Liga Norte Riograndense Contra o Câncer e a Arquidiocese de Natal, exemplificam, em amplo alcance, o comprometimento do Poder Legislativo com os potiguares.

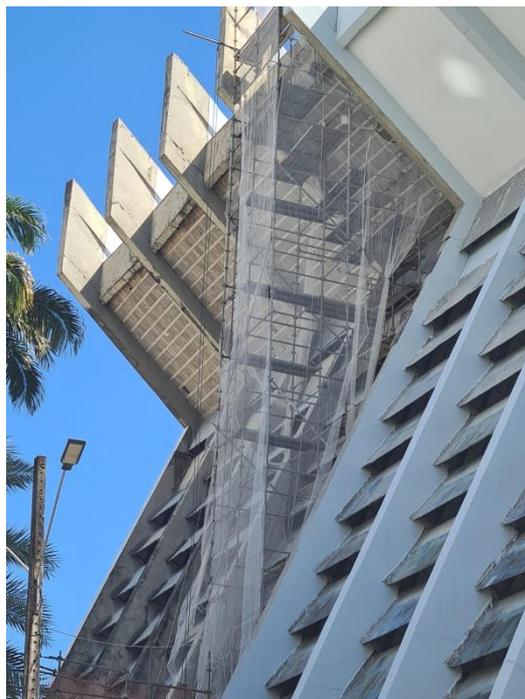
Por intermédio do convênio com o SEBRAE/RN, a Assembleia propiciou novas ações de fomento econômico, por meio da implantação da **Sala do empreendedor**, espaço destinado à consultoria gratuita aos micros e pequenos empresários locais, que já atingiu 120 municípios. O projeto do SEBRAE/RN envolve a cooperação das Prefeituras Municipais e a Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte.



A cooperação com a saúde pública foi mantida, por meio das parcerias instituídas desde 2021 com o Hospital Infantil Varela Santiago e com a Liga Norte Riograndense Contra o Câncer. Ambos os convênios foram substancialmente operacionalizados em 2022, ano em que as duas entidades receberam da ALRN recursos financeiros para a **aquisição de novos equipamentos**, visando a ampliação e otimização dos relevantes serviços prestados.

A reforma da Catedral Metropolitana de Natal – Paróquia Nossa Senhora da Apresentação foi outra importante meta que a ALRN assumiu como partícipe, por meio da assinatura do Termo de Fomento pactuado, em novembro de 2022, com a Arquidiocese de Natal. A partir desta parceria, a Assembleia se comprometeu em apoiar financeiramente a restauração do prédio da Catedral, na realização de serviços de restauração da fachada voltada para a Avenida Floriano Peixoto.

Fruto de um arrojado projeto arquitetônico, a Catedral Metropolitana de Natal é um marco na arquitetura moderna do RN, possuindo uma importância que se sobrepõe ao contexto religioso, caracterizando-se, também, como um ícone turístico e cultural potiguar.



As parcerias empreendidas representam ações de ampliação da atuação do Poder Legislativo do RN em segmentos sociais diversificados, consolidadas a partir do salutar relacionamento com as mais diversificadas camadas da sociedade e suas representações.

### ALRN realiza campanha para descarte de resíduos eletrônicos

A correta destinação dos materiais eletrônicos é crucial na preservação do meio ambiente, uma vez que esses dispositivos contêm substâncias tóxicas e metais pesados que, se descartados de forma inadequada, podem causar danos irreparáveis à saúde humana e ao ecossistema.

Diante disso, a ALRN realizou a campanha para descarte de resíduos eletrônicos. Foram 15 dias de intensa campanha, durante os quais houve mobilização dos servidores visando ao descarte correto de diversos itens eletrônicos, tais como equipamentos de informática, telefonia, áudio e vídeo, bem como pilhas e baterias, em coletores específicos para este fim.

Como resultado, foram coletados 212 Kg de eletrônicos em 2022, os quais foram destinados a uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis, que separam os resíduos e os reintroduzem na indústria. A destinação às cooperativas desempenha também uma importante função social e econômica, visto que gera emprego e renda às famílias associadas, possibilitando a inclusão social de pessoas historicamente marginalizadas.

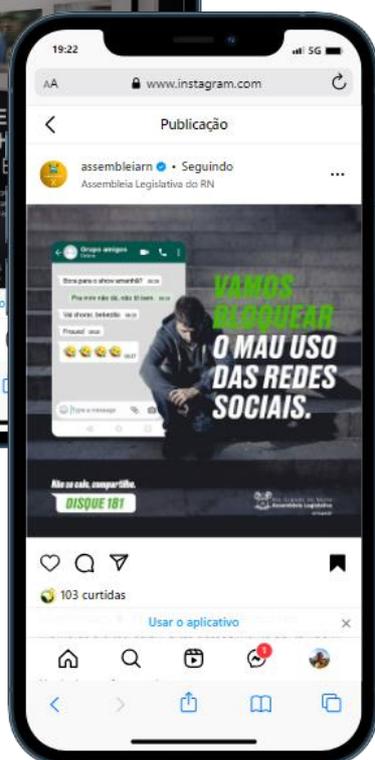
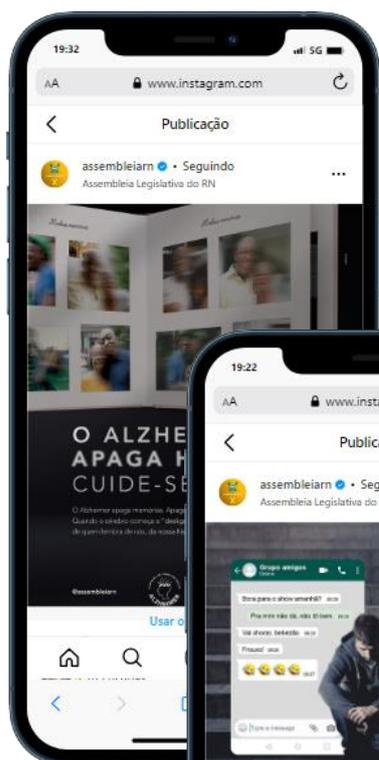
Mais informações sobre ações relacionadas à sustentabilidade podem ser encontradas na seção Sustentabilidade Ambiental, no capítulo Áreas Específicas de Gestão.

## Campanhas de conscientização atingiram objetivos definidos

O Alzheimer é uma doença neurodegenerativa que afeta milhões de pessoas em todo o mundo e tem um impacto significativo na vida dos pacientes e de seus familiares. No entanto, a falta de conhecimento sobre a doença pode levar a estigmas, dificuldades no diagnóstico e falta de apoio adequado para os pacientes.



Com o objetivo de ampliar a compreensão sobre a doença, a ALRN, por meio da Diretoria de Comunicação Institucional, lançou a campanha **O Alzheimer apaga histórias. Cuide-se.** A ação buscou conscientizar as pessoas sobre os sintomas, o diagnóstico precoce, o tratamento e os cuidados necessários para lidar com essa condição.



A campanha foi lançada no Plenário Clóvis Motta pelo presidente da Casa, Ezequiel Ferreira, e contou com a presença de especialistas, representantes de entidades médicas e de associações relacionadas ao tema. O material foi divulgado nas diferentes plataformas da Casa, tanto na TV Assembleia (canal 10.3) quanto no portal oficial e nas redes sociais.

A campanha **Vamos bloquear o mau uso das redes sociais** também foi desenvolvida e formatada especialmente para as redes sociais. O objetivo foi de conscientizar os usuários de que a responsabilidade pelas palavras proferidas é de todos e que elas produzem inúmeros efeitos, sejam ditas pessoalmente ou, também, no ambiente virtual. E as consequências podem ser irreversíveis!

As publicações enfatizaram a importância de não compartilhar julgamentos, ofensas e brincadeiras de mau gosto, agindo sempre com respeito e bom senso.



### Resultados das Unidades Administrativas

A Mesa Diretora, órgão da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte (ALRN) e responsável por promover o gerenciamento das unidades organizacionais voltadas às atividades-meio e de suporte técnico ao processo legislativo, é composta pela Presidência e Secretaria. Enquanto a Presidência é a unidade de representação institucional da ALRN, a Secretaria tem como função gerenciar os documentos e serviços da Casa Legislativa, assim como secretariar a Presidência no Plenário.

Nesse sentido, apresentam-se a seguir os resultados da Presidência, Ouvidoria, Controladoria, Procuradoria-Geral, Diretoria-Geral e Diretoria Legislativa, cujas diretrizes delineadas foram aplicadas pelas unidades subordinadas.

#### Presidência

Contemplar a Presidência desta Casa em sua totalidade operacional, vai além da visão de uma unidade administrativa gestora de importantes ações legiferantes e fiscalizatórias em defesa do Estado. Torna-se importante vislumbrá-la, sobretudo, alicerçados no seu eminente poder de representação social, parte substancial do constante comprometimento às pautas de interesse da população norte-rio-grandense.

Traduz-se tal missão no árduo empenho em favor da democracia, do crescimento econômico, dos avanços na educação, de melhorias na saúde pública, na cultura e demais segmentos sociais: esforços concentrados em assegurar os direitos de cada cidadão que o Poder Legislativo Potiguar tem a honra de representar. Neste sentido, todo o trabalho sério e destinado aos habitantes desse Estado envolve, essencialmente, um conjunto de atividades oriundas da pluralidade das discussões em favor do exercício da cidadania.

Nos termos da Resolução n.º 31, de 5 de fevereiro de 2021, que instituiu o Regimento Interno da ALRN, o Chefe do Poder Legislativo tem como principais atribuições a representação da Assembleia, quando ela se pronuncia coletivamente, e a supervisão dos seus trabalhos e da sua ordem. Contudo, o empenho laboral ético e contínuo, voltado à população norte-rio-grandense, envolve, complexamente, deliberações acerca das sessões plenárias e da Ordem do Dia, em que o presidente presta esclarecimentos que interessem à boa ordem dos trabalhos, zela pelo prestígio e decoro da Assembleia, bem como pela dignidade e respeito às prerrogativas constitucionais de seus membros, em todo o território estadual. Também compete às atribuições da Presidência convocar e reunir, periodicamente, os Líderes e os Presidentes das Comissões Permanentes para avaliação dos trabalhos da Casa, exame das matérias em trâmite e adoção das providências julgadas necessárias ao bom andamento das atividades legislativas e administrativas.

Ainda constante como essencial responsabilidade está a intrínseca missão de promulgar as leis, nas hipóteses do § 7º do art. 49 da Constituição do Estado, os decretos legislativos e as resoluções da Assembleia, bem como assinar os atos da Mesa; cumprir e fazer cumprir o Regimento, entre outras basilares prerrogativas constantes no normativo de suas atividades.

A fim de auxiliar no cumprimento de todas essas competências, a Presidência dispõe de duas unidades administrativas que estão diretamente subordinadas a ela: o Gabinete da Presidência e a Diretoria-Geral da Presidência.

## Gabinete da Presidência

As atividades planejadas, gerenciadas e executadas pelo Gabinete da Presidência, durante o exercício de 2022, foram empreendidas com ênfase no compromisso essencial em fazer de cada cidadão norte-rio-grandense um agente de transformação social, coparticipante no modelo de governança proativa, em que as demandas da sociedade são a base de atuação do Poder Legislativo Estadual, reconhecendo a sociedade potiguar como a verdadeira protagonista dos efetivos resultados de gestão.

Com o propósito de solidificar um canal integrativo e participativo de representação social, o Gabinete da Presidência organizou agendas positivas em que as audiências institucionais foram palcos de debates plurais. Discussões subsidiadas para possibilitar, conjuntamente com a Diretoria-Geral, a Diretoria Administrativa e Financeira, a Diretoria-Geral da Presidência, a Diretoria de Representação Institucional e a Coordenadoria de Relações Públicas as seguintes ações:

Consolidação de parcerias que asseguraram a otimização de serviços essenciais como os trabalhos realizados pelo Hospital Infantil Varela Santiago. Especificamente nessa ação, a ALRN destinou recursos financeiros necessários para a readequação de equipamentos e aprimoramento dos serviços relacionados à UTI Neonatal do Hospital.

Implementação de reuniões presididas pelo Chefe do Poder Legislativo destinadas à efetivação do Concurso Público para provimentos de cargos vagos. As ações foram coordenadas pela Comissão Especial do Concurso Público e pela Diretoria-Geral.

Subsídio ao presidente nas reuniões que impulsionaram a exitosa expansão do “Legis Plenário”. O Sistema desenvolvido, pela Diretoria de Gestão Tecnológica, foi destaque, em 2022, ao ser premiado na 25ª Conferência da UNALE, com o prêmio Assembleia Cidadã, na categoria “Gestão”.

Articulação de audiências do presidente com dirigentes do SEBRAE/RN, resultando na consolidação de parceria para implementação do programa “Sala do Empreendedor”, locais de atendimento das Prefeituras Municipais instituídos para facilitar os processos de abertura de empresas, propiciando novas alternativas para a geração de emprego e renda.

Assessoramento ao Chefe do Poder Legislativo nas reuniões administrativas com a Diretoria-Geral da Casa e a Divisão de Engenharia e Arquitetura para a continuidade das reformas nas unidades administrativas, com destaque para o plano de reforma das instalações do Memorial da Cultura e do Legislativo Potiguar.

Acompanhamento dos trâmites para realização de reunião com representantes da Liga Norte-Rio-Grandense Contra o Câncer que resultaram na consolidação de parceria para o incremento dos atendimentos oncológicos no Estado, por meio do fornecimento de um mamógrafo digital de alta tecnologia (Selenia Dimensions, 3000 2D), uma estação de trabalho (SECUREVIEW 1200) e o sistema de orientação para biopsia de mama ereta.

Organização, junto ao receptivo da ALRN e à Diretoria-Geral, de reunião com o Arcebispo Metropolitano de Natal, Dom Jaime Vieira Rocha, e o Pároco da Catedral Metropolitana de Natal, Padre Valdir Cândido de Moraes. A reunião selou a assinatura de convênio que possibilitará a reestruturação do prédio da Catedral Metropolitana de Natal.

Elaboração de 1.157 Ofícios, dentre estes: 31 Ofícios para a Bancada Federal do Estado, 3 para o Presidente da República, 12 para Ministros de Estado, e 1.111 para as demais autoridades cuja emissão regimentalmente são de competência do Presidente. O encaminhamento dos ofícios estabeleceu comunicação com as autoridades diversas buscando tratar de questões de interesse deste Poder.

### Diretoria-Geral da Presidência

A Diretoria-Geral da Presidência é responsável por assessorar a Presidência, respaldada na Resolução n.º 90/2017, cujas diretrizes delimitam os assuntos de ordem institucional e política, determinando as seguintes competências: planejar, coordenar e orientar as atividades das demais unidades subordinadas a esta Diretoria. São elas: Gabinete da Diretoria-Geral da Presidência, Escola da Assembleia, Diretoria de Comunicação Institucional, Diretoria de Representação Institucional, Gabinete de Segurança Institucional, e Coordenadoria de Relações Públicas.

No ano de 2022, assim como nos anos anteriores, a Diretoria-Geral da Presidência delimitou seus trabalhos na premissa de oferecer efetivo assessoramento à Presidência da ALRN, estabelecendo o suporte operacional necessário para aprimorar caminhos que aproximem a população do Legislativo Potiguar. Neste sentido, manteve o cumprimento de suas atribuições, oferecendo subsídios ao Chefe do Poder Legislativo no exercício de suas funções e prerrogativas.

Ademais, as atividades foram desempenhadas seguindo as disposições contidas no Plano Estratégico da ALRN – Horizonte 2023, assegurando assim o alinhamento entre esta Diretoria e a consecução dos macroprocessos delineados.

Responsável por assistir direta e imediatamente à Diretoria-Geral da Presidência, o Gabinete desta Unidade desenvolveu as seguintes ações:

Intermediação e participação de visita técnica conjunta com equipes da Diretoria Administrativa e Financeira, Diretoria de Gestão Tecnológica, Divisão do Memorial da Cultura e do Legislativo Potiguar e Divisão de Arquitetura e Engenharia às instalações do Memorial do Tribunal Regional Federal da 5ª Região. A ação subsidiou a elaboração do Projeto Museográfico do novo Memorial da ALRN.

Assessoramento e acompanhamento do receptivo da ALRN, nas reuniões e eventos institucionais promovidos pela Presidência, assegurando o suporte operacional concomitantemente com a assessoria direta do Gabinete da Presidência, da Diretoria de Representação Institucional, da Coordenadoria de Relações Públicas e da Divisão de Cerimonial.

Proporcionou suporte operacional e acompanhamento, junto à Divisão de Cerimonial, de audiências em que o Presidente da ALRN consolidou o diálogo produtivo, captando as demandas de entidades representativas de seguimentos diversificados como: SEBRAE/RN, UNALE, Ministério Público de Contas, representantes da Carcinicultura, IDEMA, gestores da Igreja Católica, representantes da Câmara Municipal de Bauru, Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJ/RN), Assessoria de Organização de Concursos Públicos (AOCP), representantes da Segurança Pública, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), entre outras entidades. Essas atividades auxiliaram debates que resultaram em ações relevantes para a sociedade potiguar, como o apoio ao empreendedorismo no Estado, por intermédio de parceria com o SEBRAE e a FEMURN.

Expedição de documentos, determinando contratações de compras e serviços, por meio da produção de memorandos e despachos aos órgãos administrativos internos, bem como encaminhamentos de expedientes aos órgãos vinculados à atividade parlamentar. A partir da abertura de processos administrativos instaurados pela Diretoria-Geral da Presidência, foram disponibilizados apoios culturais a eventos, por intermédio das ações do Projeto “Assembleia Cultural”, desenvolvido pela Diretoria de Políticas Complementares e contratações para serviços de editoração eletrônica de obras literárias referentes a autores potiguares de grande relevância no acervo histórico do Poder Legislativo Estadual, como a escritora, educadora e poetisa brasileira Nísia Floresta; ato conjunto com a Diretoria-Geral da Assembleia e Memorial da Cultura e do Legislativo Potiguar, idealizadores da ação.

Autorização, monitoramento e encaminhamento de processos instaurados decorrentes dos memorandos expedidos pela Escola da Assembleia, junto às áreas finalísticas competentes, destacando-se os processos para a contratação de docentes (101 contratos) e as contratações de serviços de apoio estrutural aos cursos ofertados pela referida unidade.

Formalização das convocações oficiais determinadas pelo Chefe do Poder Legislativo, supervisionadas pela Diretoria Legislativa, por meio da Coordenadoria de Suporte Legislativo. Foram realizadas 40 convocações oficiais ao Parlamento destinadas à formalização de reuniões periódicas com o Colegiado de Líderes das Bancadas e com os componentes da Mesa Diretora da Casa.

Realização do secretariado executivo às atividades desenvolvidas pelo Parlamento durante o desenvolvimento das sessões ordinárias e extraordinárias, no formato estritamente presencial, expedindo comunicados aos gabinetes parlamentares e assessores legislativos, quando acionados pelo Presidente e/ou pela Diretoria Legislativa.

### Escola da Assembleia

A Escola da Assembleia integra a estrutura organizacional da ALRN, sendo responsável por gerir e executar a Política de Capacitação do Poder Legislativo Potiguar, vinculada ao Sistema Estadual de Ensino, a partir do seu credenciamento pelo Conselho Estadual de Educação, atuando como unidade educacional voltada à formação política, cidadã e profissional dos agentes do Poder Legislativo e da comunidade.

Priorizar o desenvolvimento humano, trabalhando a potencialização de suas habilidades e competências, contemplando, sobretudo, ações que visam o exercício da cidadania e a qualificação para o mercado de trabalho, são metas estabelecidas pela Escola, na condição de unidade estadual de ensino. Além de ofertar treinamentos de amplo alcance social, as capacitações e formações *latu sensu*, concernentes aos servidores do Poder Legislativo, resultam na otimização da administração desta Casa Legislativa e dos serviços por ela disponibilizados, contribuindo para o exercício pleno da democracia.

Na condição de Escola do Legislativo Estadual, a EALRN compõe o Sistema Nacional de Ensino Legislativo empreendido pela Associação Brasileira de Escolas do Legislativo e de Contas (ABEL), composto por órgãos educacionais do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Tribunal de Contas da União, de Assembleias Legislativas Estaduais, da Câmara Legislativa (DF), de Câmaras Municipais e de Tribunais de Contas Estaduais.

Por relacionar-se a uma área específica de gestão, as informações sobre as atividades de capacitação e qualificação podem ser encontradas na seção Gestão de Capacitações e Qualificações, no capítulo Áreas Específicas de Gestão. Ademais, a atuação da EALRN relacionadas à sociedade pode ser encontrada na seção Relacionamento com a sociedade, neste mesmo capítulo.

### Diretoria de Comunicação Institucional

A Diretoria de Comunicação Institucional (DCI) é a unidade responsável em divulgar as ações da ALRN, no âmbito jornalístico, e promover a comunicação institucional desta Casa Legislativa. Assim, tem atuado na interlocução junto à sociedade, por intermédio da divulgação dos atos do Presidente e sobre os temas que lhe forem determinados, falando em seu nome e promovendo o esclarecimento dos programas e políticas do Legislativo, contribuindo para a sua compreensão e expressando os pontos de vista do Presidente, por determinação deste, em todas as comunicações dirigidas à sociedade e à imprensa.

No ano de 2022, a Casa foi destaque na imprensa e na sociedade dada sua atuação de propor e aprovar leis que norteiam a sociedade potiguar. No tocante à esta Diretoria, o

acesso às informações e aos conteúdos legislativos, produzidos na ALRN, cumpre a Lei de Acesso à Informação e oferta publicidade aos atos legislativos por meio de produtos impressos, campanhas de conscientização e audiências públicas em que as ações desta Casa e os resultados são elevados, como a campanha a favor da conquista e premiação do tricampeonato do Prêmio Assembleia Cidadã, na categoria Gestão, da UNALE.

A transparência da 62ª Legislatura com a produção de relatórios de gestão e índices amplamente divulgados pela Diretoria também faz parte desse trabalho. Esta Diretoria também elevou e divulgou nos meios de comunicação, por meio de rádio, televisão, jornais impressos, blogs e portais de notícias, os principais projetos e ações da Casa.

As atividades produzidas por esta Diretoria tiveram foco na implantação da TV Institucional, com monitores espalhados nos corredores da Casa; a atuação em Gerenciamento de Crise; a consolidação do personagem Legis na apresentação de ações internas; transmissões ao vivo pelas redes sociais e ampliação da participação em lives.

Composta por comunicadores/comunicadoras, que atuam como repórteres, fotógrafos/fotógrafas, editores/editoras, *social media* e publicitários/publicitárias, esta Diretoria tem em sua estrutura as seguintes unidades subordinadas: Gabinete de Apoio Administrativo, Chefia de Apoio Administrativo, Assessoria, Coordenadoria de Imprensa e Divulgação, e Coordenadoria de Comunicação.

Cotidianamente, alguns desses profissionais estão dispostos em equipes e realizam as atividades em diferentes eventos: sessões ordinárias, extraordinárias e solenes; audiências públicas; reuniões na Presidência e nas Comissões; e em atividades de acompanhamento externo, como nas ações do Programa Assembleia e Você. Atuam ainda junto às assessorias dos Deputados/Deputadas Estaduais, realizando entrevistas, enviando as entrevistas para emissoras de rádio e de televisão, divulgando o conteúdo elaborado pelas assessorias, enviando para a imprensa, e publicando no site e nas redes sociais da ALRN.

As atividades desenvolvidas pela Diretoria estão inclusos no Plano de Comunicação 2022 e são apresentadas a seguir, juntamente a suas efetividades.

Atualização do Portal da ALRN.

Ampliação da visibilidade das atividades parlamentares e administrativas da Casa pela sociedade, assim como de matérias de interesse público, por meio de atualizações diárias; ampliação do conjunto de canais de comunicação, incluindo as seções do DOE, Transparência, Governança e Redes Sociais; facilitação do acesso à Revista da Assembleia (produzida anualmente pela Diretoria), a partir da inclusão de atalhos para os arquivos digitais e anuais desta publicação; transmissão das atividades parlamentares por meio do link da TV Assembleia.

Planejamento da área de comunicação, por meio de reuniões com as unidades administrativas para organização e/ou participação de eventos, elaboração de *checklist* para eventos e confecção de *papers* para eventos.

Realização de ações e projetos, constantes no Plano de Comunicação 2022.

Planejamento da área de publicidade.

Organização orçamentária dos contratos de publicidade.

## RESULTADOS DA GESTÃO

Coordenação e unificação da Comunicação junto aos/às assessores/assessoras de imprensa dos 24 Deputados/Deputadas Estaduais.

Unificação das informações que serão comunicadas e/ou enviadas à imprensa.

Organização da comunicação entre a DCI e as unidades que desenvolvem projetos.

Melhoria da comunicação e, conseqüentemente, da divulgação e publicização dos projetos que são direcionados para a sociedade.

Modernização dos botões da TV Institucional com divulgação também das campanhas de conscientização e institucionais.

Exibição de fotos e vídeos em monitores instalados nos principais corredores de acesso da sede do Poder Legislativo Estadual e em seus anexos.

Identificação de prováveis/possíveis riscos e acompanhamento da matriz de risco.

Redução ou eliminação de riscos que poderiam vir a prejudicar a imagem da ALRN.

Avaliação de *clipping* por meio de reuniões diárias e acompanhamento do que é divulgado e publicado na imprensa citando a ALRN.

Coleta de informações para a tomada de decisões.

Elaboração e constante avaliação de prevenção no Gerenciamento de Crise.

Reuniões e encaminhamento de notas com temas voltados para gestão, imagem e esclarecimentos da atuação parlamentar.

Atuação no Gerenciamento de Crise por meio de: monitoramento *online* e por meios de *clipping* digital e *software*; treinamento de porta-voz; coordenação e/ou centralização de informações; balanço do conteúdo; e envio de notas à imprensa.

Redução dos danos causados por uma fase difícil que a ALRN enfrentou.

Análise e implementação de novas estratégias de comunicação.

Ampliação e melhoria dos canais de comunicação para a sociedade.

Participação em reuniões e decisões administrativas.

Gerenciamento de ações estratégicas na Comunicação da ALRN.

Modernização do boletim – com fotos e vídeos – disponibilizado por meio de listas de transmissão em plataformas bidirecionais de comunicação.

Distribuição do resumo da semana do Plenário para quatro listas: Deputados/Deputadas Estaduais, servidores/servidoras, imprensa e público externo.

Produção fotográfica.

Ampliação da qualidade de materiais impressos e digitais.

Coordenação de ações relacionadas aos profissionais e do Comitê de imprensa.

Acompanhamento de ações em Plenário, e Apoio e atuação nas audiências públicas.

Produção mensal de Cadernos especiais e do Manual das Eleições 2022.

Promoveu a transparência às atividades da ALRN e o apoio ao processo eleitoral.

Atuação nas redes sociais



■ Criação e produção dos calendários acadêmicos da Escola da Assembleia.

■ Disponibilização no site e nas redes sociais, ampliou a divulgação dos cursos ofertados e das novidades do semestre para a comunidade.

■ Atualização diária das redes sociais.

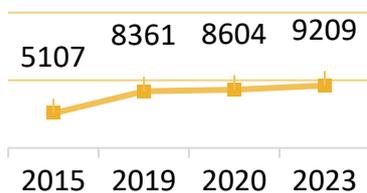
■ Ampliação do conhecimento das ações parlamentares e administrativas da ALRN, assim maior interação entre a Casa do Povo e a sociedade.

■ Transmissão de reuniões das comissões e atividades no Plenarinho.

■ Ampliação de atuação no YouTube.

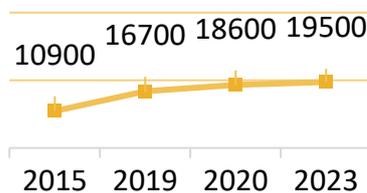
O plano de fundo do dispositivo móvel foi gentilmente cedido pela aquarelista e servidora efetiva da ALRN, Martha Isabelle. A obra sem nome foi pintada em 2023.

Número de seguidores no Facebook



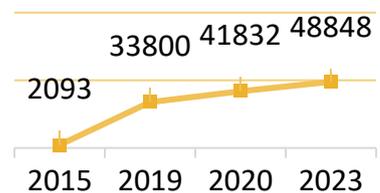
Mesmo sendo uma rede social em declínio no Estado, nota-se um crescimento significativo no número de seguidores da Casa no Facebook.

Número de seguidores no Twitter



Apesar de apresentar crescimento mais lento que as demais redes sociais, há engajamento relevante para a pouca adesão desta rede no Estado.

Número de seguidores no Instagram



Segue sendo a rede social de maior relevância para a Casa, concentrando o maior número de seguidores e de engajamento, em curva crescente desde 2015.

### Diretoria de Representação Institucional

De acordo com a Resolução N° 090/2017, que normatizou a estrutura organizacional da ALRN, a Diretoria de Representação Institucional e sua Divisão de Desenvolvimento Institucional têm como função essencial o assessoramento à Presidência desta Casa. Complementarmente, outras atribuições são realizadas.

O compêndio das atividades desenvolvidas por esta Diretoria, no ano de 2022, e os principais resultados obtidos são apresentados a seguir:

Acompanhamento diário da imprensa local e nacional para subsidiar projetos e demandas que atendam aos interesses da sociedade, por meio da proposição de sugestões sobre assuntos relacionados ao cotidiano da imprensa impressa e digital, com a interlocução da Diretoria de Comunicação Institucional.

Neste sentido, foram geradas soluções práticas para a comunidade, bem como o devido monitoramento para que essas demandas também chegassem ao conhecimento público, por meio dos mecanismos de comunicação digital e veículos de imprensa.

Estreitamento de relações com organizações da sociedade civil, entidades empresariais, instituições educacionais e demais atores locais, visando sempre o desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Norte.

A aproximação com outras entidades foi fundamental para fortalecer a representatividade da ALRN e para garantir que as demandas da população estejam alinhadas com as da Casa.

Apoio logístico, material e intelectual, ordenado pela Presidência da Casa, às instituições e organizações locais ou nacionais que sejam de interesse da ALRN ou da população do Estado. Esse apoio incluiu o fornecimento de recursos humanos, materiais, como equipamentos e suprimentos, bem como o fornecimento de suporte intelectual, como consultoria técnica ou assessoria jurídica.

Dessa forma, a Diretoria atuou em estreita colaboração com a Presidência, com foco na melhoria da qualidade de vida do cidadão potiguar.

Promoção de políticas e acordos de integração com assembleias legislativas e órgãos dos demais estados da Federação.

Para esta finalidade, a Diretoria debateu melhores práticas de políticas públicas que já foram implementadas e obtiveram êxito em outros estados, visando sempre o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida da população.

Elaboração de relatórios permanentes e acompanhamento de reuniões das Comissões Parlamentares e reuniões em órgãos da administração pública estadual, visando melhor interação entre a ALRN e os poderes e órgãos da esfera estadual.

Essa interação foi produtiva por garantir que as ações da ALRN estivessem alinhadas com as políticas públicas do Estado e para que esta Casa Legislativa pudesse contribuir com seu desenvolvimento.

Facilitação do intercâmbio de informações de interesse público e o apoio institucional na prática de políticas públicas.

Essa troca de informações foi fundamental porque garantiu que a ALRN estivesse sempre atualizada sobre as necessidades e demandas da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento do Estado.

Acompanhamento das políticas e acordos de integração com os municípios do estado, visando possibilitar que os interesses da população, nos mais diversos municípios, chegassem até o legislativo estadual.

Esse trabalho, que consistiu em atendimentos por meio de reuniões presenciais ou *on-line* entre a equipe desta Diretoria com chefes ou integrantes dos executivos ou legislativos municipais, teve como objetivo garantir que as necessidades e demandas da população e dos servidores dos municípios do estado fossem ouvidas e atendidas pela Casa. Com o mesmo objetivo, ocorre a fiscalização de contratos institucionais.

Promoção de visitas e reuniões à Casa Civil do Governo do Estado, FEMURN e FECAM, visando fortalecer o relacionamento entre a ALRN e essas entidades.

As visitas e reuniões foram fundamentais para garantir que esta Casa Legislativa estivesse sempre alinhada com as políticas públicas do estado e com as necessidades e demandas dos municípios.

Subsídios aos projetos de interesse do Gabinete da Presidência da ALRN. Esses projetos visaram contribuir para o desenvolvimento do estado e para o bem-estar da população, por meio da promoção de políticas públicas efetivas.

A Unidade também trabalhou para garantir que esses projetos estivessem alinhados com as necessidades e demandas da sociedade. Neste sentido, atuou em conjunto com o Gabinete da Presidência da ALRN para garantir que as políticas públicas fossem efetivas e atendessem às necessidades da população.

Acompanhamento aos Deputados Estaduais da ALRN em viagens oficiais, visando proporcionar uma assistência efetiva para melhor desenvolvimento da atividade parlamentar.

O acompanhamento incluiu, desde o planejamento e organização da viagem, quando necessário, até a assistência técnica e institucional durante sua realização. Destaca-se a participação desta Unidade na 25ª Conferência da União Nacional dos Legisladores e dos Legislativos Estaduais, realizada em novembro de 2022, na cidade de Recife/PE.

Captação dos pleitos de melhorias para os municípios do estado, por meio da realização de audiências institucionais, visando promover o avanço regional.

Para atender a essas demandas, a ALRN realizou proposituras à Mesa Diretora e demais autoridades competentes, visando apresentar soluções para os problemas identificados nos municípios. Essas proposituras foram apresentadas por Deputados Estaduais e Comissões da Casa Legislativa, sendo encaminhadas para análise e deliberação das autoridades competentes, visando garantir a efetividade das medidas propostas.

## Gabinete de Segurança Institucional

O Gabinete de Segurança Institucional (GSI) é a unidade responsável pela garantia da ordem e do patrimônio físico da ALRN, além de se incumbir pela segurança pessoal do Presidente desta Casa em qualquer localidade do território nacional, como também dos Membros da Mesa na extensão territorial do Estado, quando estiverem em missão institucional e, dos Deputados/Deputadas Estaduais, servidores/servidoras ou quaisquer pessoas que eventualmente estiverem a serviço, quando assim for determinado pelo Presidente, cumprindo, em caráter privativo, as demais atividades típicas de segurança de autoridades, polícia legislativa e brigada de incêndio. Outrossim, o Gabinete encarrega-se também da segurança do patrimônio humano da Casa: servidores/servidoras, colaboradores/colaboradoras terceirizados/terceirizadas e visitantes.

O GSI é composto por duas Divisões, sendo: a **Divisão de Inteligência e Operações**, unidade responsável pelo apoio técnico necessário ao desenvolvimento dos trabalhos do Gabinete e outras incumbências relacionadas ao assessoramento das decisões e tomada de medidas de contrainteligência desta Casa; e a **Divisão de Policiamento e Brigada de Incêndio**, responsável pela preservação da ordem e do patrimônio da ALRN, mantendo a vigilância permanente por meio da gestão da segurança orgânica e uso de sistemas eletrônicos para este intuito, além de incumbir-se pela segurança do Presidente, dos/das servidores/servidoras, bem como pelas atividades relacionadas à segurança contra incêndio, pânico, abandono de edificações, primeiros socorros, desenvolvimento e implantação de polícia prevencionista de segurança contra incêndio em suas estruturas físicas.

Esse Gabinete realizou, no ano de 2022, significativas atividades para o aprimoramento da prestação de seus serviços institucionais, englobando a segurança orgânica dos prédios e anexos deste Poder, e os relativos a outros espaços adquiridos para futuras instalações do Poder Legislativo Estadual. Além do mais, houve a ênfase na capacitação de seus/suas servidores/servidoras, por meio da realização continuada de cursos e treinamentos.

As atividades desenvolvidas foram relevantes por constituírem ações para a guarda e preservação do patrimônio físico e do humano, com vista à garantia do bem-estar e incolumidade dos servidores e visitantes desta Casa Legislativa. Ademais, os/as agentes lotados no Gabinete são responsáveis, muitas das vezes, por serem os/as primeiros/primeiras a atender e recepcionar os/as eventuais visitantes, ajudando na orientação e fornecimento de informações úteis à população em geral.

Andamento do Programa de Capacitação Continuada, com a capacitação de 60 servidores/servidoras com curso de tiro para todo o efetivo operacional do GSI.

Resultou em uma melhor prestação de serviços internos e externos, ao ampliar a capacidade técnica e operacional no atendimento das demandas da unidade.



Andamento de elaboração de convênio com a Polícia Militar para patrulhamento do entorno dos prédios do poder legislativo e do Centro da cidade do Natal.

A execução do convênio resultará na melhoria da segurança orgânica do entorno dos imóveis pertencentes à ALRN e na contribuição desta Casa no fomento da segurança pública nessa região.

Implementação do Projeto de atualização e ampliação do sistema de videomonitoramento, com a previsão de cobertura também para os anexos da ALRN.

A execução do Projeto aprimorará a qualidade das câmeras e dos equipamentos de gravação e transmissão de imagens, assim como ampliará a cobertura de maiores áreas e prédios anexos, resultando na redução do tempo-resposta para atendimento de ocorrências e ampliação do registro de imagens.

Acompanhamento realizado pelo efetivo de agentes de segurança de Sessões, assim como do trabalho das Comissões e do acesso de autoridades e participantes.

Garantia da ordem e segurança dos trabalhos legislativos, inclusive nos deslocamentos da Sede deste Poder para outros locais e/ou cidades e ações específicas realizadas em alguns municípios e eventos pelo Rio Grande do Norte.

Emprego do efetivo em escalas de 24hs, diárias e ininterruptas, no Palácio José Augusto e em seus Anexos.

Garantia da ordem e segurança das instalações da Casa Legislativa, dos/das servidores/servidoras e dos trabalhos realizados nesta.

Atuação da Brigada de Incêndio, por meio de ações preventivas e combativas, no tocante a se evitar e/ou mitigar situações de sinistro envolvendo acidentes, incêndios e situações que possam resultar em prejuízos humanos e de equipamentos e instalações.

Garantia da segurança das instalações físicas e de pessoal da Casa Legislativa.

Acompanhamento realizado pelo efetivo de agentes de segurança responsáveis pela segurança pessoal do Presidente da ALRN, durante seu traslado no Estado.

Incolunidade e segurança do Chefe do Poder Legislativo Estadual.

Suporte da equipe administrativa, no tocante à confecção, recebimento e encaminhamento de documentos, solicitações de materiais e equipamentos, acompanhamento e fiscalização dos contratos, convênios com outras instituições, ofícios e comunicações com outras instituições, além de outros expedientes administrativos.

Suporte e continuidade da prestação das atividades finalísticas do GSI.

Acompanhamento pela equipe administrativa das demandas relativas aos contratos em fiscalização, a exemplo dos relativos ao contrato de manutenção preventiva e corretiva dos scanners detectores de raio-x, portais detectores de metal, do contrato de prestação de serviço da empresa terceirizada de segurança privada, além do suporte à confecção de crachás de identificação dos servidores da ALRN.

Contribuição na segurança orgânica do Poder Legislativo, com o suporte de tecnologias e outros colaboradores.

## Coordenadoria de Relações Públicas

A Coordenadoria de Relações Públicas, no ano de 2022, seguiu trabalhando de forma interligada às suas Divisões objetivando o planejamento, a organização e a execução das solenidades de caráter institucional, empreendidas por esta Casa Legislativa. Práticas protocolares roteirizadas e previamente idealizadas foram desenvolvidas visando a excelência na execução de cada evento promovido pelo Poder Legislativo Estadual.

Dentre as funções destinadas à Coordenadoria estão, primordialmente, a organização e o acompanhamento da agenda institucional, incluindo o desenvolvimento dos eventos relacionados ao Parlamento e às unidades administrativas da ALRN. O trabalho em conjunto com a Divisão de Cerimonial teve os esforços concentrados na responsabilidade essencial de executar com eficiência e eficácia as ações dos receptivos protocolares, com ênfase no agendamento, organização e acompanhamento das sessões solenes.

Em um ano caracterizado pela efetiva retomada dos eventos com a presença do público externo, foi consolidada a organização, a execução e o acompanhamento de sessões solenes, sessões especiais e eventos programados pelas unidades administrativas, destacando como maiores perfis de demandas:

Estruturação, conjuntamente à Diretoria Legislativa, da Sessão preparatória para a **Instalação dos Trabalhos Legislativos da 4ª Sessão Legislativa da 62ª Legislatura**, no Plenário Deputado Clóvis Motta: Sessão de abertura dos trabalhos legislativos em 2022 que periodicamente envolve todo o Parlamento e, a cada início de ano, demanda suporte logístico e protocolar do receptivo da ALRN;



Organização de 30 sessões solenes com ênfase para: Sessão Solene em homenagem à Campanha “Outubro Rosa” – marco anual para o início de várias mobilizações relacionadas à campanha de prevenção ao câncer de mama; Sessão Solene em homenagem ao Deputado Getúlio Rêgo pelos seus 40 anos de atuação ininterrupta no Parlamento Potiguar; Sessão Solene da Entregas das Medalhas dos Méritos Social, Legislativo e Cultural da ALRN, todos os receptivos formalizados no Plenário Deputado Clóvis Motta;

Desenvolvimento de receptivo, junto à Diretoria de Comunicação Institucional, para o Lançamento da campanha da ALRN de conscientização sobre o Alzheimer, evento que dispôs da presença de especialistas, representantes de entidades médicas e de associações correlatas, no Plenário Deputado Clóvis Motta;

Operacionalização da Cerimônia de Entrega do Prêmio UNALE 2021 – recebimento do troféu do Prêmio “Assembleia Cidadã”, na categoria “Gestão”, com o projeto “E-Legis”, realizada no Auditório Cortez Pereira;

Recepção às Rodas de conversas e palestras promovidas pelas unidades administrativas da Casa que abordaram temáticas sociais e assuntos relevantes na psicologia comportamental contemporânea como: “Maternidade”, “Ansiedade”, “Luto”, Palestra sobre “Qualidade de Vida”, “O Protagonismo da Mulher Norte-Rio-Grandense”;

Colaboração na divulgação dos/das artesãos/artesãs potiguares e de seus trabalhos, por meio da organização periódica de **feiras de artesanatos** no Salão Nobre Deputado Iberê Ferreira de Souza;



Ambientação e recepção para o lançamento do livro da escritora e advogada potiguar Tereza Oliveira, intitulado: “Gentil, verás que um filho teu não foge à luta”, sobre a história do líder político de Alexandria, no Alto Oeste potiguar, Gentil Oliveira, no Salão Nobre da Casa Legislativa;

Colaboração na execução da **VII Mostra Fotográfica Beneficente “Mães do Juvino Barreto”**, realizada no Salão Nobre Deputado Iberê Ferreira de Souza;



Organização protocolar para a recepção das audiências institucionais formalizadas pelo Chefe do Poder Legislativo. Reuniões com diversos segmentos sociais dentre os quais: representantes do Parlamento do Estado do Rio Grande do Sul, representantes da Polícia Civil Militar, dirigentes da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (UNALE), Reitores da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), integrantes do Sindicato dos Auditores Fiscais, membros da Associação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (AMPERN), dirigentes do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

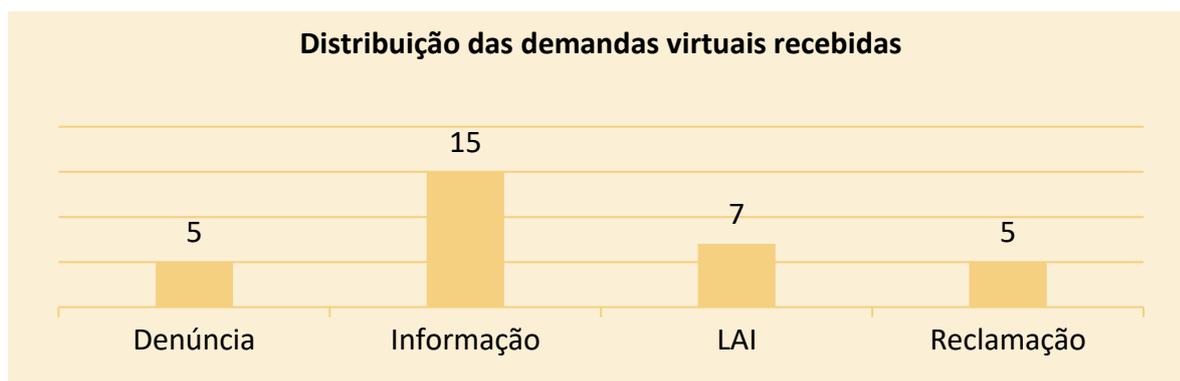
## Ouvidoria

Ouvidorias são instrumentos de participação e de exercício da democracia presentes em diferentes níveis de governo. No Poder Legislativo do Rio Grande do Norte, a unidade com essa finalidade foi criada pela Resolução nº 90/2017 e regulamentada pelo Ato da Mesa nº 2298, de 19 de setembro de 2018.

A Ouvidoria da ALRN se propõe a ser um importante elo entre a sociedade e esta Casa Legislativa, além de ser uma destacada ferramenta de gestão, atuando por meio de informações recebidas pelo seu canal de comunicação, que ajudam a identificar desserviços e falhas. A análise e o tratamento adequado das manifestações dos/das cidadãos/cidadãs estimulam a participação deles no efetivo controle social. Dada a sua atividade mediadora entre a população e a gestão, a Ouvidoria pode ser considerada como legítima instância para a gestão pública.

Ademais, cabe ressaltar que a Ouvidoria atende tanto ao público externo quanto aos integrantes do quadro interno de Deputados/Deputadas Estaduais e servidores/servidoras, objetivando alcançar, pela via da mediação, quaisquer pendências que lhe sejam possíveis solucionar ou encaminhar soluções.

Nesse sentido, a Ouvidoria recebeu e direcionou o atendimento das 32 demandas virtuais que lhe foram encaminhadas pelo e-mail indicado no site da Assembleia. Os assuntos dessas manifestações foram diversificados conforme o gráfico ao lado. Todas essas demandas constituíram objeto de diligências junto aos órgãos competentes e foram devidamente respondidas, mantendo-se e garantindo o sigilo da fonte das denúncias e sugestões e demais ocorrências.



Objetivando atender com a máxima eficiência, foram realizadas reuniões regulares presenciais da equipe e do grupo Ouvidorias em Rede do Rio Grande do Norte. Além disso, a Ouvidoria participou do Encontro Nacional de Ouvidorias do Legislativo – evento promovido pela Ouvidoria Geral da União e Câmara dos Deputados, em Recife/PE, realizado paralelamente à 25ª Conferência da UNALE – e do Congresso Brasileiro de Ouvidores, ocorrido em Fortaleza/CE. Ambos os eventos aconteceram em novembro do ano de 2022.

## Controladoria

A Controladoria é a unidade responsável pela análise e pela regularidade de processos relativos à admissão e aposentadoria de servidores/servidoras efetivos/efetivas da Casa Legislativa; a comprovação da despesa pública orçamentária realizada pelo regime de adiantamento; os relatórios de gestão fiscal. Além dessas, a Controladoria possui atribuições de órgão de auditoria interna, reguladas pela Resolução nº 90/2017, bem como pela Resolução nº 109/2018 (alterada pela Resolução nº 014/2019), competências estas a serem exercidas pelas Inspetorias Temáticas que a integram: de Gestão de Pessoas; de Finanças, Orçamento e Contabilidade; de Controle Externo; de Gestão Tecnológica; de Compras, Licitações e Contratos; de Acompanhamento e Análise das Verbas indenizatórias dos Gabinetes Parlamentares; e de Controle Patrimonial e Almoxarifado.

Ademais, em adição à atividade de análise de processos administrativos de tramitação obrigatória e às ações de auditoria interna previstas no correspondente Plano Anual da Controladoria (PAC), aprovado pela Mesa Diretora por meio do Ato da Mesa nº 120, de 18 de fevereiro 2022, a Controladoria também atua em demandas específicas requeridas pelas Diretoria-Geral e Diretoria Administrativa e Financeira desta Casa.

A seguir, são apresentadas as principais atividades desenvolvidas e a efetividade destas:

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Análise da prestação de contas dos suprimentos de fundos concedidos.	Todos os processos tiveram sua regularidade atestada, considerando a utilização dos recursos públicos de forma transparente, eficiente, eficaz e em conformidade com a legislação.
Organização, emissão de parecer e acompanhamento do envio do processo de prestação de contas anuais de gestão da ALRN ao TCE/RN – ano base 2021.	Prestação de Contas concluída e enviada dentro do prazo concedido, atendendo ao que dispõe os textos normativos das Resoluções nº 12/2016 e nº 18/2016, do TCE/RN, tendo sido verificada a regularidade da prática de atos de gestão, no exercício de 2021, observando-se a legalidade, legitimidade e economicidade na administração dos recursos públicos.
Acompanhamento do Envio das Declarações de Bens e Rendados/das servidores/servidoras e dos membros da ALRN e dos/das servidores/servidoras da FDM ao TCE/RN, através do Sispati e do Portal do Servidor – ALRN.	Zelo pelo cumprimento da Resolução nº 30/2016 – TCE/RN, auxiliando na fiscalização dessas declarações, com a finalidade de controle da variação patrimonial e de sinais de enriquecimento ilícito de agentes públicos, promovendo a transparência pública.
Elaboração do Plano Anual da Controladoria – PAC 2023.	Remetido para análise da Mesa Diretora dentro do exercício e, sendo aprovado, orientará as ações a serem realizadas pela Unidade no ano de 2023.

## RESULTADOS DA GESTÃO

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Análise de processos de nomeação e aposentadoria conforme Ato da Mesa nº 1951/2019.	Verificação e acompanhamentos dos processos de nomeação de servidores efetivos e processos de aposentadoria previamente à remessa ao TCE/RN para registro.
Edição do Manual de Procedimentos da Controladoria.	Estudo para edição do Manual de Procedimentos de maneira a padronizar os trabalhos desenvolvidos, formato dos documentos e procedimentos dentro da unidade.
Revisão dos indicadores pertinentes à Controladoria constantes no Planejamento Estratégico 2020-2023 da ALRN.	Recursos redirecionados ao atendimento dos indicadores do Planejamento Estratégico da ALRN e consequente cumprimento de seu papel social compreendido na sua missão, visão e valores.

Evidencia-se assim que a Controladoria se ateu à análise dos processos administrativos de tramitação obrigatória; à atuação e organização do processo de prestação de contas ao TCE/RN; ao acompanhamento do envio da declaração de bens e rendas de membros e servidores ao TCE/RN, bem como à notificação daqueles que não o fizeram e o avanço na edição do Manual de Procedimentos desta unidade administrativa. Além disso, os trabalhos desenvolvidos como desdobramento do PAC 2022 foram realizados e as recomendações expedidas para melhoria e otimização dos controles internos.

### Procuradoria-Geral

A Procuradoria-Geral, órgão diretamente vinculado à Mesa, é o responsável máximo pelo assessoramento jurídico, pela consultoria e pela representação judicial e extrajudicial da ALRN. Organizado em carreira, a Procuradoria-Geral é dirigida e supervisionada pelo Procurador-Geral, a quem compete agir diretamente ou por intermédio das unidades que a integram; atuando na defesa das prerrogativas institucionais e na observância das funções constitucionalmente previstas ao Poder Legislativo, amparando seus pronunciamentos na legalidade, na jurisprudência e na doutrina que militam em favor do interesse público, visando, enfim, a harmonia de entendimentos na Casa Legislativa. Sua estrutura é composta pelo Gabinete da Procuradoria-Geral, Colégio da Procuradoria e pelas Procuradorias Administrativa, Legislativa e Previdenciária.

A seguir, apresenta-se uma síntese dos principais resultados de gestão e das ações empreendidas pelo Gabinete da Procuradoria-Geral. Destacaram-se, dentre as demandas específicas em que ocorreu a participação efetiva da Procuradoria-Geral, as iniciativas:

a) Resolução nº 54, de 30 de março de 2022, que altera a Resolução nº 112, de 6 de dezembro de 2018, que dispõe sobre as diretrizes regulamentadoras do auxílio de assistência à saúde concedido aos servidores do Quadro de Pessoal da ALRN pela Lei nº 10289, de 14 de dezembro de 2017 e aos Deputados/Deputadas Estaduais;

b) Resolução n.º 58, de 14 de dezembro de 2022, que altera o art. 47 da Resolução n.º 090, de 12 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a reorganização da estrutura administrativa da ALRN e dá outras providências;

c) Resolução n.º 59, de 14 de dezembro de 2022, que regulamenta os arts. 24, 27 e 28 da Lei Complementar Estadual n.º 724, de 23 de novembro de 2022, e dá outras providências;

d) Resolução n.º 64, de 19 de dezembro de 2022, que regulamenta a substituição de servidores ocupantes de cargo ou função de chefia e direção em suas ausências e impedimentos, no âmbito da ALRN;

e) Resolução n.º 65, de 19 de dezembro de 2022, que institui a Política de Privacidade e de Proteção de Dados Pessoais no âmbito da ALRN;

f) Resolução n.º 66, de 22 de dezembro de 2022, que dispõe sobre o Código de Ética e Decoro Parlamentar e estabelece os procedimentos disciplinares da ALRN;

g) Lei n.º 11.071, de 31 de março de 2022, que dispõe sobre a reposição salarial dos servidores do Quadro de Pessoal da ALRN e da Fundação Djalma Marinho, na forma prevista nos arts. 37, X, da Constituição Federal e 26, X, da Constituição do Estado do Rio Grande do Norte;

h) Lei n.º 11.315, de 23 de dezembro de 2022, que fixa o subsídio dos Deputados Estaduais a partir de 1º de janeiro de 2023;

i) Lei Complementar n.º 722, de 23 de novembro de 2022, que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar para agentes políticos e servidores não efetivos da ALRN; autoriza a criação do plano de benefícios de previdência complementar, o seu patrocínio pela ALRN e dá outras providências;

j) Elaboração do **Manual das Eleições 2022**;

k) Anteprojeto de resolução que dispõe sobre a regulação dos projetos, dos programas e das ações socioambientais, socioculturais e educacionais no âmbito da ALRN;

l) Minuta de Ato da Mesa com o objetivo de alterar o inciso V do art. 2º do Ato da Mesa n.º 1951, de 12 de julho de 2016, dispondo sobre a locação de imóveis para instalação das Unidades de Representação Parlamentar prevista no § 4º do art. 33-A da Constituição do Estado do Rio Grande do Norte;

m) Minuta de Ato da Mesa que regulamenta os §§ 1º e 2º do art. 344 e o art. 346 da Resolução n.º 31, de 05 de fevereiro de 2021, que institui o Regimento Interno da ALRN.



## RESULTADOS DA GESTÃO

Cumpra observar que a Procuradoria-Geral desenvolveu suas atividades com técnica e celeridade, atendendo aos prazos processuais e administrativos da Casa Legislativa, ao passo que prezou pela oferta de análise jurídica atualizada e embasada, com fundamento na legislação vigente e nas decisões dos Tribunais, de modo a colaborar com a eficiência e qualidade dos serviços administrativos.

Assim sendo, para uma melhor compreensão das atividades desempenhadas pelas divisões do Gabinete da Procuradoria-Geral e a estrutura que a compõe, apresenta-se os resultados divididos nos seguintes tópicos:

### Divisão de Acompanhamento de Processos Judiciais

Foram aprimoradas ações organizacionais no início do ano, em especial ao controle e cumprimento de prazos judiciais, os quais são inseridos em sistema interno da Divisão, a fim de tornar mais eficiente a gestão, na medida em que separa as atividades por prioridade e cronologia de resolução.

Igualmente, foi criado um relatório para arquivamento dos processos transitados em julgado, contando com 46 processos.

Atividades				
Inicial verificação dos processos judiciais sob análise da Divisão	Elaboração de relatórios processuais periódicos	Estabeleci- mento de processos internos de trabalho na Divisão	Efetivo acompanha- mento dos processos judiciais	Cumprimento de prazos judiciais

Todas as atividades acima relacionadas foram concluídas e dizem respeito aos processos judiciais que ora se tem sob acompanhamento da Divisão, que totalizam 79, sendo 59 casos em que a ALRN ou alguém de seu corpo seja parte direta, e 20 casos de mero acompanhamento de interesse pois a decisão pode afetar a Casa de alguma forma.

Dos processos acima relacionados, 27 tramitam perante a primeira instância da justiça estadual do Rio Grande do Norte, que versam sobre variados temas, a saber: reestabelecimento de VPNI, conversão de licença-prêmio em pecúnia, indenização por serviços não pagos pela ALRN, nulidades em processos licitatórios, cobrança de GDAE retirado do contracheque, dentre outros. O aumento de processos de primeiro grau se deu em virtude de ter havido 15 novas demandas judiciais relacionadas ao concurso público da ALRN ocorrido em 2022.

Estão em trâmite, no segundo grau da justiça estadual do Rio Grande do Norte, 19 processos, chamando-se a atenção para diversas Ações Diretas de Inconstitucionalidades contra dispositivos de leis exaradas pela ALRN.

Estão em trâmite no segundo grau da justiça estadual do Rio Grande do Norte 32 processos, chamando-se a atenção para diversas Ações Diretas de Inconstitucionalidades contra dispositivos de lei exaradas pela ALRN.

Ademais, tramitam 35 processos em tribunais superiores (STJ e STF), os quais versam sobre as mais diversas matérias, sendo, em sua maioria, Ações Diretas de Inconstitucionalidades contra dispositivos de lei exaradas pela ALRN.

Além disso, acompanha-se 1 procedimento de natureza administrativa, mas que pode ter implicações judiciais.

Os demais processos são notificações para resposta, exarados por órgãos judiciais.

### **Divisão de Acompanhamento de Processos Administrativos**

A Divisão de Acompanhamento de Processos Administrativos atuou em 2022 na análise de processos administrativos referentes a direitos e vantagens dos servidores, incluindo os de natureza previdenciária, bem como os processos referentes a licitações e contratos.

Passando aos números dos processos que tramitaram por este setor, tem-se que, no exercício de 2022, a Procuradoria-Geral foi instada a se manifestar 824 vezes em processos administrativos, seja em análise sobre licitações e contratos; referentes a requerimentos funcionais; ou tocantes a questões previdenciárias, além das variadas consultas respondidas e diligências realizadas aos mais diversos setores da Casa.

Tal trabalho resultou na elaboração de 655 despachos numerados, 85 pareceres numerados e 16 pareceres substitutivos, além de 68 despachos não numerados.

Os processos administrativos referentes a requerimentos de servidores versaram sobre os mais variados assuntos funcionais e somaram 213 análises. Por seu turno, os pedidos referentes a direitos previdenciários totalizaram 126 análises.

No que concerne aos processos sobre licitações e contratos, destaca-se o expressivo montante de 364 análises jurídicas, abarcando minutas de editais; análises de termos aditivos contratuais; análises acerca de contratações direta, por dispensa ou inexigibilidade de licitação, entre outros.

Os números acima expressam a relevância do serviço desenvolvido pela Divisão, mas não são suficientes para delimitar a sua atuação, porquanto que, para além da elaboração de documentos, a análise processual perpassa necessariamente por pesquisas, estudos, debates e atualização contínuas; pelo atendimento presencial aos setores e servidores interessados; pela participação em reuniões; pela realização de diligências para instrução dos feitos; bem como pelo acompanhamento dos processos com vistas a dar-lhes encaminhamento em tempo adequado.

Inclusive, com vistas à capacitação e ao aperfeiçoamento das atividades do setor, a chefia da Divisão participou, no mês de outubro de 2022, na cidade de São Paulo/SP, de curso de capacitação sobre os Desafios Práticos para a Aplicação da Lei nº 14.133/2021 – A Nova Lei de Licitações.

### **Divisão de Acompanhamento de Demandas Específicas e Assessoria Especial à Mesa**

Esta Divisão, junto à Procuradoria Adjunta, busca assessorar no planejamento e na atuação jurídica estratégica, em conformidade com as prioridades da Procuradoria-Geral, auxiliando, ainda, no gerenciamento e aprimoramento das legislações estaduais, inclusive internas, no desenvolvimento de ações voltadas para a qualidade e produtividade das Procuradorias.

Noutro pórtico, necessário se faz o destaque das atividades de gestão, planejamento e atuação jurídica estratégica, em conformidade com as prioridades da Procuradoria-Geral, desenvolvidas pela Divisão de Acompanhamento de Demandas Específicas e Assessoria Especial à Mesa, tais como:

- a) monitoramento mensal de demandas específicas que, por uma questão estratégica e de maior sensibilidade jurídica, são acompanhadas semanalmente, por meio de consultas manuais ou automatizadas, dentre elas, 6 novos Habeas Corpus no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, em função da CPI da Covid19;
- b) assessoramento à Comissão Parlamentar de Inquérito da COVID19;
- c) assessoramento jurídico-administrativo junto à Mesa em matérias de direito administrativo (Atos de pessoal, recursos administrativos e processos disciplinares) e procedimentos junto ao MPE/RN, MPF e TCE/RN;
- d) participação, juntamente com a Comissão Especial de pesquisa e viabilidade de elaboração de Plano de Previdência Complementar para Deputados e Servidores da ALRN, criada por meio do Ato da Mesa n.º 2.274, de 2021, da discussão, planejamento e implantação do Regime de Previdência Complementar deste Poder Legislativo.

### **Procuradoria Administrativa**

A Procuradoria Administrativa é a unidade responsável pela consultoria e pelo assessoramento jurídico em matéria de direito administrativo, tendo como competência o pronunciamento acerca de toda matéria de natureza administrativa que lhe for encaminhada pelo Procurador-Geral, e outras atribuições por ele determinadas.

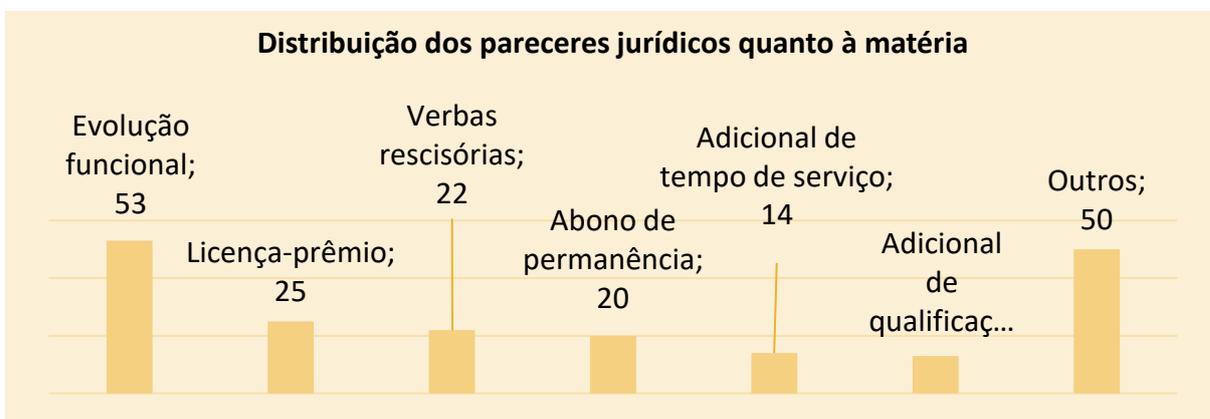
Os trabalhos do setor são dirigidos pela Chefia da Procuradoria Administrativa, a quem compete: supervisionar as atividades das suas respectivas Divisões, distribuindo-lhes os processos e designando-lhes tarefas conforme suas competências; expedir parecer, conforme o caso, bem como qualquer ato que julgue necessário para permitir a expressão de sua opinião jurídica; propor, ao Procurador-Geral, a convocação do Colégio da Procuradoria para fins, por exemplo, de uniformização de entendimento da Casa, nas matérias de sua competência; solicitar, mediante justificativa ao Procurador-Geral, autorização para a realização de correções no âmbito da Procuradoria temática; e ainda, propor, ao Colégio da Procuradoria, a alteração do respectivo Regimento Interno.

Para consecução das suas competências, o setor se subdivide em duas divisões: Assuntos Funcionais e Licitações e Contratos.

### Divisão de Assuntos Funcionais

A Divisão de Assuntos Funcionais é responsável pela consultoria e pelo assessoramento jurídico em matérias relacionadas aos direitos e deveres do servidor, analisando processos administrativos, emitindo pareceres, bem como, dirimindo, em assistência a Diretoria Administrativa e Financeira e outras unidades da Casa, questionamentos jurídicos atinentes a matérias afetas ao controle de pessoal.

No ano de 2022, a Divisão procedeu análise jurídica de todos os processos a ela distribuídos, determinando as devidas diligências, emitindo, ao final, 197 Pareceres Jurídicos, conforme distribuição apresentada a seguir:

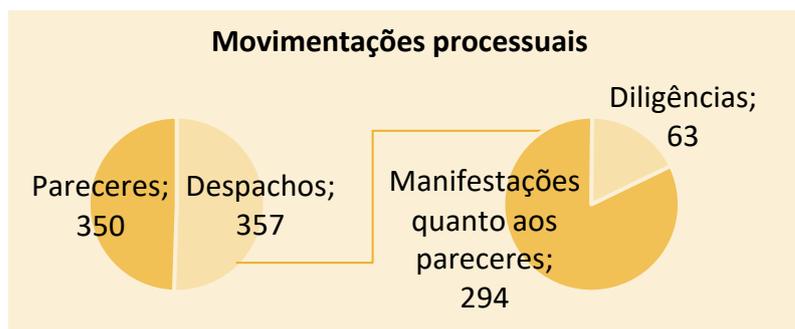


### Divisão de Licitações e Contratos

Já a Divisão de Licitações e Contratos possui como atribuição principal a consultoria e o assessoramento jurídico em matérias relativas a licitações, contratos, convênios e outros ajustes, o que faz por meio, destacadamente, da análise e emissão de parecer jurídico nos processos administrativos que tratam dessas matérias.

O parecer jurídico emitido possui caráter opinativo, e é sempre submetido à apreciação da Procuradoria-Geral. Após a análise, caso tenha obedecido o processo às normas legais, emite-se parecer jurídico quanto à sua viabilidade. Caso seja constatada qualquer irregularidade, são feitas recomendações aos setores competentes para adoção de providências saneadoras e, cumpridas as diligências, é então elaborado o parecer jurídico.

No tocante à execução das atividades, consta registro de 707 movimentações processuais, sendo 350 pareceres e 357 despachos, dos quais 294 são de manifestações quanto aos pareceres e 63 de diligência.



Quanto aos assuntos mais corriqueiros, tem-se: inexigibilidade para contratação de professores para a Escola da Assembleia (123); Edital de Licitação – Pregão Eletrônico (45); Dispensa de Licitação em razão do valor (34); e inexigibilidade para inscrição em evento de capacitação (27).

Por fim, cabe ressaltar que as atividades desempenhadas por esta Divisão têm sido constantemente aprimoradas, assim como o diálogo e comunicação com outras unidades visando sempre à adequação das instruções dos processos de licitações e contratos. Evidenciou-se também que os entendimentos adotados nos pareceres jurídicos têm recebido boa acolhida pelos demais setores, o que vem contribuindo para a adequação jurídica dos processos e minimização dos riscos de responsabilidade dos gestores públicos.

### Procuradoria Legislativa

A Procuradoria Legislativa é responsável pela assistência, consultoria e assessoramento jurídico, notadamente no âmbito das Comissões Permanentes, em matéria de processo legislativo e de controle externo. No cumprimento de suas atribuições, durante a 4ª Sessão Legislativa da 62ª Legislatura, isto é, no exercício de 2022, a Procuradoria Legislativa atuou em 687 processos. Ademais, na mesma sessão, a Unidade assistiu as Comissões – Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final; Comissão de Finanças e Fiscalização; Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Socioeconômico, Meio Ambiente e Turismo; Comissão de Administração, Serviços Públicos, Trabalho e Segurança Pública; Comissão de Defesa do Consumidor, dos Direitos Humanos e Cidadania; Comissão de Saúde – desta Casa, assim distribuída a sua assistência:

Comissões	Reuniões Ordinárias	Reuniões Extraordinárias	Reuniões Conjuntas	Processos efetivamente deliberados *
CCJR	29	8	0	419
CFF	9	2	2	18
CECTDSMAT	9	1	2	159
CASPTSP	12	0	2	61
CDCDHC	5	0	0	18
CS	3	0	0	12
Total	67	11	6	687

\* Não foram contabilizados os processos que entraram em pauta, mas que: foram retirados de pauta; tiveram pedidos de vista; não foram deliberados por ausência do relator; e foram retirados de tramitação a pedido do autor.

Dentre os processos deliberados, destacam-se o Projeto de Lei que dispunha sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual (LOA), exercício 2023 - PLDO/2023 (e suas 16 emendas de texto), e o Projeto de LOA, exercício 2023 - PLOA/2023 (e suas 390 emendas parlamentares distribuídas em emendas de texto e de despesa).

Nesses projetos, a Unidade assessorou diretamente aos parlamentares para elaboração das emendas às Leis Orçamentárias.

Ademais, em conjunto com a Diretoria de Gestão Tecnológica, foi concluída a implantação do Sistema de Emendas Orçamentárias. Também foram efetivadas outras ações administrativas – redistribuição de atribuições, reuniões periódicas da equipe, reuniões para aperfeiçoamento do Sistema E-legis na tramitação de processos, implementação de plataforma de comunicação bidirecional para interação parlamentar/assessoria – que aumentaram a produtividade da Procuradoria Legislativa.

Iniciou-se ainda a operacionalização da Divisão de Controle Externo e a utilização do Sistema Eletrônico de Informação (SEI) e de endereços eletrônicos para a comunicação com órgãos do Estado do Rio Grande do Norte.

## Procuradoria Previdenciária

Com o propósito de minimizar as inseguranças e preocupações no âmbito previdenciário, foi criada a Procuradoria Previdenciária, em dezembro de 2012, por intermédio da Resolução n.º 020/2012, de 27 de novembro de 2012, desta Casa Legislativa, com competência de emitir Pareceres e assessorar a Casa Legislativa em matérias afetas à área previdenciária, tanto do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (IPERN) quanto do Regime Geral de Previdência Social – RGPS (INSS) e do Regime de Previdência Complementar (RPC).

A atuação desta Procuradoria elevou-se em razão da aplicabilidade da nova Emenda Constitucional Estadual n.º 20, de 29 de setembro de 2020, que estabeleceu a Reforma da Previdência Estadual, em conformidade com a Reforma da Previdência Federal operada pela Emenda Constitucional Federal n.º 103, de 12 de novembro de 2019.

Dentre as matérias analisadas por esta Procuradoria, destacam-se a análise de aposentadorias voluntária por idade, tempo de contribuição ou compulsória, assim como concessão de auxílio-doença, licença-maternidade e isenção de IRPF sobre os proventos de aposentadoria.

Além das atribuições citadas, a Procuradoria Previdenciária também possui competência de elaborar apostilamentos, cumprir diligências previdenciárias ou com elas conexas junto ao TCE/RN, assim como assessorar a Procuradoria-Geral nos cálculos de benefícios previdenciários e/ou diferenças pecuniárias que fazem jus os servidores desta Casa.

No ano de 2022, esta Procuradoria produziu pareceres, despachos, apostilas, além de diversas consultas e assessoramento, em demanda aberta, aos servidores desta Casa, a saber:

## RESULTADOS DA GESTÃO

Descrição	Quantitativo
Acompanhamentos de Aposentadorias no TCE/RN	21
Apostilas	24
Cálculos Previdenciários	0
Despachos numerados (com carga decisória)	14
Despachos Simples	89
Memorandos	27
Pareceres Jurídicos	90
Simulações de Benefícios Previdenciários (APO)	0
Termos Diversos	57
Diligências	10
<b>Total</b>	<b>332</b>

No que toca o quantitativo de processos já apreciados, subdivididos por matéria, em trâmite nesta Procuradoria, no ano de 2022, constata-se:

Descrição	Quantitativo
Aposentadoria Voluntária por TC - EC 47/2005 e EC 20/2020	28
Aposentadoria Voluntária por Idade - EC 20/2020	1
Auxílio-Doença	5
Diligências - TCE/RN	21
Consulta	1
Isenção Tributária (IRPF e IPE)	7
Licença-Maternidade	18
Licença-Paternidade	14
Pensão da Carteira Parlamentar	3
Regularização de Contribuições Previdenciárias Pretéritas (RGPS)	4
Revisão de Proventos	3
Salário-família	1
Incidência de desconto previdenciário sobre a função comissionada (RPPS)	5
<b>Total</b>	<b>111</b>

### Matérias previdenciárias em acompanhamento

Esta Procuradoria atuou ainda no acompanhamento de processos administrativos e legislativos durante o ano de 2022, destacando-se o Projeto da Lei de Custeio do RPPS-RN, que deu origem à Lei n.º 11.109, de 26 de maio de 2022, estando ainda pendente, nesta data, o envio do Projeto de Lei de Benefícios Previdenciários do RPPS-RN, dentre outros.

Importante salientar, ademais, que esta Procuradoria acompanhou durante o ano de 2022 a implantação do Regime de Previdência Complementar do Estado do Rio Grande do Norte decorrente da Lei Complementar Estadual n.º 688, de 06 de dezembro de 2021.

Noutro pórtico, em se tratando do Regime de Previdência Complementar desta Casa Legislativa, durante todo o ano de 2022, em continuidade ao projeto de implantação do RPC, a Comissão Especial de Pesquisa e Viabilidade de Elaboração do Plano de Previdência Complementar para Deputados e Servidores (CEPPC) da ALRN realizou visitas técnicas e reuniões com as Assessorias Atuarial e Jurídica.

Após toda discussão jurídica, e visando a viabilidade do projeto, foi proposta e sancionada a Lei Complementar n.º 724, de 23 de novembro de 2022, publicada no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte (DOE/RN) de 24 de novembro de 2022, e a Resolução n.º 59, de 14 de dezembro de 2022, publicada no Diário Oficial Eletrônico da ALRN, de 15 de dezembro de 2022, dispondo sobre o Regime de Previdência Complementar para agentes políticos e servidores não efetivos desta Casa Legislativa, e criada a Coordenadoria de Previdência Complementar (CPC) e o Conselho de Acompanhamento e Fiscalização de Previdência Complementar (CAFPREC).

Esta Procuradoria atuou e ainda continua, juntamente com a Comissão Especial de Regularização de Contribuições Previdenciárias, com a fiscalização e regularização das verbas previdenciárias dos servidores efetivos e comissionados desta Casa Legislativa.

## Diretoria-Geral

Conforme a Resolução n.º 90, de 12 de dezembro de 2017, a Diretoria-Geral é uma unidade vinculada diretamente à Mesa, a qual cabe a sua representação sobre matérias de serviço e de pessoal, supervisionando, por delegação desta, a execução dos serviços relacionados à administração e economia interna. Compete a ela ainda representar a Presidência quanto à estas questões.

Nesse sentido, essa Diretoria torna-se responsável pelas funções de superintendência da gestão administrativa e financeira, por meio do desenvolvimento, da implantação e do acompanhamento de programas de planejamento, organização, controle, coordenação e gerência de atividades técnico-administrativas da Casa, com a missão de zelar pela eficácia e eficiência administrativa.

Visando cumprir com suas atribuições, a Diretoria-Geral dispõe de seu Gabinete, formado pela Chefia de Gabinete, pela Assessoria e pela Assessoria de Planejamento. A essas unidades compete o assessoramento do Diretor-Geral no exercício de suas funções, assim como, auxílio aos membros da Mesa nas matérias relacionadas à Presidência, referentes às suas funções político-administrativas. A estrutura da Diretoria é integrada também pelas Diretorias Administrativa e Financeira, Diretoria de Gestão Tecnológica e Diretoria de Políticas Complementares, que estão sob seu controle e coordenação.

## RESULTADOS DA GESTÃO

Durante o ano de 2022, a Diretoria-Geral manteve o acompanhamento dos trabalhos exercidos por suas Diretorias, buscando junto a essas atuar, organizar e operar todas as atividades necessárias ao pleno funcionamento da Casa Legislativa e de atuação por seus servidores. A consequência dessa atuação próxima é evidenciada pelos resultados expressivos alcançados e reconhecidos.

A conquista do Prêmio Unale, na categoria Gestão, pela terceira vez consecutiva, confirmou que a ALRN está no caminho certo e que os esforços para elevar a qualidade dos serviços e a melhoria da governança e gestão estão sendo reconhecidos pela opinião pública e por instituições com credibilidade regional e nacional.

A Diretoria-Geral também foi responsável pela supervisão dos trabalhos de elaboração do Relatório de Gestão referente ao ano de 2021 e pela continuidade da coordenação do Plano Estratégico 2020/2023 da ALRN. O Plano se encontra na etapa de execução, monitoramento e acompanhamento dos macrodesafios, indicadores, metas e iniciativas estratégicas, devendo-se ressaltar dentre estas atividades a elaboração do Catálogo de Atividades, a revisão dos indicadores e a realização da Reunião da Análise da Estratégia.

Importante observar, ainda, a atuação da Diretoria-Geral com relação a designação de comissões especiais atuantes em temáticas relevantes. São exemplos destas a Comissão formalizada para planejamento e medidas necessárias para implementação e utilização da Nova Lei de Licitações (Lei n.º 14.133/2021) e a Comissão para pesquisa e viabilidade de elaboração de plano de previdência complementar para Deputados Estaduais e Servidores.

Internamente, esta Diretoria elaborou minutas de Atos da Mesa relativos à administração desta Casa com matérias distintas, conforme quantitativo descritos: 22 Atos de Abono de Permanência, 3 Atos de Afastamento, 22 Atos de Anuênio, 14 Atos de Adicional de Qualificação, 48 Atos de Evolução Funcional, 1 Atos de licença-prêmio, 13 Atos de Auxílio-doença, 3 Atos de Estabilidade, 21 Atos de Indenização, 11 Atos de Isenções, 33 Atos de Diárias de Deputados, 50 Atos de Indeferimentos, 6 Atos referentes à Covid-19, 13 Atos de Averbação por tempo de Serviço, 12 Atos de constituição de Comissões, 20 Atos de Licença-Maternidade, dentre outros.

Com relação à atividade de assessoramento, o Gabinete da Diretoria-Geral foi responsável pela elaboração de documentos internos e também do Gabinete da Presidência:

Gabinete da Diretoria-Geral			Gabinete da Presidência		
<b>111</b>	<b>103</b>	<b>180</b>	<b>63</b>	<b>19</b>	<b>722</b>
portarias	memorandos	ofícios	portarias	memorandos	ofícios

O Gabinete manteve a eficácia no desempenho de suas funções, cumprindo devidamente com suas atividades, tendo tramitado diversos protocolos, sendo: ofícios, correspondências, solicitações, memorandos, Processos Administrativos e de Pessoal, e outros, caracterizando o resultado das atividades executadas, refletindo a sua efetividade, uma vez que, cada um destes protocolos foi recebido, analisado e devidamente tramitado.

Tricampeão do Prêmio UNALE “Assembleia Cidadã”, na categoria “Gestão”



## Assessoria de Planejamento

As atividades relacionadas ao planejamento necessitam ser uma constante no setor público, pois antecipam cenários futuros, identificam desafios e permitem a preparação para lidar com diversas situações que porventura possam surgir. A prática dessa importante ferramenta apresenta-se assim vinculada ao alcance dos objetivos delineados pela gestão à medida que reduz os riscos e permite a alocação eficiente de recursos, a tomada de decisões mais assertivas e a flexibilidade para se adaptar a mudanças no ambiente de atuação.

Nesse sentido, a Assessoria de Planejamento, objetivando a execução do que foi estabelecido no Horizonte 2023 para cumprimento do Macrodesafio 6 – Buscar Excelência nas Práticas de Governança e Gestão, direcionou seus esforços para a elaboração do Plano de Gestão de Riscos da ALRN.

Os estudos e levantamentos desenvolvidos pela Assessoria contribuíram para a elaboração da Resolução n.º 56/2022, de 08 de novembro de 2022, publicada no Diário Oficial Eletrônico (DOE) de 09 de novembro de 2022. A Resolução instituiu a Política de Gestão Corporativa de Riscos da ALRN, onde restou definidos conceitos, objetivos, diretrizes, requisitos e condução, bem como o papel do Comitê de Governança, Comitês Executivos, Diretoria-Geral e da Assessoria de Planejamento.

A implantação desta Política visou o desenvolvimento, disseminação e implementação de métodos de gerenciamento de riscos institucionais, com vistas a apoiar a melhoria contínua de processos de trabalho, projetos e a alocação e utilização eficaz dos recursos disponíveis.

Anteriormente à publicação da referida Resolução, ainda no ano de 2021, a Assessoria de Planejamento, com o apoio de todas as unidades da Casa Legislativa, iniciou a identificação dos possíveis obstáculos que poderiam comprometer a execução das ações planejadas. Para isso, utilizou como orientador a Cadeia de Valor e Arquitetura de Processos da ALRN, definida no Ato da Mesa n.º 1156/2020, publicada no DOE de 10 de novembro de 2022, pois foram os subprocessos/atividades que deram base aos técnicos para estabelecer os eventos de riscos contidos na Casa.

No ano de 2022, foram realizados os trabalhos de compilação e avaliação dos riscos, definição de respostas, bem como o estabelecimento do apetite de risco para saber quais deles seriam monitorados, redação e diagramação do documento.

Por meio do Ato da Mesa n.º 1327/2022, de 08 de novembro de 2022, publicado no DOE de 09 de novembro de 2022, foi aprovado o Plano de Gestão de Riscos da ALRN para o biênio 2022/2023. A partir disso, a Assessoria deu início ao processo de Monitoramento dos Riscos, em todos os níveis da gestão.

No monitoramento, a Assessoria de Planejamento verificou se o Plano de Ação estava sendo executado na forma e no tempo planejados, quais os problemas enfrentados e resultados obtidos, e, ainda, a necessidade da revisão a qualquer tempo pelas unidades, buscando assegurar o necessário alinhamento entre direção e operação, bem como, entre o Plano Estratégico e o Plano de Gestão de Riscos

Com a elaboração do Plano de Gestão de Riscos, a Assessoria de Planejamento se fez representada no V Encontro Nacional da Rede Legislativa de Governança e Gestão (REGOV), que fez parte da 25ª Conferência Nacional da União dos Legisladores e Legislativos Estaduais (UNALE). O evento aconteceu de 09 a 11 de novembro de 2022, em Recife/PE, onde foram abordados os principais pontos do plano desenvolvido pelo Poder Legislativo Potiguar.

Outra ação desenvolvida pela Assessoria, na área de planejamento e gestão, foi o monitoramento do Plano Estratégico vigente, no qual consiste no processo de acompanhamento das metas e iniciativas traçadas no Horizonte 2023 para determinados setores da ALRN, bem como os resultados das medições dos indicadores pelas unidades responsáveis.

Para o acompanhamento do desempenho organizacional na execução da estratégica foram solicitadas as informações sobre os resultados alcançados do ano de 2021, bem como os dados referentes ao primeiro semestre de 2022. Nesse momento, verificou-se a consistência dos dados e, em casos necessários, sugeriu adequações nas informações às unidades responsáveis.

Após a compilação dos resultados obtidas, a Assessoria elaborou os materiais a serem exibidos e organizou a realização da Reunião de Análise da Estratégia (RAE). O desempenho foi apresentado na forma de slides projetados e serviu como base de análise para o Comitê de Governança visualizar como se deu a execução das ações e projetos previstos no Plano Estratégico. Os resultados foram disponibilizados na área da Governança, no site da Assembleia Legislativa, fortalecendo a transparência da Casa.

No Plano Estratégico vigente, a Assessoria de Planejamento consta como responsável pela medição do indicador “Índice de Modelagem de Processos” e, para o cumprimento do Macrodesafio 3 “Implantar a Gestão de Processos”, foi dada a continuidade da execução da iniciativa estratégica “Manualizar os Processos”.

Para tanto, foi utilizado o Catálogo de Atividades da ALRN, publicado no Ato da Mesa n.º 2320/2021, de 05 de outubro de 2021, publicado no DOE de 06 de outubro de 2021, onde constam os processos com as principais atividades por unidade administrativa. Isso serviu de base para a manualização de processos, conforme meta do Plano Estratégico vigente. Nesta etapa foram desenhados 129 fluxogramas, contemplando diversas unidades administrativas de todos os níveis hierárquicos desta Casa.

A Assessoria de Planejamento atuou junto a Comissão de Finanças e Fiscalização no processo de análise dos Projetos de Leis das Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), para o exercício financeiro de 2023, para serem submetidas à aprovação do Parlamento.

Ainda em 2022, a Assessoria de Planejamento, convidada pela Procuradoria Legislativa, atuou na implementação do sistema e-Legis – Emendas Parlamentares. O primeiro passo foi ministrar um curso sobre Orçamento Público, na intenção de capacitar os servidores dos gabinetes dos Deputados Estaduais para a elaboração das emendas parlamentares que iriam compor a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Na fase de lançamento das emendas, a equipe esteve à disposição dos parlamentares e assessores para dirimir dúvidas relacionadas à área orçamentária. Conforme os lançamentos, a Assessoria analisava e sugeria as alterações, quando necessárias, para compatibilizar o objeto da emenda com a classificação orçamentária. Após as análises e devidas correções, a Assessoria, por meio do Sistema, já encaminhava as emendas para compor o relatório final da Lei Orçamentária Anual.

Entre as atividades desenvolvidas pela Assessoria de Planejamento podemos citar o planejamento financeiro, que consiste em desenvolver um plano para gerenciar as finanças atreladas a previsão orçamentária, dando subsídio ao gestor para tomada de decisão.

Diante da atribuição de prestar assessoria técnica orçamentária e financeira, essa unidade desenvolveu estudos contínuos necessários à tomada de decisões da alta administração. Neste sentido, destacam-se: o acompanhamento da Receita Corrente Líquida do Estado (RCL), repasse de duodécimo, perspectivas do equilíbrio fiscal desta Casa, acompanhamento de contratos verificando sua vigência, controle da receita dos recursos próprios do Estado, entre outros.

## Diretoria Administrativa e Financeira

A Diretoria Administrativa e Financeira (DIAF) tem como responsabilidade a coordenação, a gestão, a organização e a operação das atividades administrativas da Casa, fornecendo o suporte necessário para o pleno funcionamento de órgãos e unidades administrativas.

Objetivando cumprir com suas atribuições, a Unidade dispõe das seguintes unidades: Gabinete de Apoio Administrativo; Divisão de Protocolo e Arquivo; Coordenadoria de Gestão de Pessoas; Coordenadoria de Remuneração e Benefícios; Coordenadoria de Compras e Patrimônio; Coordenadoria de Infraestrutura e Apoio Logístico; Coordenadoria de Planejamento e de Execução Orçamentária e Financeira; e Coordenadoria de Previdência Complementar, esta criada no final do ano de 2022.

O Gabinete de Apoio Administrativo tem por finalidade assessorar diretamente à DIAF no exercício de suas funções. Nesse contexto, no ano de 2022, foram desenvolvidas diversas atividades, dentre as quais destaca-se os esforços necessários no sentido de iniciar novos processos de aquisição de imóveis, bem como, os de desapropriação de imóveis localizados em áreas circunvizinhas ao Palácio José Augusto, Sede deste Poder, de modo a permitir o atendimento do macrodesafio “Melhoria na Infraestrutura física”, constante no Plano Estratégico de Gestão 2020-2023.

Ademais, essa Diretoria continuou atenta e alinhada às tratativas para a realização do concurso público: tanto pela participação, especialmente no início do processo, quando recebeu da Presidência, juntamente com a Diretoria-Geral, a missão de realizar um estudo acerca das vagas existentes e da necessidade funcional de cada unidade administrativa, quanto pelo processo de realização do concurso público estar se concretizando.

Para melhor entendimento da linha do tempo apresentada ao lado torna-se importante destacar os principais fatos anteriores ao ano de 2022:

■ a abertura do processo ocorreu ainda em 2018, pela Presidência, com a solicitação de estudo de viabilidade para realização do concurso público;

■ posteriormente, ocorreram, por três vezes, atividades de levantamento de cargos e previsão de impacto orçamentário, realizadas pela COGEP, no período de 2018 a 2021;

■ em junho de 2021, a CEFO apresentou demonstrativo de dotação orçamentária e previsão da despesa na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

■ a Comissão Especial de Concurso Público foi constituída, pela Presidência, em junho deste ano;

■ em setembro de 2021, a Mesa Diretora autorizou a realização de Concurso Público para provimento de 47 cargos efetivos do quadro de pessoal, sendo 23 vagas para cargos de nível médio e 24 vagas para cargos de nível superior;

■ a Comissão Especial de Concurso Público concluiu a elaboração do Termo de Referência, em outubro deste ano.

Nesse contexto, é importante destacar que o processo de ingresso de novos servidores, que preenche o quadro permanente deste Poder, encerra-se com o início do exercício laboral. Contudo, esse processo envolve atividades de nomeação, alocação, recepção, ambientação e adequação de instalações que estão intrinsecamente relacionados à DIAF.

De igual relevância, destaca-se a atuação da Comissão Especial do Concurso Público e da Comissão Especial de Licitação no processo. Estas Comissões conduziram subprocessos importantíssimos que culminaram na aplicação das provas no dia 25 de setembro de 2022.



### Comissão Especial do Concurso Público

A Comissão foi constituída com o objetivo de planejar e coordenar as etapas do certame. Sempre em articulação com as Diretorias Administrativa e Financeira e Geral, as suas atribuições compreenderam o estabelecimento do quantitativo de cargos e vagas; a elaboração do Termo de Referência para a seleção da banca organizadora; a fiscalização e o acompanhamento da realização das provas e a publicação do resultado final.



### Comissão Especial de Licitação

A Comissão foi constituída com o fim específico de seleção da banca organizadora do Concurso Público da ALERN. Para Isso, procedeu-se à análise da documentação de habilitação e propostas de preços das instituições interessadas em participar da seleção para a contratação de pessoa jurídica especializada em consultoria, planejamento, organização e execução de concurso público.

# Concurso Público

## Linha do tempo

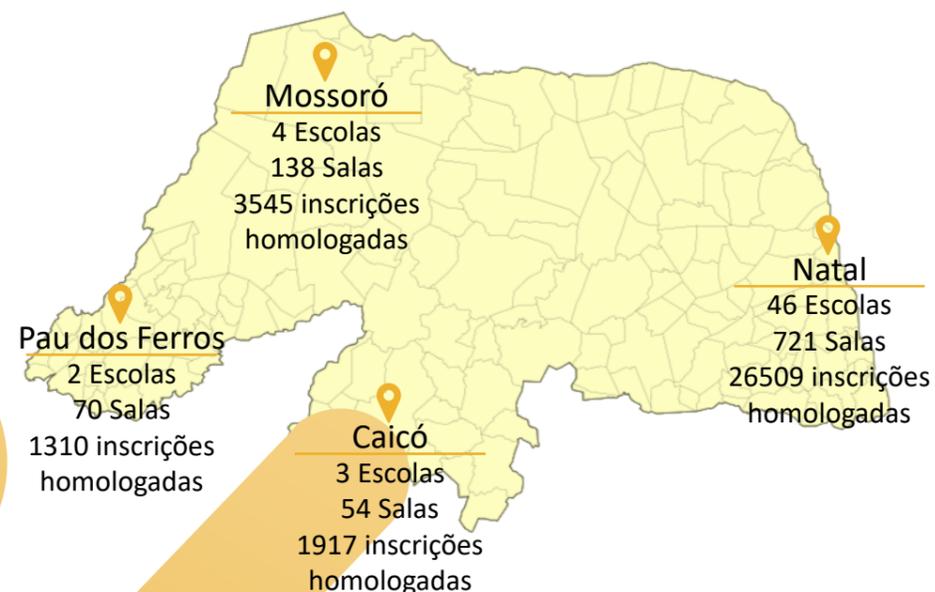
- 16/02/2022 Criação de Comissão Especial de Licitação para escolha da banca organizadora do concurso público
- 10/03/2022 Recebimento das propostas e dos documentos de habilitação das empresas interessadas em participar da seleção
- 18/04/2022 Relatório de visita dos membros da Comissão Especial de Licitação e da Comissão do Concurso Público, com vistas a classificar a banca organizadora encarregada pela realização do certame
- 22/06/2022 Publicação do edital
- 14/06/2022 Assinatura do contrato com o Instituto AOCP
- 23/06/2022 Início das inscrições
- 25/07/2022 Fim das inscrições
- 25/09/2022 Aplicação das provas
- 25/10/2022 Publicação do edital de resultado da prova objetiva (pós-recursos)
- 16/12/2022 Publicação do edital de resultado da prova discursiva (pós-recursos)
- 22/12/2022 Publicação da homologação do resultado final

## Edital

Foram contemplados com a isenção da taxa de inscrição os que requisitaram e: constam no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (6455 inscrições); ou são doadores regularmente leite materno (10 inscrições), ou de medula óssea (13 inscrições) ou de sangue (294 inscrições); ou são eleitores convocados e nomeados para servirem à Justiça Eleitoral do Estado do Rio Grande do Norte (1413 inscrições).

Também houve reserva de vagas aos candidatos que se autodeclararam negros, conforme previsto na Lei n.º 12.990/2014 e na Lei Estadual n.º 11.015/2021.

## Aplicação de provas



No tocante ao desenvolvimento de novas tecnologias para auxiliar as atribuições desta Diretoria, foi iniciada a implantação do sistema do Processo Administrativo Digital (LegisPAD), desenvolvido pela Diretoria de Gestão Tecnológica e que já contribui para a celeridade dos serviços administrativos desta Casa Legislativa. A previsão de implantação completa do sistema será no exercício de 2023.

Com relação aos resultados alcançados pela Divisão de Protocolo, estes estão descritos nas páginas seguintes. Já as atividades e efetividade desenvolvidas pelas Coordenadorias, citadas anteriormente, estão apresentadas nas seções Gestão de Pessoas, Gestão de Remuneração e Benefícios, Gestão de Compras e Patrimônio, Gestão de Infraestrutura e Apoio Logístico, e Gestão Orçamentária, Financeira, Contábil e Fiscal, no capítulo 3, Áreas Específicas de Gestão.

### Diretoria de Gestão Tecnológica

A Diretoria de Gestão Tecnológica (DGT) é responsável pelo planejamento, implantação e gerenciamento, por meio de recursos próprios ou de terceiros, de sistemas, serviços, soluções, suporte e infraestrutura de informática necessários ao pleno funcionamento, no âmbito desta Casa.

O Gabinete de Apoio Administrativo, a Coordenadoria de Gestão de Projetos e Desenvolvimento de Sistemas e a Coordenadoria de Infraestrutura de TI, Suporte Técnico e Integração de Sistemas são as unidades subordinadas que auxiliam a DGT a realizar suas competências. As atividades desta Diretoria são apresentadas, posteriormente, na seção Gestão de Tecnologia da Informação, no capítulo 3.

### Diretoria de Políticas Complementares

A Diretoria de Políticas Complementares (DPC) é unidade responsável por prestar serviços jurídicos, de bem-estar social e de saúde aos deputados/deputadas estaduais, servidores/servidoras e seus dependentes, e à sociedade em geral, de acordo com sua competência e outras diretrizes emanadas pela Mesa Diretora da ALRN e da Presidência.

Com a continuidade do cenário pandêmico, a Divisão de Programas Complementares de Saúde e Bem-Estar, uma das unidades subordinadas à referida Diretoria, manteve o seu papel fundamental na prevenção e combate à pandemia. Contudo, todas as unidades subordinadas à DPC foram afetadas pela impossibilidade de desenvolver a maior parte de suas atividades perante à sociedade.

Os programas, projetos e ações desenvolvidos pela Diretoria de Políticas Complementares são apresentados, posteriormente, no Capítulo 3, nas seções Gestão de Saúde e Bem-Estar e Relacionamento com a Sociedade.

### Diretoria Legislativa

A Diretoria Legislativa (DL), conforme disposto na Resolução n.º 090/2017, é uma unidade administrativa diretamente subordinada à Mesa Diretora, responsável pelo suporte, do início ao fim, ao processo legislativo no âmbito administrativo. Nesse sentido, constituem atividades dessa Unidade: dar suporte à execução das atividades parlamentares, supervisionar os trabalhos, prestar consultoria, subsidiar atividades de fiscalização e pronunciar-se sobre normativos legais.

Para a efetivação da sua atuação, a DL se estrutura em Gabinete da Diretoria Legislativa, Coordenadoria de Suporte Legislativo e Coordenadoria de Consultoria Legislativa, além de suas respectivas subunidades, de modo a possibilitar a condução do processo legislativo em todas as suas fases.

Assim, pode-se dizer que a Diretoria atua, juntamente com a Casa, como uma importante interface na relação entre os/as Deputados/Deputadas Estaduais e a sociedade ao possibilitar a concretização da vontade popular quando desempenha adequadamente o suporte às atividades e proposições parlamentares.

Com isso, é fato que todas as atividades desenvolvidas nesta Unidade têm resultados relevantes para a população, sobretudo, no tocante às Audiências Públicas realizadas pelo Núcleo de Estudos e Debates, da Diretoria Legislativa, que constituem uma notável ferramenta quando observados os seus benefícios diretos à sociedade.

Nesse contexto, as Audiências Públicas são um instrumento de alto poder democrático utilizado para tratar de assuntos de relevante interesse público e assegurar a participação popular na elaboração de políticas públicas e normas legislativas pela ALRN.

Suspensas no ano de 2020 em decorrência da Pandemia de Covid-19, foram retomadas em 2021 através do sistema remoto de videoconferência. Esse sistema é resultado das adaptações impostas por Resoluções e Atos da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa no intuito de minimizar os impactos da pandemia no funcionamento da Casa, o que tornou possível, ainda, a realização de 39 audiências no respectivo ano. No ano de 2022, foram realizadas 39 Audiências Públicas, já no formato presencial.

Dessa atuação também decorrem benefícios diretos para a população, na medida em que, a partir desses debates, as definições acordadas são encaminhadas aos órgãos e autoridades competentes, auxiliando na resolução dos problemas abordados. Nesse sentido, não apenas é possível considerar as Audiências Públicas como um benefício social direto, mas também, como uma atividade desenvolvida pela DL que corrobora com a transparência da Casa, em razão de permitir o diálogo aberto e claro, e conceder o acesso à informação ao/à cidadão/cidadã.

Além das Audiências Públicas, outra atividade desenvolvida pela DL que também se destaca, quanto ao benefício social direto e transparência, é a disponibilização para consulta pública das leis ordinárias, leis complementares e Regimento Interno da Casa, por meio do Portal da Assembleia.

Em 2021, foram inseridas 232 Leis Ordinárias e 14 Leis Complementares, organizadas segundo a cronologia de publicação e atualizadas diariamente. Em 2022, esse número subiu para 287 Leis Ordinárias e 36 Leis Complementares foram disponibilizadas no site da Casa.

É oportuno observar que, além da disponibilização supramencionada, toda legislação publicada é, também, compilada e consolidada por meio de empresa terceirizada, sendo a DL a unidade demandante desse serviço. A legislação tratada é apresentada no site “www.leisestaduais.com.br” e também direcionada para o portal da ALRN.

Outra atividade desempenhada pela DL, que possui relevo direto para a sociedade no quesito transparência, é a produção das atas das Sessões. Portanto, na elaboração da tabela a seguir, considerou-se como “produzidas” as atas da respectiva Sessão Legislativa que tiveram sua publicação no Diário Oficial Eletrônico (DOE) do mesmo ano. Para tanto, todas as atas produzidas foram categorizadas como “publicadas” – apesar da publicidade no DOE estar fora da competência da DL –, tendo em vista que todo conteúdo enviado ao setor de publicação tem imediata saída.

#### Produção de atas

Tipos de Sessões (excluídas as Sessões Secretas)	Total
Ata de Sessões Ordinárias	103
Ata de Sessões Extraordinárias	0
Ata de Sessões Solenes	2

Essa restrição ocorreu pelo fato de se entender a tempestividade como característica essencial da disponibilização de dados quando se trata de transparência legislativa. Nesse sentido, observa-se que a publicação da ata em data muito distante da Sessão Plenária/Solene que lhe deu origem inviabiliza o processo de transparência na medida em que dificulta a busca desse documento pelo cidadão que acessa o DOE. Pensando nisso, uma das metas da DL quanto ao referido setor é possibilitar a redução gradual entre o dia da Sessão Plenária de origem da ata para o dia de sua publicação.

Além disso, o trabalho do setor de atas, no que corresponde à transparência legislativa da Casa, é fundamental também por viabilizar o entendimento, de forma sucinta, do que foi debatido, sem que seja necessário acompanhar por vídeo toda a Sessão. Esse acesso de forma escrita amplia os métodos de disponibilização do conteúdo, refletindo diretamente no trabalho mais democrático e transparente do Legislativo Estadual.

No que diz respeito à produção e publicação de atas no ano de 2022, das 127 atas esperadas na respectiva Sessão Legislativa, 105 foram publicizadas no mesmo ano. Sobre as demais, 20 foram entregues na Sessão Legislativa seguinte e 02 encontram-se pendentes até o momento.

Considerando-se a medida de desempenho adotada para 2022, qual seja, atas produzidas correspondem às atas da respectiva Sessão Legislativa com publicação no DOE do mesmo ano, temos que, comparando 2021 com 2022, das 117 atas que deveriam ter sido

## RESULTADOS DA GESTÃO

produzidas no primeiro ano, 37,60% o foram, enquanto, das 127 atas totais que deveriam ter sido elaboradas no segundo ano, 84% o foram.

É dizer, um aumento de 46,40% na produção do setor responsável pela elaboração de atas. Essa elevação é resultado de um maior acompanhamento e controle realizados sobre o setor de atas após a elaboração do Relatório de Gestão de 2021, e é vista de forma muito positiva pela DL em razão de já constituir um reflexo da atuação da Diretoria no gerenciamento de suas atividades.

### Reuniões Parlamentares

Tipos de Sessões/Reuniões	2021	2022
Sessões Plenárias Ordinárias	113	122
Sessões Plenárias Extraordinárias	6	3
Reuniões Ordinárias das Comissões Permanentes	87	68
Reuniões Extraordinárias das Comissões Permanentes	13	13
Sessão Solene	6	30
<b>Total</b>	<b>225</b>	<b>236</b>

Em análise à tabela apresentada acima, pode-se observar o quantitativo realizado por tipo de Sessões/Reuniões durante os anos de 2021 e 2022. Nesse sentido, é importante destacar que compete à DL acompanhar, orientar, dar suporte e registrar os dados relacionados ao processo legislativo nas Sessões/Reuniões realizadas pelos Órgãos da Assembleia, não sendo de sua responsabilidade promovê-las.

### Produção Legislativa

Produção	Conceito	2021	2022
Ofícios Recebidos	Demandas afetas à atividade fiscalizadora da ALRN, encaminhadas pelos outros Poderes, especialmente o Judiciário, e que são encaminhadas à Comissão de Finanças e Fiscalização (CFF) para análise e acompanhamento.	127	118
Comunicações	Demandas diversas encaminhadas pelos outros Poderes e que não se enquadram nas categorias de proposições estabelecidas no Regimento Interno (essas demandas externas são encaminhadas, processadas e analisadas pela Casa Legislativa).	27	22
Requerimentos	Proposição utilizada pelo Parlamentar para fazer as mais diversas solicitações previstas no RI como, por exemplo, a retirada definitiva de proposição, a convocação de sessão extraordinária e sugestões e/ou solicitações aos Poderes Públicos.	3512	2293

## Produção Legislativa (continuação)

Produção	Conceito	2021	2022
Projetos de Lei Ordinária	Proposição destinada a regular as matérias de competência do Poder Legislativo, com sanção do/da Governador/Governadora do Estado.	441	279
Projetos de Lei Complementar	Proposição criada para complementar as normas constitucionais estaduais. Pode ser sancionada pelo Governador do Estado ou promulgada pela ALRN.	32	28
Propostas de Emenda à Constituição	Proposição por meio da qual a ALRN pode emendar a Constituição do Estado, desde que não se esteja na vigência de intervenção federal ou de estados de defesa ou de sítio.	4	4
Projetos de Resolução	Proposição destinada a regular, com eficácia de lei ordinária, matérias da competência privativa da ALRN, que interessem apenas à sua economia interna como, por exemplo, o RI da Casa Legislativa e a organização dos seus serviços administrativos.	22	30
Propostas de Fiscalização e Controle	Proposição utilizada pela ALRN para realizar atividades de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nos Poderes do Estado, MP/RN, TCE/RN e autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, além de fiscalização dos atos de gestão administrativa do Poder Executivo e de atos do Governador, do Vice-Governador, dos Secretários, do Procurador-Geral e do Comandante da Polícia Militar que importarem, tipicamente, crime de responsabilidade.	0	0
Ato do Presidente	Forma de manifestação do Presidente da Assembleia, por meio de atos normativos, durante o exercício de suas competências regimentais.	4	6
Denúncia	Queixa recebida pela Casa Legislativa de atos do Governador, do Vice-Governador do Estado, dos Secretários de Estado, do Procurador-Geral do Estado e do Comandante da Polícia Militar que importarem, tipicamente, crime de responsabilidade.	0	1
Indicação	Indicação é uma proposição destinada a formalizar uma sugestão de um deputado a órgão ou entidade de outro Poder ou a uma ou mais Comissões da própria Assembleia Legislativa.	1	3
Projeto de Decreto Legislativo	Espécie normativa que regula as matérias de competência exclusiva do Poder Legislativo.	0	2

## RESULTADOS DA GESTÃO

A tabela anterior trata do quantitativo de matérias criadas/iniciadas em 2022, fazendo-se um comparativo com as iniciativas em 2021 e separando por tipo de produção. Destaca-se que Requerimento, Projeto de Lei Ordinária, Projeto de Lei Complementar e Projeto de Resolução são as produções que mais tramitam pela Casa e, portanto, consistem nas principais entregas legislativas da Assembleia à sociedade.

Nesse sentido, todos os expedientes (documentos de caráter legislativo) que chegam à DL são processados. Após a leitura em Plenário, os documentos são recebidos, registrados no sistema e encaminhados para devida tramitação de acordo com o Regimento Interno e fluxograma da Instituição.

### Produções aprovadas por tipo e por ano

Produção	Ano de abertura do processo			Total de proposições aprovadas em 2022
	2020	2021	2022	
Indicação	0	1	1	2
Ofício	0	0	4	4
Projeto de Lei	35	180	218	457
Projeto de Lei Complementar	0	16	46	62
Projeto de Resolução	2	0	25	27
Proposta de Emenda Constitucional	0	0	2	2
Requerimento	8	142	2029	2179
<b>Total</b>	<b>45</b>	<b>339</b>	<b>2325</b>	<b>2733</b>

Para a tabela acima, consideraram-se aprovadas as matérias que foram deliberadas e aprovadas em Sessão Plenária no ano de 2022; aquelas que tiveram tramitação indicativa de aprovação em plenário no período de interesse; as aprovadas em Reunião de Lideranças ou pelas Comissões sem retornar subsequentemente ao Plenário; e as que tiveram despacho de deferimento da Presidência.

É oportuno observar que a produção do tipo Ofício, presente na tabela, trata de Projetos de Lei que foram recebidos por esta Casa Legislativa e, por isso, submetidos à deliberação.

Nesse sentido, é importante observar que a maior parte dos trabalhos aprovados em 2022 decorreu de produção iniciada no mesmo ano, o que reflete a redução no tempo de tramitação das proposições e coincide exatamente com as informações constantes no gráfico apresentado a seguir.



Em se tratando do conteúdo do gráfico anterior, a contabilização leva em consideração apenas as matérias que tiveram o seu trâmite encerrado, ou seja, as matérias arquivadas no período. Nesse sentido, é possível observar uma considerável redução no tempo de tramitação de algumas produções, o que pode ser atribuído ao melhor gerenciamento da DL sobre a tramitação de processos, como também, ao melhor direcionamento e consequente desempenho da equipe no sistema e-Legis.

A Unidade também encaminhou, em 2022, 4.837 ofícios direcionados aos Poderes Públicos. Esses ofícios contêm sugestões e/ou solicitações que visam atender às mais diversas demandas da sociedade que chegam aos Deputados Estaduais trazidas tanto pelo Poder Público em âmbito municipal quanto pela sociedade civil organizada.

Os ofícios podem ser encaminhados a qualquer órgão ou agente político de qualquer esfera de poder, pessoas naturais, jurídicas e organizações sem fins lucrativos. São utilizados também para comunicar moção de congratulação ou pesar prestado por determinado Parlamentar aos familiares do homenageado.

O encaminhamento ocorre, principalmente, de forma eletrônica pelo sistema SEI, o que possibilita a diminuição de gastos com material e tarifas de postagem, além de maior agilidade no envio desses documentos. A utilização dos Correios, ainda ocorre, mas está restrita apenas às situações em que não é possível a remessa em formato eletrônico.

Além da atuação de suporte à atividade legislativa, a DL também recebeu demandas administrativas de setores da própria Casa e de outras instituições. Nesse sentido, utilizando-se do sistema de protocolo SIS PUB, em 2021, a Unidade recebeu 141 documentos e deu saída a 89. Em 2022, foram recebidos 559, e tiveram saída 115. É oportuno destacar que a quantidade de documentos recebidos não está relacionada à quantidade de enviados, considerando que apenas algumas demandas carecem de resposta, além do que outras demandas podem ter origem na própria Diretoria.



# ÁREAS ESPECÍFICAS DE GESTÃO





### Gestão de Pessoas

A Gestão de Pessoas da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte (ALRN) tem como órgão central a Coordenadoria de Gestão de Pessoas (COGEP), órgão responsável por gerir, coordenar e planejar as atividades relacionadas à administração de pessoas, formulando políticas, projetos e ações que promovam o desenvolvimento de recursos humanos.

Com base na premissa de conciliar o interesse público, as metas da Casa Legislativa e os objetivos dos/das servidores/servidoras, a Coordenadoria atua juntamente à Diretoria Administrativa e Financeira e à Diretoria-Geral, participando do planejamento de novas ações e projetos na área de pessoal, e realizando ações de engajamento, desenvolvimento e motivação das equipes.

Por mais um ano, diversas ações de aprimoramento na área de pessoal foram aplicadas no Poder Legislativo Estadual, compreendendo a supervisão de programas implantados, novos modelos de gestão e adoção de sistemas informatizados que contribuiriam para o atingimento dos objetivos da ALRN, pautando-se nos pilares de liderança, comunicação, treinamento, capacitação, trabalho em equipe e processos eficazes. O planejamento estratégico de pessoas é um exemplo de que a Governança de Pessoas é um componente fundamental da governança, e, seguindo essa linha, pode-se afirmar que o valor do capital humano da Casa Legislativa tem sido elevado. Sabe-se que o capital humano é o principal ativo das organizações públicas, pois os/as servidores/servidoras detêm o conhecimento organizacional, e por meio de suas competências e habilidades determinam a efetividade da prestação de serviços à sociedade.

Considerando a importância e a extensão dessa área no âmbito da Instituição, a Gestão de Pessoas engloba duas subáreas: (1) Gestão de Administração de Pessoal, Segurança no Trabalho e Qualidade Funcional; e (2) Gestão do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas. A seguir, são apresentados os resultados obtidos em cada uma destas.

### Gestão de Administração de Pessoal, Segurança do Trabalho e Qualidade Funcional

A Divisão de Administração de Pessoal, Segurança do Trabalho e Qualidade Funcional é a unidade responsável por gerir essa Subárea, aplicando a legislação e aperfeiçoando rotinas internas com vistas a dar suporte ao/à servidor/servidora, especialmente em atenção aos seus direitos, vantagens, deveres e responsabilidades.

Assim, as atividades desta Divisão estão relacionadas, preponderantemente, com a prestação de informações funcionais aos órgãos de controle, quando solicitada. Com esse propósito, a Divisão busca constantemente aprimorar os processos de trabalho e serviços,

especialmente em relação ao conteúdo das informações, além de melhorar a comunicação interna com outros setores para garantir que elas sejam adequadamente disponibilizadas para atender a qualquer demanda. Além disso, são realizados ajustes nas rotinas internas para corrigir quaisquer pontos questionados pelos órgãos de controle.

No ano de 2022, a Unidade auxiliou na elaboração e na revisão de processos internos, minutas de portarias e resoluções relacionadas à gestão de pessoas. Também realizou consultas de ordem jurídica à Procuradoria-Geral, com o objetivo de trazer uniformização dos dados dos/das servidores/servidoras, trazendo segurança jurídica e organização das informações funcionais. No que se refere ao assessoramento das atividades de segurança do trabalho, a Divisão auxiliou na prestação de informações e suporte técnico na efetivação da contratação de empresa atuante na área de saúde e segurança do trabalho por parte da ALRN.

Em termos quantitativos, pode-se estimar como produtos dos processos administrativos trabalhados, considerando-se, para isso, informações, despachos e cálculos de tempo e valores devidos.

Descrição	Quantidade de Processos
Abono de permanência	21
Anuênios / Requerimentos	12
Certidão de Tempo de Serviço	42
Adicional de qualificação	09
Informações funcionais	92
Progressão funcional (cálculos/pareceres)	71
Declarações	184
Avaliação de desempenho	71
Parecer técnico	80

Os dados mencionados acima correspondem às seguintes: tempo de contribuição para fins de obtenção de benefícios junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), remuneração de falecido/falecida se vivo/viva fosse, vínculos funcionais, averbação de tempo de serviço junto ao INSS, vacância de cargos por falecimento, licença prêmio não gozada, rendimentos de cargos em comissão, relação de salário de contribuição.

Complementando as atividades realizadas pela Divisão, há três Núcleos que dão suporte e controle nas demais atividades:

- Núcleo de Cadastro de Pessoal;
- Núcleo de Planejamento e Controle de Pessoal; e
- Núcleo de Treinamento, Capacitação e Avaliação de Desempenho.

### Núcleo de Cadastro de Pessoal

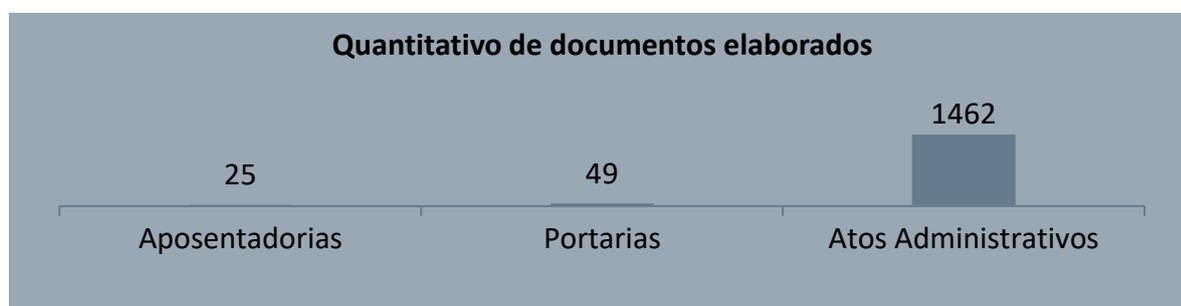
Compete ao Núcleo gerir e manter atualizados os registros funcionais dos/das Deputados/Deputadas Estaduais e dos/das servidores/servidoras no sistema de pessoal (Legis-RH); prestar informações à Procuradoria e outras unidades para fins de instrução de processos judiciais ou administrativos; e analisar processos de abono permanência.

#### ANÁLISE DAS VAGAS POR GABINETES E SETORES ADMINISTRATIVOS

O controle das nomeações e das exonerações foi realizado conforme demanda e em consonância com as disponibilidades de vagas para cada gabinete e setores administrativos. Por meio do controle no Legis-RH, foram atualizadas e/ou efetuadas inclusões de dados cadastrais dos/das Deputados/Deputadas Estaduais e dos/das servidores/servidoras, atendendo às demandas solicitadas de modo efetivo.

#### APOSENTADORIA E PORTARIAS

A COGEP é a responsável pela elaboração das minutas de atos de aposentadoria, pela publicação, pela digitalização dos processos e pelo envio aos órgãos de controle, além da elaboração das portarias da Presidência referentes a funções de confiança do Gabinete de Segurança Institucional e das previstas na Resolução n.º 040/2021. Nesse sentido, elaborou o quantitativo de documentos expresso no gráfico abaixo:



#### DIGITALIZAÇÃO

No ano de 2022, os esforços foram para digitalização de todos os processos de nomeação e exoneração dos/das servidores/servidoras ativos/ativas até 2021. Em paralelo, foi realizada a digitalização das pastas funcionais mais antigas, de modo a automatizar e facilitar o acesso dos/das servidores/servidoras à sua vida funcional por meio do Portal do Servidor, evitando-se assim a perda de informações importantes com os desgastes das pastas físicas.

## Núcleo de Planejamento e Controle de Pessoal

Compete ao Núcleo controlar o quantitativo de cargos de carreira, cargos em comissão de recrutamento limitado e de recrutamento amplo e funções de confiança, bem como gerenciar e controlar os benefícios dos/das servidores/servidoras e parlamentares, censo previdenciário, dentre outros.

### AUXÍLIO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Em 2022, a concessão do benefício “Auxílio de assistência à saúde” passou por uma atualização. A resolução n.º 54/2022 estendeu o benefício aos/às dependentes ascendentes que comprovadamente não possuam renda própria superior ao limite de isenção para fins de Imposto de Renda e/ou vivam sob dependência econômica e que estejam sob a guarda ou curatela concedida por decisão judicial ao beneficiário titular.

### FÉRIAS

Atualmente, apenas o agendamento do pagamento de 1/3 de férias ocorre de maneira informatizada pelo sistema Legis-RH. O controle de gozo de férias segue ocorrendo manualmente, por meio de memorandos expedidos pelos setores, à medida que cada servidor/servidora entra em gozo de férias, de acordo com a necessidade dos serviços na unidade, que é definida por sua chefia imediata.

## Núcleo de Treinamento, Capacitação e Avaliação de Desempenho

O Núcleo de Treinamento, Capacitação e Avaliação de Desempenho visa incentivar a capacitação e o desenvolvimento dos/das servidores/servidoras.

### CAPACITAÇÕES/TREINAMENTOS

A parceria entre o Núcleo e a Escola da Assembleia oportunizou a análise em conjunto do levantamento para as capacitações do ano seguinte. Foram utilizados os resultados da pesquisa de lacunas de competências aplicada no segundo semestre de 2020 para compor o planejamento de 2021 e 2022. Além disso, o núcleo é responsável por compilar a demanda semestral dos cursos a serem realizados pela Escola.

O setor orientou a participação dos/das servidores/servidoras em cursos, seminários, fóruns e/ou congressos, sendo estes/estas servidores/servidoras responsáveis por disseminar o conhecimento aos demais de suas respectivas unidades. Duas das principais capacitações realizadas foram: Congresso Nacional de Saúde e Segurança no Trabalho; e Encontro Sobre a Resolução n.º 55, de 1º de julho de 2022, que dispõe sobre os procedimentos para aplicação, no âmbito da ALRN, da Lei de Acesso à Informação.

Cabe ainda ao setor dar apoio e suporte às comissões temáticas vinculadas e ao Programa de Qualidade de Vida no Trabalho.

## Gestão do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas

Em 2022, a Divisão de Gerenciamento do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (e-Social) deu continuidade aos trabalhos de mapeamento dos dados para implantação e envio ao sistema federal e-Social, sugeriu ajustes nas tabelas e nos procedimentos operacionais do sistema Legis-RH e promoveu mudanças no fluxo dos processos de nomeação. Além disso, foram realizados mensalmente o batimento de cadastros entre a base de dados interna e a base do governo federal com o objetivo de sanar possíveis inconsistências existentes. Um importante passo para a desburocratização do procedimento de “prova de vida” foi o uso desde mecanismo para a comprovação dos/das servidores/servidoras ativos/ativas e aposentados/aposentadas, eliminando a necessidade da presença física do/da servidor/servidora nas dependências desta Casa ou em qualquer outro órgão para tal comprovação.

Ademais, a Divisão prestou assessoria, no tocante à geração de relatórios gerenciais, planilhas, pesquisas em base de dados, para atender as solicitações dos/das servidores/servidoras e dos órgãos de controle externo, extraindo informações relacionadas à folha de pagamento e gestão de pessoas.

Também assessorou quanto ao cumprimento das informações obrigatórias de retenção previdenciária ao módulo EFD-Reinf, do e-Social, seja na alimentação dos dados, envio das informações ao ambiente nacional federal, geração e emissão de DARFs, foram dadas orientações à equipe da Coordenadoria de Planejamento e de Execução Orçamentária e Financeira e para a Coordenadoria de Remuneração e Benefícios.

A seguir são apresentadas as principais atividades da COGEP e a efetividade delas.

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Ação contínua de compilação dos cursos ofertados pela EALRN e as competências de cada setor/área para desenvolvimento e aprimoramento dos conhecimentos dos servidores.	Acompanhamento da capacitação de 1.088 servidores/servidoras capacitados/capacitadas e atualizados/atualizadas quantos aos processos de trabalho, desenvolvendo competências técnicas e comportamentais.
Elaboração de documento unificado de informações funcionais relacionado ao gozo de férias, substituindo os dois modelos anteriores.	Promoveu economia administrativa, ao reunir em um só documento informações funcionais e de férias.
Contribuição para a publicação da Resolução n.º 55/2022, que dispõe sobre os procedimentos para aplicação, no âmbito da ALRN, da Lei Federal n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011, também conhecida como Lei de Acesso à Informação.	Maior agilidade nas formas de consultas e prestação de informações nos processos da COGEP.

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Publicação da Portaria n.º 30/2022 - Institui a obrigatoriedade da consulta prévia no Sistema Integrado de Auditoria Informatizada na área de Despesa com Pessoal (SIAI-DP) para averiguação de eventuais outros vínculos e acúmulos funcionais antes da posse de novos/novas servidores/servidoras.	Redução das inconsistências após o cadastro, diminuindo quase totalmente o retrabalho com a automatização do processo de cadastro dos novos/novas servidores/servidoras, gerando mais celeridade nos cadastros.
Publicação da Portaria n.º 38/2022 - Consulta de Qualificação Cadastral - e-Social;	Base de dados atualizada junto à Receita Federal, promovendo a segurança na informação.
Padronização do processo de informação funcional dos/das servidores/servidoras cedidos/cedidas com ônus ou sem ônus à ALRN, resultando na criação do banco de dados das informações funcionais.	Celeridade na prestação da informação referente ao período em que o/a servidor/servidora esteve cedido à ALRN, além de dar suporte à instrução processual e controle da movimentação deles/delas.
Contribuição para a publicação do Ato da Mesa N.º 951/2022, que determina que o controle da situação cadastral dos/das servidores/servidoras ativos/ativas e aposentados/aposentadas da ALRN será realizado mensalmente pela COGEP.	Permitiu o cruzamento de informações entre a base de dados desta Casa e o sistema federal do e-Social, a fim de verificar incongruências e complementar e corrigir os dados cadastrais dos/das servidores/servidoras ativos/ativas e inativos/inativas.



### Programa de Qualidade de Vida e Saúde

O Programa, regulamentado pela Resolução N.º 101/2018, desenvolveu 7 ações nos eixos de saúde, estilo de vida e política organizacional:

#### ■ Abril Verde:

Foram entregues materiais ergonômicos aos/às servidores/servidoras, como apoios para antebraço, *mouse pad* com apoio para punho e apoio para os pés, objetivando prevenir doenças ocupacionais.

#### ■ Dia das Mães:

Em alusão ao Dia das Mães, o PQVS, em parceria com a COGEP, fez a distribuição de 150 rosas e chocolates para as mães servidoras. A entrega foi realizada em toda a Instituição.



#### ■ Festa do Boi:

Foram prestados serviços de massagem e relaxamento aos/às servidores/servidoras que trabalharam no evento.

### Setembro Amarelo:

Ação de intervenção no grupo dos/das servidores/servidoras a fim de aprofundar o conhecimento no tema sobre o luto, trabalhando principalmente com o conteúdo da cartilha “Vamos falar sobre o luto?”, desenvolvida pela equipe do PQVS e do Núcleo de Atendimento Biopsicossocial.



### Dia do Servidor Público:

Foi promovida a palestra “Planejamento Financeiro como Ferramenta para Qualidade de Vida”. A iniciativa do PQVS, em parceria com a Associação dos Servidores do Poder Legislativo e a COGEP. Além disso, foi realizada a 3ª corrida e caminhada do servidor, com percurso total de 5 km. As inscrições foram realizadas mediante a doação de 1 kg de alimento não perecível, o que arrecadou 381 kg de alimentos que foram doados a 3 instituições de caridade: Residencial Anjos do Lar, Casa da Piedade Tia Deusa e ao Grupo Caritativo São Francisco de Assis.

### Informativo Interno:

Promoveu a integração e orientação dos/das servidores/servidoras sobre as atividades da Casa.

### Sessões de Relaxamento:

Promoção de sessões de relaxamento nos setores administrativos, disponibilizando os assentos de massagens e os massageadores portáteis, resultando na melhoria da qualidade de vida dos servidores/servidoras.





### **Comissão de Gestão de Carreiras**

No ano de 2022, a Comissão se dedicou à análise de 68 processos de evolução funcional, cumprindo um papel importante na definição de critérios claros que orientam a progressão no plano de carreiras. Esses critérios foram estabelecidos com base em mérito, considerando requisitos como o cumprimento de carga horária mínima e o desempenho em suas atividades, avaliado de acordo com parâmetros preestabelecidos. Essa estrutura concebida pela ALRN visa promover um ambiente de igualdade de oportunidades, estimulando a qualificação profissional e, por consequência, aprimorando a eficácia do serviço público.

Nesse contexto, os pedidos de evolução funcional são devidamente instruídos com documentação relativa à avaliação de desempenho realizada pela chefia imediata, bem como os certificados que atestam o cumprimento da carga horária mínima necessária. Esses documentos são analisados pela Comissão, que emite um parecer opinativo. Esse parecer, por sua vez, serve como subsídio à Mesa Diretora na tomada de decisão final a respeito dos pleitos. Esse procedimento tem como finalidade primordial garantir uma análise imparcial e justa, além de assegurar transparência e eficiência na gestão de pessoas na Administração Pública.

Evidencia-se assim que a atuação da Comissão, em consonância com critérios bem definidos e procedimentos claros, resultou em um processo de avaliação que valorizou o mérito, proporcionou transparência às decisões e contribuiu para uma gestão pública mais eficiente e equitativa.

Importante destacar que, no decorrer do ano de 2022, houve renovação na composição da Comissão. A nova formação, igualmente formada por cinco servidores/servidoras assumiu com a designação realizada por meio da Portaria da Diretoria-Geral n.º 067/2022, de 05 de setembro de 2022.



### **Comissão Especial de Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório**

No ano de 2022, a Comissão, composta por 5 servidores/servidoras estáveis, realizou quatro avaliações de desempenho em estágio probatório, em cumprimento ao cronograma estabelecido, bem como foram publicados os respectivos atos homologatórios de estabilidade. Além disso, foi procedido o levantamento de processos digitalizados anteriormente, com a finalidade de inseri-los no sistema LegisDoc e dar acesso ao seu conteúdo no assentamento funcional dos/das respectivos/respectivas servidores/servidoras.

Assim como na Comissão de Gestão de Carreiras, cabe destacar que, no decorrer do ano de 2022, houve renovação na composição da Comissão. A nova formação, igualmente formada por cinco servidores/servidoras assumiu com a designação realizada por meio da Portaria da Diretoria-Geral N.º 105/2022, de 13 de dezembro de 2022.



### Gestão de Capacitações e Qualificações

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte (ALRN) promove a capacitação e qualificação de seus/suas servidores/servidoras de dois modos:

- diretamente, por meio da Escola da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte (EALRN), a Escola de Governo do Poder Legislativo Estadual, em que são promovidos cursos de capacitação técnica e pessoal, oficinas, palestras profissionalizantes, fóruns, seminários e pós-graduação *lato sensu*; e
- indiretamente, quando contrata serviços de qualificação fornecidos por outras instituições, sejam elas públicas ou privadas. São exemplos desses serviços: a inscrição dos/das servidores/servidoras em congressos e seminários, ou a contratação de vagas em cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

#### Escola da Assembleia

A Escola da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte (EALRN), nos termos da Resolução n.º 090/2017, é responsável por “oferecer o suporte conceitual de natureza técnico-administrativa às atividades do Poder Legislativo e de qualificação e capacitação profissional permanente aos servidores da Assembleia Legislativa, bem como incentivar o aperfeiçoamento cultural, educacional e científico de toda a sociedade, visando o fortalecimento e a ampliação de sua capacidade intelectual”.

Em cumprimento às suas atribuições, no ano de 2022, a Unidade ofertou um conjunto amplo de serviços educacionais aos/às servidores/servidoras do Poder Legislativo Estadual, aos órgãos parceiros e à comunidade.

Informações sobre as atividades educacionais voltadas para os órgãos externos e para a comunidade estão apresentadas na seção Relacionamento com a sociedade, neste capítulo.

As atividades planejadas e realizadas para os/as servidores/servidoras desta Casa tem seu início com a Pesquisa sobre as lacunas de competência, realizada ainda no ano de 2019, em parceria com a Coordenadoria de Gestão de Pessoas. Nessa pesquisa, foram ouvidas todas as unidades da Casa com o objetivo de identificar as ausências de competências no corpo técnico.

As necessidades reconhecidas subsidiaram o planejamento das ações de capacitação ofertadas pela Escola desde a conclusão da Pesquisa. Além dos resultados de pesquisas internas, ocorreu a articulação da EALRN com as instituições parceiras de diversos Poderes que também serviram como fonte para a elaboração do Calendário Acadêmico.

A seguir, são expostos os serviços educacionais ofertados no ano de 2022.

No início do ano, foi ofertada a palestra “Planeje 2022” de modo exclusivo para os servidores, que oportunizou um treinamento sobre planejamento e autoconhecimento, nas áreas profissional, pessoal, emocional e familiar.

Em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, foi realizado um evento na sede da ALRN, no auditório Cortez Pereira. A programação foi iniciada com a aula inaugural, que teve como tema: “Nísia Floresta: Que mulher é essa? Quem é essa mulher?”. Dando continuidade à programação, ainda alusiva à referida data, foram oferecidas 4 palestras na Escola, com os temas: “Independência Financeira como fator de empoderamento feminino”, “Empreendedorismo do zero para mulheres” e “Mulher multitarefa: ressignificar seu papel na sociedade e contribuir para o futuro” e “Mulher de Propósito”.

Durante o ano, também ocorreram 8 oficinas técnicas, planejadas para atenderem demandas específicas de unidades. No total, 98 servidores/servidoras da Casa foram capacitados para a realização de atividades intrinsecamente relacionadas ao exercício de suas atividades laborais.

Dentre o rol dessas atividades educacionais, destacam-se as oficinas técnicas “Introdução à linguagem das exposições nos museus” e “Planejamento de exposições – Desenvolvimento de plataforma básica” que auxiliaram o corpo técnico da ALRN no processo de construção da primeira expografia de longa duração do novo Memorial da Cultura e do Legislativo Potiguar. Ademais, diversas outras foram ofertadas com finalidades distintas:

■ “Formatação e correção textual: Relatório de Gestão 2021”, que objetivou a capacitação dos/das servidores/servidoras envolvidos/envolvidas na elaboração do RG2021;

■ “Bizagi Modeler: mapeamento de processos”, que teve como propósito a capacitação de servidores/servidoras que atuaram diretamente no mapeamento de processos da ALRN;

■ “Capacitação política e assessoria parlamentar”, com a finalidade de possibilitar o aprimoramento e a capacitação dos servidores que atuam nas ações de extensão, em especial aquelas ofertadas às câmaras municipais do RN; e

■ “Produção textual com foco para jornalismo”, com vistas a atualizar e capacitar profissionais na área de comunicação que atuam nesta Casa Legislativa.

Com o objetivo de apresentar o funcionamento do processo eleitoral brasileiro, entender o sistema por meio do qual os candidatos são eleitos e perceber o que é legítimo e o que afronta a moralidade da disputa eleitoral a EALRN, em parceria com a Procuradoria Geral desta Casa, realizou o evento Seminário “Eleições 2022: Visão prática”, o qual contou com a participação de 70 servidores.

A Escola da Assembleia também deu continuidade às atividades das turmas de pós-graduação *lato sensu*, a saber: Especialização em Gestão Pública (GEP-023), turma que conta com 23 servidores da Casa, Segurança Pública e Cidadania (SPC-034 – em parceria com a PM/RN), que conta apenas com servidores da Instituição parceira.

Quanto aos cursos livres, foram ofertadas 38 atividades, dentre elas, palestras, oficinas, capacitação profissional e pessoal, das mais variadas temáticas, que capacitaram 746 servidores/servidoras.

Quanto à pós-graduação *stricto sensu*, a Escola da Assembleia manteve a parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), notadamente no mestrado profissional do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública. Além disso, firmou parceria com a Universidade de Lisboa (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa – ISCSP-Ulissboa) para oferta de curso avançado em Administração Pública, com objetivo de dar continuidade à capacitação dos/das servidores/servidoras do legislativo estadual, no sentido de formatar a modernidade do processo de gestão, contando com o ingresso de 03 servidores/servidoras para obtenção de título de Doutorado.

Vale destacar que, a Biblioteca Márcio Marinho, da EALRN, com o objetivo de disseminar a produção científica dos cursos de especialização, criou o repositório digital para armazenamento e consulta das referidas produções, para o público em geral.

Além das atividades educacionais, é importante ressaltar que, relacionado à gestão da EALRN, durante todo o ano o seu corpo diretivo prosseguiu com a realização de reuniões, recebendo possíveis parceiros da Escola, com o objetivo de oferecer novos cursos para os servidores e comunidade.

### Contratação de serviços de qualificação

Além das inúmeras atividades de qualificação realizadas pela Escola da Assembleia, a ALRN garante o conhecimento necessário para que os/as servidores/servidoras realizem suas atividades de outro modo. Isso se dá por meio da participação deles/delas em cursos promovidos por instituições reconhecidas em suas áreas de conhecimento/atuação e também pela contratação de empresas para a realização de cursos *in company* e *on-line*. No ano de 2022, ocorreram vinte contratações dos dois tipos. A seguir destacam-se algumas delas.

Servidores da Diretoria Administrativa e Financeira, da Procuradoria, da Controladoria, da Divisão de Licitações, da Divisões de Contratos e Convênios e da Coordenadoria de Infraestrutura e Apoio Logístico participaram do “17º Congresso Brasileiro de Pregoeiros”. O conhecimento adquirido foi difundido nas unidades, visando aprimorar a instrução processual das contratações públicas, desde a formalização da demanda, passando pela licitação e a celebração dos contratos administrativos.

Ainda relacionado às contratações públicas, foram inscritos dois servidores no “3º Seminário Nacional de Terceirização de Bens e Serviços”, realizado pelo Instituto Negócios Públicos do Brasil; participação no II Congresso Interestadual de Licitações e Contratos, bem como cinco servidores no curso “Como elaborar o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência para compras e serviços de acordo com a nova Lei de Licitações – Lei N.º 14.133/2021 e a nova IN N.º 58/2022 que regulamenta o ETP”, organizado pela Zenite Informação e Consultoria S/A.

Servidores da Divisão de Arquitetura e Engenharia e a Coordenadoria de Infraestrutura e Apoio Logístico participaram dos cursos “Orçamento de Obras Públicas e Serviços de Engenharia com Foco na Nova Lei de Licitações”; “Masterclass sobre gestão e fiscalização

de contratos e obras e serviços de engenharia e; “reajuste e reequilíbrio econômico-financeiro nas obras públicas”. O objetivo destas capacitações foi subsidiar a elaboração dos projetos e a fiscalização das obras, sobretudo a do prédio de abrigará o Memorial da Cultura e do Legislativo Potiguar e os Anexos Administrativos da ALRN.

Com o objetivo de capacitar os servidores para a implantação do sistema de Previdência Complementar, a Casa contratou as seguintes atividades: Inscrição de três servidores no “55º Congresso Nacional da Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais”; Inscrição de sete servidores no “XVI Congresso Brasileiro de Direito Previdenciário”; Inscrição de 2 servidores no “43º Congresso Brasileiro de Previdência Privada” e; Inscrição de 1 servidor no curso “Os Recentes Normativos Da Previdência Complementar e As Operações nos Planos De Benefícios – Aspectos Jurídicos E Atuariais”. Os cursos também subsidiaram a criação da Coordenadoria de Previdência Complementar no âmbito da ALRN, instituída pela Resolução N.º 59, de 14 de dezembro de 2022.

Já com relação à Gestão de Pessoas e à Saúde e Bem-estar, três servidores participaram do “5º Congresso Brasileiro de Saúde e Segurança no Trabalho”. O tema central do congresso foi “Novos desafios para profissionais e empresas” abordando principalmente sobre as mudanças no setor de SST relacionadas ao eSocial, Programa de Gerenciamento de Riscos e Serviços Especializados em Segurança e em Medicina do Trabalho (nova NR n.º 4).

Além disso, visando aperfeiçoar o sistema de controle interno da instituição, foram contratadas oito inscrições servidores em Curso de Capacitação Profissional - “Auditoria de Folha de Pagamento”; quatro no curso “Auditoria Governamental e Controles na Administração Pública”, que contemplaram servidores da Coordenadoria de Gestão de Pessoas, da Coordenadoria de Remuneração e Benefícios e da Controladoria, além de uma inscrição de servidor da Ouvidoria no “XXV Congresso Brasileiro de Ouvidores”.

Também foram inscritos servidores no Fórum de Negócios Experience 2022. O Fórum abrangeu exposições sobre Inteligência Emocional, Carreira, Liderança, Coaching, Alta Performance, Gestão, Estratégia, Posicionamento, dentre outros assuntos.

Além disso, também foram ofertadas capacitações na modalidade on-line. Foram inscritos quatro servidores no curso “A nova retenção de imposto de renda dos órgãos, autarquias e fundações estaduais e municipais” e três servidores no curso “A nova lei de licitações: agir sem medo”, realizados pelas empresas Open Treinamentos Empresariais e Editora Ltda e Kontrol Serviços Educacionais Ltda, respectivamente.



### Gestão de Saúde e Bem-Estar

A Divisão de Programas Complementares de Saúde e Bem-estar está subordinada à Diretoria de Políticas Complementares e tem como função ofertar serviços relativos à saúde dos deputados/deputadas estaduais, servidores/servidoras e dependentes, além da sociedade, pautados na promoção, prevenção, tratamento, recuperação e manutenção à saúde. Assim, ela é a principal responsável pela Gestão de Saúde e Bem-Estar e está dividida em dois núcleos principais: Núcleo de Serviço Médico e Odontológico e Núcleo de Atendimento Biopsicossocial.

Esses núcleos atuam por meio de uma equipe multiprofissional, formada por médicos/médicas, enfermeiros/enfermeiras, dentistas, fisioterapeutas, nutricionistas, psicólogos/psicólogas, assistentes sociais, educadores físicos, terapeuta ocupacional, farmacêutico/farmacêutica, fonoaudiólogo/fonoaudióloga, secretários/secretárias, recepcionistas, entre outros/outras colaboradores/colaboradoras. As atividades desempenhadas por esses/essas profissionais perpassam por consultas eletivas, urgência e emergência, prevenção e promoção da saúde, e educação em saúde.

O ano de 2022 foi marcado pelo retorno das atividades rotineiras, após o período pandêmico, com o atendimento presencial de todos os profissionais. Contudo, houve a continuidade na triagem dos casos com sintomas respiratórios, de forma presencial e isolada, com o intuito de evitar novos surtos dentro da Casa Legislativa, e permitir o atendimento a casos novos de Covid-19 e de outras síndromes respiratórias. Tal procedimento conferiu segurança aos/às servidores/servidoras, Deputados/Deputadas Estaduais, e passou a fazer parte da rotina de atendimentos.

Ocorreu ainda o retorno dos programas e ações voltados para servidores/servidoras e para a sociedade. Entre esses, destacam-se: o “Movimente-se”; o “Dia mundial da voz”; as campanhas de vacinação e projetos em consonância com o calendário do Ministério da Saúde. A prática de ginástica laboral nas unidades também voltou a acontecer e foram incorporadas novas práticas em saúde, como a hipnose, desenvolvida pelo médico, e o início do atendimento em reflexologia podal e massagem thai, que compõe uma prática integrativa.

Foram realizados alguns eventos, como: a Semana da Mulher; a campanha da Voz; a campanha de Controle da Hipertensão; a campanha “Descomplicando a Maternidade”; a campanha de Orientação sobre Ansiedade; “Setembro Amarelo”, referente ao luto; a participação na Festa do Boi (Outubro Rosa); as campanhas de vacinação contra Covid-19 e Influenza; e a ação “Novembro Azul”.

As ações e campanhas citadas tiveram impacto positivo na saúde dos/das servidores/servidoras da ALRN ao promover bem-estar e qualidade de vida. A seguir, apresenta-se o quantitativo dos atendimentos realizados e, posteriormente, são detalhados os programas e as ações.

Categoria Profissional	Atividade	Quantitativo
Atendimento clínica médica presencial	Consultas eletivas, urgências e exames admissionais	2735
Educadores físicos	Atendimento presencial e orientações	304
Enfermagem	Consulta ou atendimentos de enfermagem	1249
Enfermagem (acolhimento)	Acolhimento para consulta médica pela equipe de enfermagem	2735
Fisioterapia	Atendimento fisioterapêutico	310
Fonoaudiologia	Atendimento presencial	279
Atendimento Nefrologia	Consulta com nefrologista	5
Atendimento Hipnose	Terapia de Hipnose	51
Nutricionista	Consulta clínica e retorno	201
Atendimento Odontológico	Consulta odontológica	1033
Psicologia	Atendimento psicológico	1276
Práticas integrativas	Atendimento presencial	224
Serviço social	Atendimento, orientação social e visita domiciliar a servidores	286

## Programas e Ações

O planejamento de novas atividades possibilitou a execução especialmente dos programas voltados para servidores/servidoras e Deputados/Deputadas Estaduais. A seguir eles são apresentados.

### Movimente-se

O Programa tem o objetivo de promover a prática de hábitos saudáveis de vida. Seu retorno ocorreu por meio de encontros coletivos no Parque das Dunas. Nesses, os/as servidores/servidoras e o público externo interessado e que estava no local participaram de atividades como: alongamento, ioga, caminhada, verificação de pressão arterial e glicemia capilar, aulas de dança, palestras educativas, e café da manhã saudável. Ao todo, 494 participaram das atividades

### Programa de Combate ao Tabagismo

O Programa de Combate ao tabagismo tem como finalidade reduzir a prevalência de tabagismo entre os/as servidores/servidoras da ALRN, com acompanhamento da equipe multidisciplinar, por meio de encontros, de consultas individuais, e da dispensação de medicamentos, conforme protocolo de combate ao tabagismo do Ministério da Saúde. Participaram do Programa 5 servidores da Casa Legislativa.

## ÁREAS ESPECÍFICAS DA GESTÃO

Durante a pandemia, ocorreu a interrupção dos encontros com a equipe multidisciplinar, fato que dificultou o retorno das reuniões e dispersou os/as participantes. Apesar disso, o setor continuou com a dispensa dos medicamentos a eles/elas que ainda continuavam em tratamento, além do acompanhamento individual aos casos necessários. É válido salientar que o Programa foi bastante exitoso, visto que diversos servidores pararam de fumar, e vários outros reduziram o consumo do cigarro.

Além dos programas apresentados, várias foram as ações realizadas, tais como:

Evento	Público-alvo	Quantitativo
Atividade		
Semana da Mulher	Servidores	<b>342</b>
Palestras e rodas de conversa sobre temáticas referentes à saúde da mulher, e atendimento da equipe de enfermagem (verificação de pressão arterial e HGT). Oferta de vagas para realização de mamografia para servidoras terceirizadas		
Campanha da Voz	Servidores	<b>800</b>
Orientações acerca da saúde da voz, pelas equipes de Fonoaudiologia, com distribuição de panfletos e orientações		
Campanha de controle de hipertensão	Servidores	<b>213</b>
Orientações e aferição de Pressão arterial		
Campanhas de vacinação contra Covid-19 e Influenza	Servidores	<b>324</b>
Campanha de Imunização pela equipe de Enfermagem, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Natal		
Campanha “Descomplicando a maternidade”	Servidores	<b>20</b>
Rodas de conversa com servidoras e psicólogos		
Campanha de orientação sobre ansiedade	Servidores	<b>20</b>
Conversa e orientação sobre ansiedade pela equipe de Psicologia		
“Setembro amarelo”	Servidores	<b>76</b>
Rodas de conversa de servidores com a equipe de Psicologia, e atendimentos para abordar a temática do Luto.		
Festa do Boi (Outubro Rosa)	Sociedade	116
Aferição de pressão arterial e orientações sobre prevenção do câncer de mama (Outubro Rosa), com distribuição de panfletos		
Novembro Azul	Servidores	56
Orientações a respeito de cuidados em saúde do homem; aferição de Pressão arterial e Glicemia capilar		



## Gestão de Tecnologia da Informação

A Gestão de Tecnologia da Informação na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte (ALRN) tem como órgão responsável a Diretoria de Gestão Tecnológica (DGT). Todas as suas atribuições estão previstas na Resolução n.º 090/2017, mas, essencialmente, essa Diretoria é responsável por planejar, desenvolver, implantar e gerenciar todos os serviços e soluções em TI do Legislativo Estadual, fornecendo o suporte ao usuário e a infraestrutura de informática necessária ao pleno funcionamento de seus sistemas de informação. Para tal propósito, são indispensáveis a adequação e a confiabilidade dos serviços e da infraestrutura tecnológica de Informática.

Dentre as atribuições gerais da DGT, destaca-se a sua “competência para gerir a política de informática da Assembleia Legislativa, em consonância com as linhas estratégicas adotadas pelo Poder Legislativo, adequando a área de informática às novas exigências de governança”, conforme a referida Resolução. Em vista disso, a DGT manteve-se atenta às boas práticas corporativas, cumprindo os requisitos fundamentais de compliance e buscando a transformação digital dos processos internos, com a melhoria contínua dos serviços prestados pela Instituição.

Composta pela Coordenadoria de Gestão de Projetos e Desenvolvimento de Sistemas, e pela Coordenadoria de Infraestrutura de Tecnologia da Informação (TI), Suporte Técnico e Integração de Sistemas, essas unidades concentram-se na gestão de subáreas específicas.

## Gestão de Projetos e Desenvolvimento de Sistemas

Uma das subáreas da Gestão de Tecnologia da Informação trata dos projetos e do desenvolvimento de sistemas, domínio que tem conseguido avanços significativos na modernização da gestão da ALRN. Essa evolução decorre do desenvolvimento interno de sistemas e, especialmente, do processo de inovação no qual está imersa toda essa subárea.

A transformação digital pela qual passa essa Casa tem sido vista, reconhecida e premiada. No ano de 2022, o Sistema Legis Plenário, desenvolvido pela DGT, concorreu ao Prêmio Assembleia Cidadã, na categoria Gestão, da Unale (União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais) e sagrou-se campeão. O troféu conquistado marcou o tricampeonato da ALRN nessa categoria.

O êxito nas premiações nacionais associado ao reconhecimento público evidenciou a qualidade elevada do trabalho realizado. Como consequência, há algum tempo, vem ocorrendo o contato de outras casas legislativas a fim de, por meio da assinatura de termos de cooperação técnica e cessão de direitos de uso, utilizarem as ferramentas construídas.

Como exemplo, no ano de 2022, uma equipe da DGT esteve dedicada à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina para adequar o Sistema e-Legis às peculiaridades locais de seus trâmites legislativos. O fruto desse trabalho possibilitou que o Sistema passasse a organizar e gerenciar todo o processo legislativo estadual na referida unidade federativa.

Outra instituição pública interessada na produção interna da ALRN foi a Câmara Municipal de Bauru/SP, que importou o Sistema Legis Vídeos com todos os seus recursos e funcionalidades.

Diante dos resultados alcançados e com o objetivo de reforçar o aperfeiçoamento profissional e o suporte contínuo às atividades, foi disponibilizada, pelo período de um ano, uma plataforma de tecnologia que oferta grande variedade de treinamentos e cursos, inclusive de formação, nas áreas de programação, *front-end*, *data science*, *devops*, *ux e design*, *mobile*, e inovação e gestão, servindo como apoio fundamental para questões específicas inerentes ao processo de desenvolvimento *web*.

A seguir, são apresentadas atividades, que incluem o desenvolvimento e a disponibilização de novos serviços, assim como atualizações evolutivas e corretivas feitas, segmentadas pelos sistemas desenvolvidos.

### **Sistema Legis Plenário**

É no Plenário que se cumpre a função constitucional do Poder Legislativo e, reconhecendo seu papel basilar, criou-se o Legis Plenário. O Sistema foi desenvolvido para gerenciar sessões e reuniões legislativas, contemplando todo o procedimento de Plenário, desde o registro de presença dos parlamentares até a discussão e votação de matérias, com o respectivo controle de tempo dos momentos regimentais.

O caráter multidisciplinar da equipe de trabalho foi fator determinante para a obtenção de resultados frutíferos com o Sistema, auxiliando no entendimento do fluxo das sessões e reuniões de comissão e trazendo melhorias em termos de usabilidade e inovação. O módulo de gestão do Sistema otimiza as tarefas empreendidas durante uma reunião legislativa, conferindo agilidade à inscrição de oradores, registro de presença, discussão de matérias, recontagem de quórum e votação. Todos os eventos ocorridos nas reuniões são registrados, produzindo um extrato para a montagem de atas e outros documentos que conferem uma visão detalhada e transparente das atividades realizadas.

Os novos painéis eletrônicos instalados no Plenário apresentam as principais informações relativas ao andamento das reuniões legislativas. São exibidos, por exemplo, dados básicos dos parlamentares, projetos em votação, além da listagem e controle de tempo dos oradores e aparteantes, com o intuito de dar visibilidade ao público acerca dos eventos acontecidos em Plenário.

O Legis Plenário, que está integrado ao e-Legis, é responsável por todo o processo legislativo eletrônico, que fornece informações básicas do fluxo processual e dos eventos ocorridos durante as reuniões. Diante dos sistemas já desenvolvidos, objetiva-se, para o ano de 2023, a integração com o Legis Vídeos e com a Transparência.



### Sistema e-Legis

O e-Legis – Sistema que gerencia toda a atividade legislativa de forma eletrônica e que conquistou o Prêmio Assembleia Cidadã, na categoria Gestão, da Unale, no ano de 2021 – recebeu inúmeras atualizações no ano de 2022. Dentre elas, pode-se destacar:

- adição de funcionalidade de solicitação de informações de destinatários de ofício, com o intuito de permitir que os setores emissores de ofícios possam solicitar aos autores de proposições os dados postais e contatos dos destinatários para quem os ofícios devem ser enviados.

- criação do módulo de relatórios de processo.

- implementação de melhorias visuais na tela de reunião e inclusão da funcionalidade de comissões não deliberantes nas reuniões de comissão. Essa funcionalidade foi criada para permitir que numa reunião conjunta entre várias comissões possa ser informado que uma ou mais delas não tem permissão de deliberar a cerca de uma determinada matéria;

- implementação de melhoria no *login* para bloquear usuários não ativos no Sistema e/ou de gabinetes extintos;

- criação de área de configurações do Sistema (funcionalidade restrita aos administradores), que tem intenção de gerenciar de maneira visual as configurações de comportamento do Sistema, como, por exemplo, escolher qual vai ser a situação padrão que o processo vai ganhar e o respectivo setor para onde vai ser tramitado depois de ser lido no Plenário;

- liberação dos relatórios de atividade parlamentar completo e análise de dados para os gabinetes, restringindo aos dados do próprio gabinete logado;

- correções de problemas de incompatibilidade que o Sistema apresentava ao ser acessado pelo navegador Safari;

- implementação de melhorias no tratamento dos documentos sigilosos.

### Sistema Legis-RH

O Legis-RH – Sistema que gerencia todos os processos de recursos humanos e folha de pagamento, e que conquistou o Prêmio Assembleia Cidadã, na categoria Gestão, da Unale, no ano de 2019 – recebeu, no ano de 2022, correções e melhorias em funcionalidades. Destaca-se dentre elas a implementação de recurso para a emissão de relatórios, especificamente para o módulo de auxílio saúde, facilitando a comprovação dos gastos, pelo/pela servidor/servidora, com o envio direto de documentos pelo Aplicativo Portal do Servidor.

### Sistema de Emendas Orçamentárias (Módulo Gabinete)

A partir do ano de 2022, os parlamentares puderam propor emendas ao orçamento via sistema integrado, o que antes era feito em papel. O trâmite digital permitiu um melhor gerenciamento de informações, controle de valores, geração de relatórios e integração imediata com outras unidades.

O Módulo Gabinete, do Sistema de Emendas Orçamentárias, agilizou substancialmente todo o processo, desde o acompanhamento dos trâmites, pelos parlamentares, de suas respectivas emendas, até o envio do arquivo final ao Governo do Estado, indispensável para a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA).

### Sistema Legispad

O Sistema de Gestão de Processo Administrativo Digital, o Legispad, teve o desenvolvimento de sua primeira versão concluído no ano de 2022, assim como sua implantação. A finalidade principal do Legispad é racionalizar os recursos disponíveis e otimizar os fluxos de processos administrativos da Instituição.

O primeiro processo que passou a ser controlado pelo Sistema foi o de análise de acúmulo de cargos. Tal processo teve fundamental importância para a observação de fluxos e para a realização de ajustes finais no Sistema. Após o ensaio com este processo piloto, o Legispad passou a incorporar gradualmente os demais processos, ainda que em conjunto com os processos físicos e com o sistema de protocolo.

A meta é que todos os setores estejam treinados e habituados com o Sistema até o fim do ano de 2023, quando todo o trâmite processual será assim digital, substituindo o atual sistema utilizado.

Também foram desenvolvidas melhorias no gerenciamento de movimentos de folha, como permitir a inserção de variados lançamentos, de verbas diversas, para múltiplos servidores, de uma única vez, dando agilidade ao processo; aperfeiçoamentos em restrições de segurança para acesso a contracheques, bem como outras necessárias atualizações corretivas para a manutenção das funcionalidades do sistema.

### Sistema Legis Vídeos

Concluído no ano de 2019, o Legis Vídeos também passou por estudos e adequações no ano de 2022. Nesse ano, foi iniciado o trabalho de transcrição dos vídeos usando um modelo ajustado de inteligência artificial da OpenAi, que captura e fragmenta os áudios para a geração do texto escrito. A partir disso, foram criadas funcionalidades que contribuem na indexação de buscas, na confecção de atas e na inserção de marcadores na linha do tempo de oradores. Também foi realizada melhoria para disponibilizar de maneira mais rápida e segura versões personalizadas do software, permitindo agilidade em adaptações desenvolvidas para outras Casas Legislativas.

### Sistema eSocial (Conectores)

O eSocial é um Sistema do Governo Federal que tem como objetivo digitalizar e unificar o envio das informações fiscais, previdenciárias e trabalhistas de empresas e órgãos públicos. Dada a obrigatoriedade de prestação de contas por meio do eSocial e a complexidade da integração dos sistemas utilizados pelas autarquias com o governo federal, foi contratada empresa terceirizada, que disponibilizou uma plataforma que atua como intermediário entre esses sistemas.

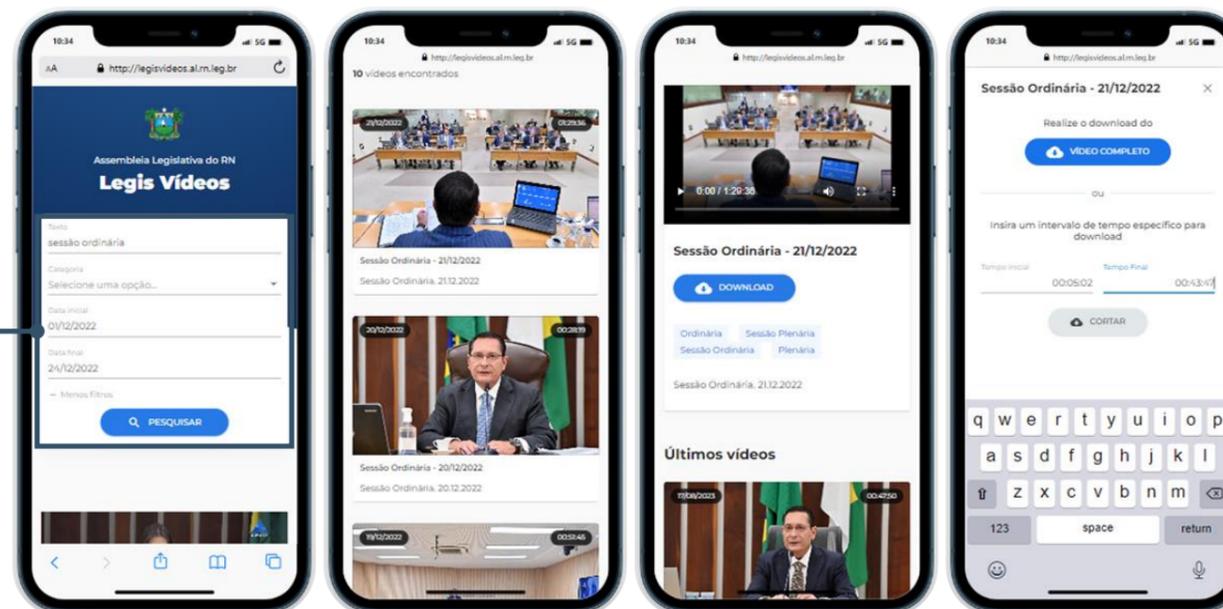
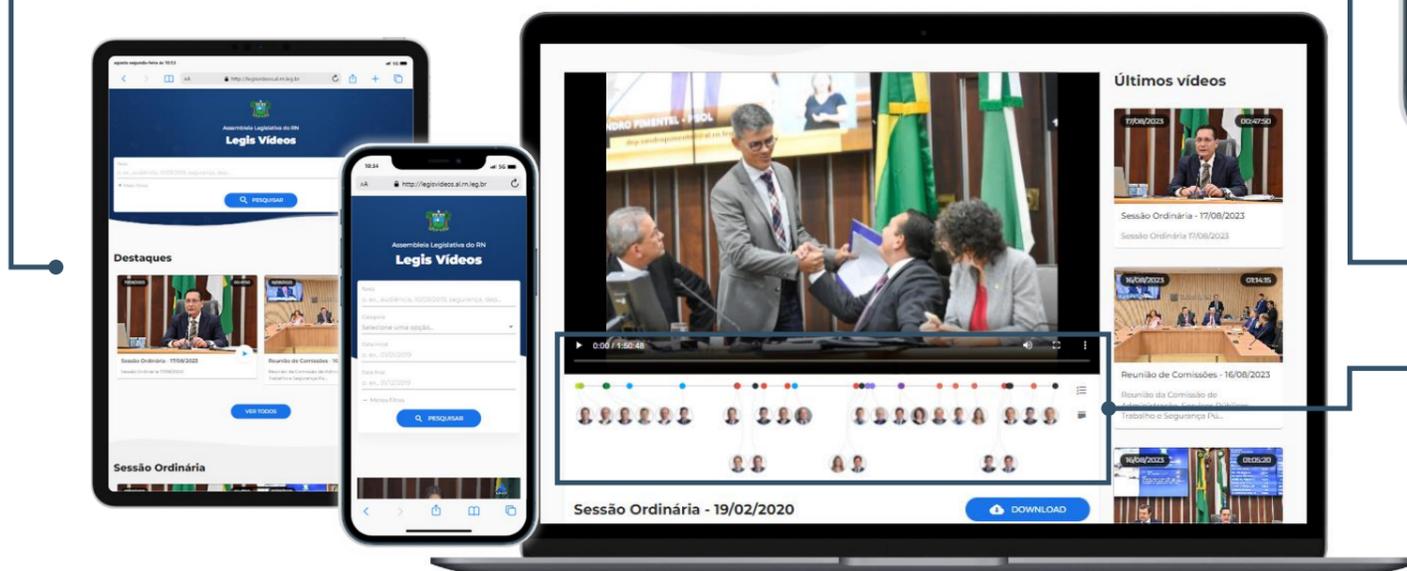
Contudo, para utilizar a plataforma terceirizada, faz-se necessário a criação de arquivos em formatos e leiautes específicos chamados conectores, os quais contêm as informações fiscais, previdenciárias e trabalhistas organizadas de acordo com os requisitos do sistema. No ano de 2022, a ALRN iniciou a construção efetiva desses conectores, objetivando cumprir os prazos estabelecidos pelo cronograma de implantação estabelecido pela União.

# Legis Vídeos

O Legis Vídeos é um dos sistemas desenvolvidos pela Diretoria de Gestão Tecnológica e tem como objetivo o armazenamento e a disponibilização de todas as sessões ordinárias, extraordinárias, solenes, audiências públicas, reuniões de comissões e de frentes parlamentares.

A aplicação inclui um **inovador recurso de edição**, permitindo tanto o *download* completo dos vídeos catalogados, quanto o de trechos específicos deles. Ágil, intuitivo e sendo realizado em poucas ações, o usuário dispõe do intervalo do vídeo por meio do corte automático e da geração de novo arquivo para *download*, a partir de informações fornecidas por ele.

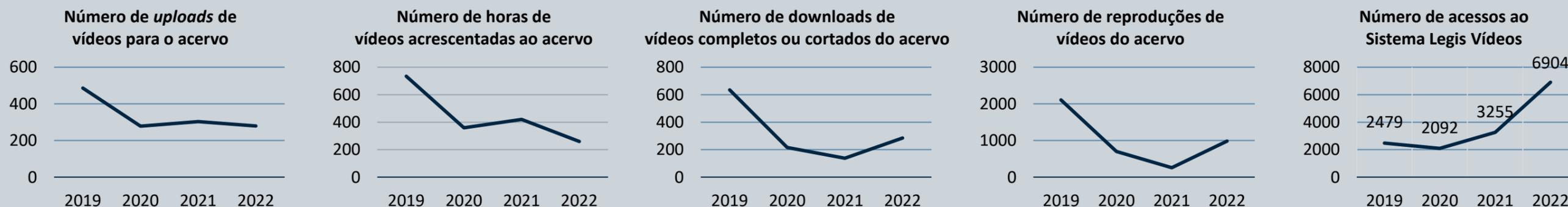
Finalizado pela equipe técnica em 2019, a ferramenta também apresenta como característica a **responsividade**, capacidade que adapta e organiza os elementos e o conteúdo de acordo com o tamanho da tela do dispositivo que o usuário utiliza.



O Sistema também apresenta recurso de **pesquisa por palavras-chave**, que busca dentro das atas relacionadas a cada sessão, facilitando a localização de assuntos e temas.

Outros diferenciais são a **navegação pela timeline** do vídeo, que pode ser feita por meio de marcadores contendo o período de fala de cada parlamentar ou orador e a **integração com o e-Legis** – o Sistema de Processo Legislativo Eletrônico da ALRN –, permitindo o acesso aos vídeos a partir da liberação das sessões legislativas.

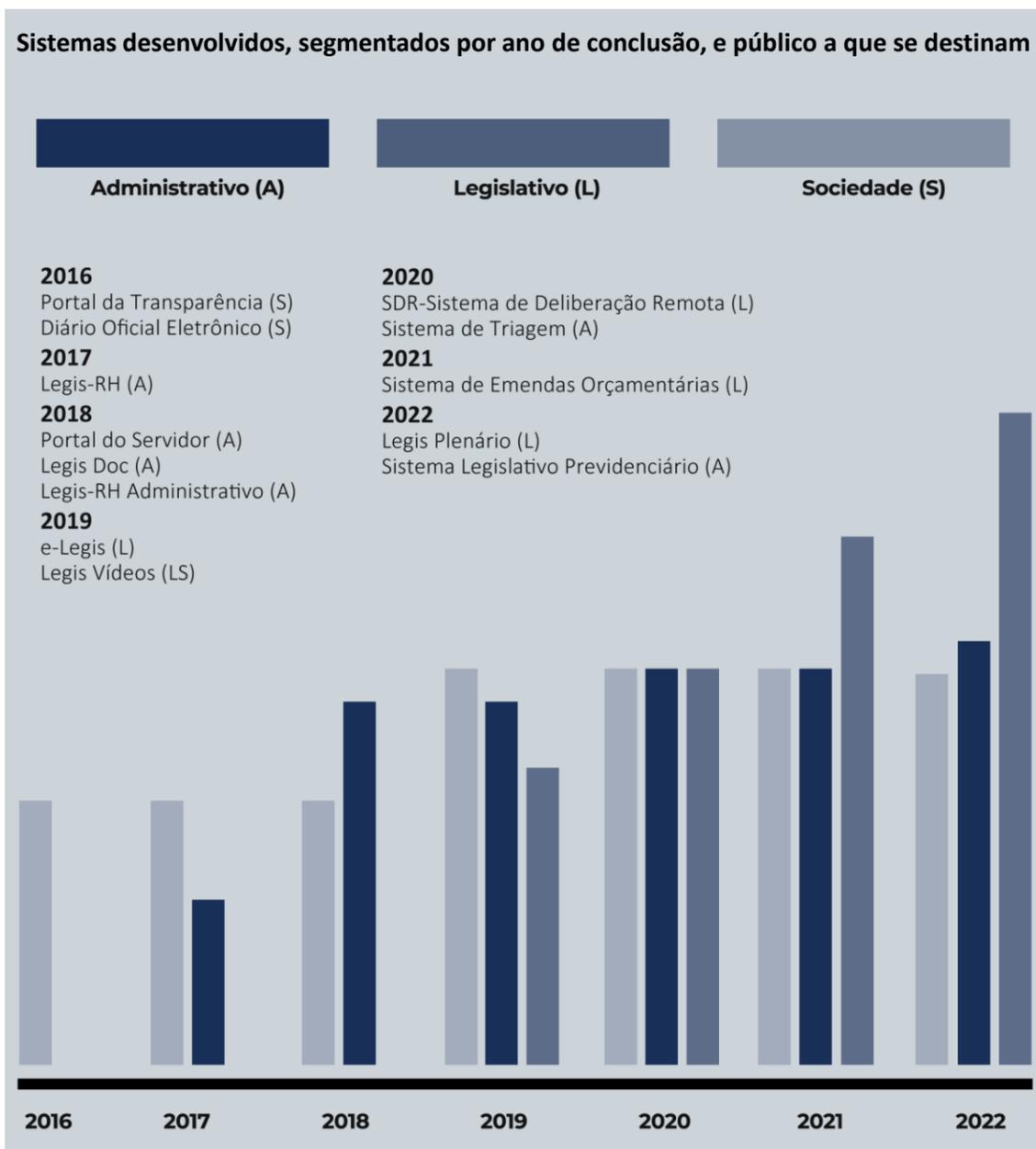
## Comparativo de informações sobre o Legis Vídeos



### Sistema Legislativo Previdenciário

Disponibilizado no ano de 2022, o Sistema auxilia a Comissão de Regularização Previdenciária a desenvolver suas atividades com o cadastro de servidores/servidoras, processos, cálculos para regularização e compartilhamento de documentos.

Objetivando sintetizar a visão dos sistemas desenvolvidos pela Diretoria de Gestão Tecnológica, foi elaborado o gráfico, exposto a seguir, que os apresentam, segmentados pelo ano de conclusão, e relacionados ao público a que se destinam, sendo eles: Administrativo (usuário interno), Legislativo (usuário interno) e Sociedade (usuário externo). Especificamente um deles, o Legis Vídeos, enfatizado anteriormente, remete-se a dois desses. Para cada sistema, além do público a que se destina, foi analisada sua relevância, demonstrando a preocupação com todos os clientes da ALRN.



### Gestão de Infraestrutura de TI, Suporte Técnico e Integração de Sistema

A outra subárea de Gestão de TI trata da infraestrutura de TI, do suporte técnico e de integração de sistemas, campo de atuação que oferta serviços diretamente aos usuários e/ou que sustenta o funcionamento dos sistemas. A Unidade responsável por essa subárea é a Coordenadoria de Infraestrutura de TI, Suporte Técnico e Integração de Sistema, sendo responsável pela supervisão, coordenação e a gerência das atividades de manutenção de equipamentos de informática, segurança dos ativos de rede, sistema de redes, gerencia dos contratos relativos a equipamento e/ou serviços de informática, bem como pela gestão de sistemas e soluções no âmbito da Diretoria de Gestão Tecnológica.

A seguir, são apresentadas, segmentadas por áreas, as ações realizadas no ano de 2022 nas diversas área de TI, incluídas a aquisição e a implantação de ferramenta para continuidade dos trabalhos da ALRN.

- Realizações
- Modernização do parque tecnológico

Com a ampliação e disponibilização de novos serviços, houve a necessidade de rever os computadores que compõem a rede da Instituição. Assim, foram adquiridos novos equipamentos – 70 computadores *Desktop*, 40 notebooks com tela sensível ao toque e outros 10 notebooks sem essa característica, além de 20 estações de trabalho de alta performance – com configurações adequadas para a realização das atividades laborais de Deputados/Deputadas Estaduais e servidores/servidoras.

- Manutenção preventiva, corretiva e *outsourcing* de impressoras

Considerando a necessidade de manutenção preventiva e corretiva das impressoras pertencentes a ALRN foram celebrados contratos neste sentido.

- Renovação dos contratos
- Plataforma de videoconferência

Em continuidade aos trabalhos na forma remota ou híbrida, necessários durante a vigência da pandemia, foi renovado contrato com a empresa responsável pela plataforma.

Salutar destacar que, por meio da plataforma, as Sessões Plenárias e Reuniões das Comissões ocorreram de forma híbrida, assegurando, pois, a continuidade das atividades legislativas de maneira segura e ágil. Merece destacar o uso da plataforma por toda a Casa, especialmente pela Escola da Assembleia para uso em Ensino a Distância. Evidencia-se assim que a referida ferramenta não só atendeu as necessidades para continuidade dos trabalhos legislativos, como também permitiu que as atividades educacionais promovidas pela ALRN continuassem acontecendo.

### Contrato de telecomunicação

No que se refere aos serviços de telecomunicação, oportuno dizer que houve a renovação do contrato com a atual operadora, no qual estão estabelecidos os serviços de Telefonia fixa, Comunicação de dados, Segurança e Gerência da Informação, E-mail corporativo e Ferramentas Colaborativas.

### Manutenção preventiva, corretiva de switches e roteadores

Renovação da contratação de uma empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva de tais equipamentos, que permite uma melhoria na utilização e prolongamento da vida útil de tais equipamentos.

### Ampliações

#### Rede wifi

Com finalidade de cobertura de sinal wifi de novas áreas não atingidas ou defectivas pela rede, foram instalados e configurados novos equipamentos de Ponto de Acesso no prédio sede e nos anexos, atendendo às necessidades de algumas unidades que precisavam fazer uso de dispositivos móveis.

#### Rede cabeada

Ampliação da rede cabeada com instalação de novos pontos, com uso de cabos CAT 6, realizados nas modificações e/ou ampliações dos Gabinetes dos Deputados. A adequação garantiu a oferta de aumento de banda com maior qualidade e desempenho nas conexões de rede.

#### Painel de monitoramento

A implantação de Painel de monitoramento dos ativos de Rede centralizou o monitoramento dos serviços de negócio, servidores e dispositivos de rede da ALRN. A atividade é realizada por um software que atua na verificação dos estados dos equipamentos e gera um conjunto de dados que podem ser trabalhados e publicados em interfaces mais amigáveis, possibilitando analisar em tempo real a situação de alguns dos principais serviços pertencentes à infraestrutura de monitoramento.

Painel de monitoramento dos ativos de rede

Grid of 50 server status indicators:

- VM-DIARIO-API
- VM-DOCKER-GIT
- VM-ELEGIS-HOMOLOG
- VM-ELEGIS-NEW02
- VM-ELEGIS-VIDEO
- VM-ELEGIS-VIDEO-EXT
- VM-ELEGISRH-CMP
- VM-ELEGISRH-MOSSORO
- VM-LEMAQ-APP
- VM-LEMAQ-BASE
- VM-PORTAL-AL-2016
- VM-SERVIMP
- VM-SRV-2016-ADRIANA
- VM-SRVALD9-NOVA
- VM-WINGSERVER2016-DB1
- VM-DNS2
- VM-LEGRG-FDM-PROD
- VM-LEGRH-PROD-107
- VM-LEMAQ-BASE\_BACKUP
- VM-MEMORIA-GUSTAVO
- VM-SERV-ESOC-OK
- VM-SRV-BO
- VM-SRVALD7-AD
- VM-SRVAL104
- VM-HA-INTRA
- VM-PLENARIO
- VM-SRVALD5-SQL
- VM-SRVALKASP
- VM-AUTH-PROD
- VM-DEYTOOLS01
- VM-ROCKET-CHAT
- VM-K8BCLUSTER01-WORKER01
- VM-LEGISRH-HOMOLOG-1
- VM-SRVUBA
- VM-ZABBIX01
- VM-AUTH-SP-PROD
- VM-PORTAL-SERVIDOR-LX
- VM-SRVALD4
- VM-UNIFI-CONTROLLER
- VM-SRV-ISO1
- VM-SRV-PORTAL01
- VM-ELEGIS-SC
- VM-LEGIS-RH-MOSSORO
- VM-WEB-PROD
- VM-PRETAÇAO
- VM-LEGIS-RH-MOSSORO
- VM-WEB-PROD
- VM-BACKUP-SERVER
- VM-K8CLUSTER-MASTER01
- VM-K8CLUSTER-WORKER01
- VM-LEGISGAO-SERVER
- VM-SRV-TRANSP
- VM-SRVALD5-SQL-DESENV
- VM-TRANSPRENCIA-NOVO
- VM-SRVALD3-SQL
- VM-SERV-WEB-TOPODW
- VM-SERVIDOR-APP-MAXMEIO
- SW-CORE-COMISSOES

Legend:

- OK (Green)
- INCIDENTE (Red)
- MANUTENÇÃO (Blue)
- INATIVO (Black)

Diagram of server racks:

- RACK-SRVAL-INFRA:** SRVAL175, SRVAL1010, SRVAL188, SRVAL189, SRVAL184, SRVAL185, SRVAL177, SRVAL178, ST-QNAP-PROD-71, ST-QNAP-BKP-72.
- RACK-SRVAL-CENTRAL:** SRVAL180, SRVAL181, SRVAL182, SRVAL183, SRVAL186, SRVAL187, SRVAL191, ST-SYN-03, ST-SYN-70.

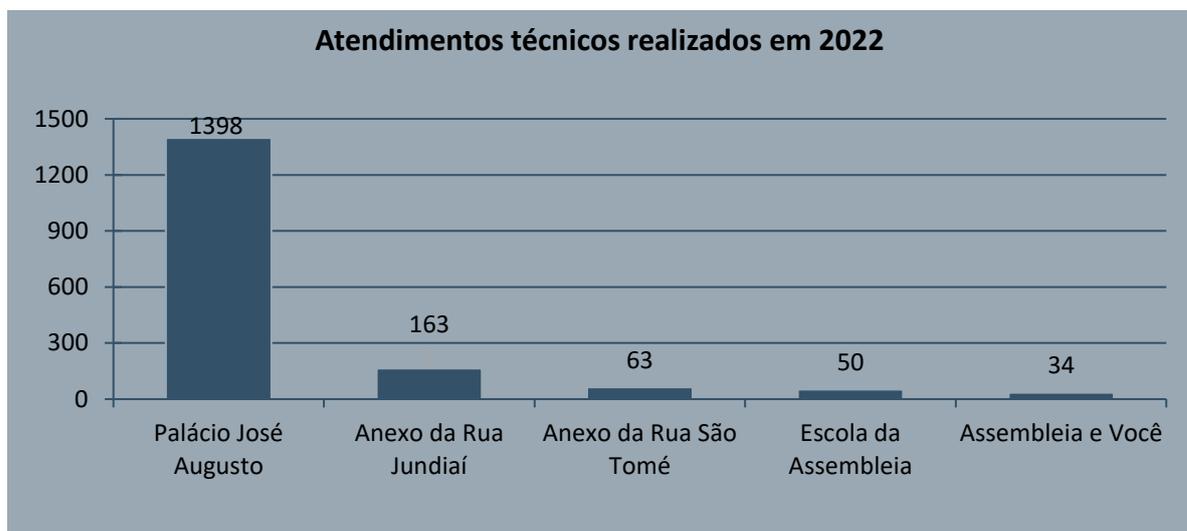
System Performance Dashboard:

- Estado do Sistema:**
  - Clientes Sem fio (por ESSID): 830 clientes (Ativo: 830, Inativo: 0, Desconhecido: 0, Não autorizado: 0, Não autorizado: 0).
  - Clientes Sem fio (por Tipo de Rádios): 830 clientes (2,4 GHz: 371, 5 GHz: 459).
- Uso atual: Top Access Points:**
  - 96 clientes
  - 1.05 TB transferido
- Visão rápida:**
  - AP mais ativo: FIC01 A PATIO 000048 (355,02)
  - Cliente mais ativo: TV-CPC (54,02)
  - Cliente Espaço mais tempo: Servidor (240,98)
- Hardware & Performance:**
  - CPU: 50% (50 Grú, 745,40 Grú, 374, 75)
  - Capacidade: 318,16 TB (Usado), 154,76 TB (Disponível), 472,92 TB (Total)
  - Memória: 787,89 GB (Usado), 1,96 TB (Disponível)
  - IOFS a 100% (8023)
  - Maxima Network Throughput Agregada: 1,9 KB/s
- Funcões do servidor:**
  - Servidor mais 10
  - Principais fabricantes de servidor: Dell, HP, Lenovo, etc.
- Principais sistemas operacionais:**
  - Windows, Linux, etc.

Atendimento de suporte aos usuários

Os atendimentos de suporte aos usuários são realizados por uma equipe de 16 profissionais, alguns lotados nos anexos e a grande maioria no prédio sede. Esses atendimentos são diversos e podem consistir desde uma simples dúvida operacional até o reparo e substituição de peças nos equipamentos.

A seguir são apresentados os quantitativos dos atendimentos concluídos apenas pela equipe de suporte da DGT. A informação é importante porque os números não incluem os atendimentos realizados pelos parceiros que a ALRN tem contrato de manutenção, como, por exemplo, a manutenção de impressoras e equipamentos de comunicação de dados.



Neste tópico, mais uma vez, necessário rememorar que as atividades ocorreram de forma diversa da que todos estavam acostumados, pois que o cenário pandêmico exigiu uma nova realidade sem, contudo, deixar que os trabalhos seguissem seu fluxo. Nessa esteira, foram disponibilizados, pela equipe de TI, serviços de VPN atendendo, então, as necessidades dos usuários submetidos ao regime de Home Officer.

Segurança da Informação

Revisão e aprimoramento das políticas de acesso ao serviço de VPN (*Virtual Private Network* – Rede Virtual Privada), que possibilita aos usuários remoto, o acesso a todos os serviços disponibilizados de forma transparente e segura, permitindo que suas atividades não deixassem de serem realizadas.

Revisão e aprimoramento das políticas de disponibilização e *backup* de dados permitindo um gerenciamento centralizado e com vários pontos de replicação garantindo melhor a salva dos dados e facilitando sua recuperação em caso de desastres e facilitando o acesso pelos usuários.



## Gestão de Infraestrutura e Apoio Logístico

A Gestão de Infraestrutura e Apoio Logístico tem suas atividades concentradas na Coordenadoria de Infraestrutura e Apoio Logístico, órgão diretamente vinculado à Diretoria Administrativa e Financeira. Conforme a Resolução nº 090/2017, a esta unidade compete gerenciar e manter os serviços de limpeza e conservação predial, transportes, audiovisual, jardinagem, copeiragem, garçonagem, e operação de elevadores. Além dessas atividades, compete ainda a esta unidade dirigir, controlar e supervisionar a execução direta e indireta dos serviços de conservação arquitetônica, reformas e atualização das instalações internas, edificações e áreas externas do complexo arquitetônico da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte (ALRN).

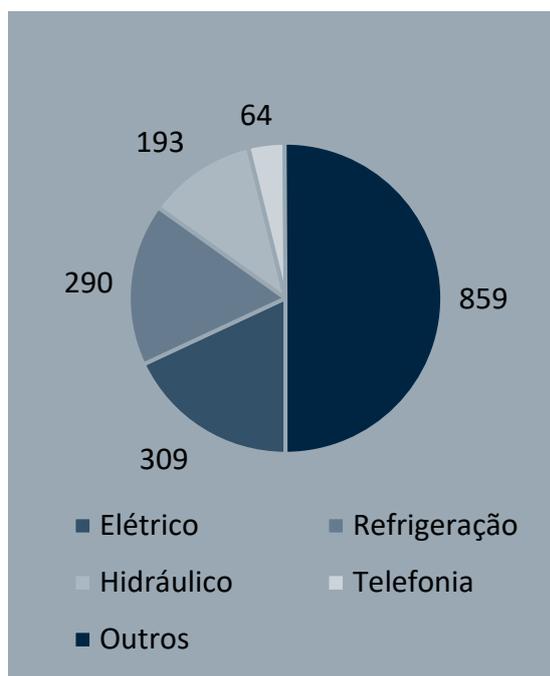
Em 2022, a Coordenadoria cumpriu o papel de garantir que todas essas áreas fossem adequadamente supervisionadas e executadas, priorizando a qualidade e a segurança dos serviços prestados. As ações visam manter um ambiente agradável, funcional e bem conservado para todos os usuários e frequentadores do complexo da ALRN, contribuindo assim para a preservação do patrimônio e o bem-estar de todos.

Objetivando garantir eficiência, eficácia e efetividade de todas essas atividades, a Gestão de Infraestrutura e Apoio Logístico é segmentada em cinco subáreas: Gestão de Operação e Manutenção, Gestão de Serviços Gerais, Gestão de Transportes, Gestão de Telecomunicações e Audiovisual e Gestão da Arquitetura e da Engenharia.

### Gestão de Operação e Manutenção

A Gestão da Manutenção tem como objetivo assegurar a continuidade dos serviços prestados pela ALRN, por meio da manutenção e da conservação predial.

Em observância aos planos existentes, a Divisão de Operação e Manutenção atuou principalmente no atendimento de solicitações encaminhadas pelo sistema de Ordens de Serviço (OS), e executadas por profissionais terceirizados e/ou servidores/servidoras da Casa. As demandas mais comuns foram relacionadas ao sistema elétrico (309), à refrigeração (290), ao sistema hidráulico (193) e à telefonia (64), que corresponderam aproximadamente a 49,9% do total.



Além das demandas de manutenção predial, a subárea realizou as seguintes atividades:

- fiscalização da execução dos contratos de manutenção predial, refrigeração e climatização de ambientes;
- serviços de limpeza e desobstrução das caixas de gordura;
- serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores do prédio sede;
- serviços de manutenção corretiva da plataforma de acessibilidade instalada na Escola da Assembleia e no setor de saúde;
- manutenção de grupo gerador de energia elétrica;
- manutenção preventiva e corretiva de portões eletrônicos;
- aquisição de materiais e de equipamentos que suprimam a demanda de materiais necessários para a realização de serviços de manutenção predial e de equipamentos solicitados pelas unidades.

A seguir são apresentadas as principais atividades realizadas e as efetividades delas.

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Planejamento e execução dos serviços de dedetização e controle de pragas, e monitoramento da qualidade da água fornecida à ALRN.	Proteção da saúde dos Deputados/Deputadas estaduais, servidores/servidoras, terceirizados/terceirizadas e visitantes.
Planejamento e execução das atividades de manutenção de tomadas, disjuntores e fiações.	Manutenção da estrutura elétrica em perfeito estado de conservação e funcionamento.
Fiscalização dos contratos de fornecimento de energia e subestações elétricas.	
Execução dos serviços de manutenção de torneiras, encanamentos e bombas d'água.	Manutenção da estrutura hidráulica em perfeito estado de conservação e funcionamento.
Coordenação dos serviços de limpeza e desobstrução de caixas de gordura e caixas d'água, além de abastecimento d'água.	
Controle da operação e da manutenção de elevadores e plataformas elevatórias.	Provisão da acessibilidade de todos os usuários e prestação de suporte às atividades legislativas e administrativas.
Fiscalização dos contratos de operação e manutenção de sistemas de climatização.	
Atendimento das demandas por confecção de chaves e carimbos.	
Execução da manutenção geral de portas e mobiliário.	
Duas Desinfecções (em fevereiro e junho) realizadas por empresa especializada, no prédio Sede e anexos.	Combate à disseminação da Covid-19 entre os/as servidores/servidoras, familiares, visitantes e sociedade em geral.

## Gestão de Serviços Gerais

A Gestão de Serviços Gerais abrange o apoio à limpeza e à higienização da ALRN, bem como a coordenação das atividades de garçagem, copa e jardinagem nas dependências desta Casa.

Nesse sentido, a Divisão de Serviços Gerais buscou trabalhar de forma integrada e colaborativa com todas as unidades da ALRN, principalmente àquelas responsáveis pelo almoxarifado e pela gestão de contratos e convênios.

A seguir são apresentadas as principais atividades realizadas e as efetividades delas.

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Supervisão dos serviços de limpeza e higiene predial das dependências da Casa Legislativa.	Manteve limpas e/ou higienizadas todas as dependências físicas internas e externas do Poder Legislativo Estadual.
Monitoramento das atividades do supervisor dos ASG's.	
Fiscalização da prestação dos serviços de higienização e limpeza.	
Planejamento da aquisição e/ou a modernização de produtos e equipamentos de limpeza.	
Coordenação das ações e atividades de jardinagem.	Embelezamento, conservação e manutenção das áreas jardins da Instituição.
Fiscalização dos trabalhos nas áreas jardins internas e externas.	
Planejamento da aquisição de bens e insumos relacionados às atividades de jardinagem.	
Planejamento da contratação de serviços terceirizados de jardinagem.	
Gerenciamento dos serviços dos garçons.	Prestação dos serviços de garçagem aos/às Deputados/Deputadas Estaduais, à Presidência e às Diretorias da ALRN.
Supervisão e distribuição das tarefas e escalas de trabalho.	
Planejamento da aquisição de bens e insumos relacionados às atividades de garçagem.	
Orientação e supervisão da gestão dos serviços de recepção e atendimento ao público.	Prestação dos serviços de recepção, atendimento e filtragem de ligações telefônicas, fornecimento de informações ao público, identificação e orientação da circulação de visitantes.
Capacitação das recepcionistas para realizar triagens dos servidores e visitantes, com vistas à detecção de sinais e sintomas de síndromes gripais.	

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Gerenciamento dos serviços de copa e fornecimento de água e café.	Prestação dos serviços de copeiragem nas copas da ALRN localizadas no Prédio Sede e em seus anexos.
Planejamento da aquisição de bens e insumos relacionados às atividades de copeiragem.	
Planejamento da contratação de serviços terceirizados de copeiragem.	

## Gestão de Transportes

A Gestão de Transportes compreende as responsabilidades pela direção e controle das atividades de transporte, de gastos com combustível, de manutenção da frota de veículos próprios ou locados, bem como a supervisão dos serviços prestados pelos motoristas e pela opinião nos processos de renovação da frota.

Em 2022, a Divisão de Transportes atuou no apoio aos programas “Qualidade de Vida e Saúde” e “Coleta Seletiva Solidária”, bem como em outras ações em todo o estado. O setor também prestou suporte às remessas de documentos e processos para órgãos de controle externo, jurisdicionais e de justiça. Atuou no deslocamento de servidores entre o prédio sede e os anexos da Casa e/ou entidades públicas e privadas que têm vínculo com a ALRN, assim como na gestão e na atualização dos contratos de locação e manutenção de veículos.

A seguir são apresentadas as principais atividades realizadas e as efetividades delas.

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Gestão da frota de veículos à disposição da instituição e o uso pelos servidores.	Possibilitou o trânsito de servidores/servidoras e documentos entre os prédios sede e anexos da ALRN e com outras instituições, prestando suporte com eficiência.
Planejamento e acompanhamento da qualidade dos serviços prestados pelos motoristas.	
Supervisão do controle de gastos com combustíveis.	

## Gestão de Telecomunicações e Audiovisual

A Gestão de Telecomunicações e Audiovisual inclui a prestação de apoio técnico e operacional de áudio e vídeo às atividades legislativas e administrativas da ALRN. Sua atuação, por meio da Núcleo de Telecomunicações e Audiovisual, abrangeu os trabalhos de planejamento e suporte à realização de sessões ordinárias e das Comissões Parlamentares, sendo essencial para a manutenção do fluxo dos trabalhos parlamentares e administrativos mediante a utilização de mídias digitais.

## ÁREAS ESPECÍFICAS DA GESTÃO

Além disso, gerenciou a manutenção de todos os aparelhos presentes no Plenário e no Auditório Cortez Pereira, nas salas de reunião e de aula da Escola da Assembleia.

A seguir são apresentadas as principais atividades realizadas e as efetividades delas.

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Supervisão dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de audiovisual dos Auditórios e Plenários.	Manutenção dos meios de audiovisual adequados às atividades Parlamentares e administrativas.
Assessoramento nos eventos internos (audiências públicas, reunião de comissões) e externos (“Assembleia e você” e da Escola da Assembleia).	
Preservação e acondicionamento dos equipamentos de audiovisual.	
Fornecimento e operação de equipamentos de áudio e vídeo para realização de eventos.	

## Gestão de Arquitetura e Engenharia

A Gestão de Arquitetura e Engenharia da Casa é exercida pela Divisão de Arquitetura e Engenharia, conforme preconiza a resolução nº 090/2017. Em 2022, o setor atuou principalmente no planejamento, coordenação e desenvolvimento de estudos e projetos executivos de arquitetura e engenharia, bem como gerenciou a contratação e execução de obras e serviços de engenharia (construções, reformas, modificações, ampliações, recuperações e manutenções) para intervenção no patrimônio edificado do complexo arquitetônico da ALRN.

A seguir são apresentadas as principais atividades realizadas e as efetividades delas.

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Continuidade da elaboração dos projetos de arquitetura e de engenharia para a construção do Anexo da Avenida do Contorno.	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Ampliação e modernização da infraestrutura física;</li><li>▪ Otimização do espaço físico existente para melhor atendimento e acomodação dos usuários;</li><li>▪ Adequação de estrutura para ampliação do espaço físico do anexo para atender as necessidades da ALRN;</li><li>▪ Adequação do espaço às exigências legais de acessibilidade universal.</li></ul>
Continuidade da elaboração dos projetos de arquitetura e de engenharia para a reforma do antigo edifício do Banco do Nordeste do Brasil.	

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Elaboração de projetos arquitetônico de reforma para a Assessoria de Planejamento.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Otimização do espaço físico existente para melhor atendimento e acomodação dos usuários;</li> <li>▪ Adequação do espaço às exigências legais de acessibilidade universal.</li> </ul>
Elaboração de projeto arquitetônico de interiores para a Coordenadoria de Remuneração e Benefícios.	
Elaboração de projeto arquitetônico de reforma para a Divisão de Gestão de Contratos e Convênios.	
Elaboração de projeto arquitetônico executivo para reforma da Controladoria.	
Elaboração de estudo preliminar de arquitetura para a instalação da CEFO no Palácio José Augusto.	
Elaboração de estudo preliminar de arquitetura para a instalação de unidades administrativas no pavimento térreo do edifício Ouro Center, situado à Rua Vigário Bartolomeu.	
Elaboração de estudo preliminar de arquitetura para a instalação 2 Gabinetes Parlamentares no 2º pavimento do Palácio José Augusto.	
Elaboração de projeto arquitetônico de interiores para a copa da Procuradoria-Geral.	
Elaboração de projeto museográfico e caderno de especificações técnicas para atender às necessidades do Memorial da Cultura e do Legislativo Potiguar.	
Elaboração de projeto arquitetônico de layout para mural de fotografias da Procuradoria-Geral.	
Elaboração de projeto de arquitetura efêmera para o evento Mulher, realizado no São Nobre do Palácio José Augusto.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Organização do espaço físico existente para melhor atendimento e acomodação dos visitantes;</li> <li>▪ Visibilidade da marca ALRN por meio da organização do espaço físico no evento.</li> </ul>
Elaboração de projeto de arquitetura efêmera para o <i>stand</i> da ALRN no evento da Federação dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte.	
Elaboração de projeto de arquitetura efêmera para evento denominado Corrida do Servidor, organizado pela ALRN.	
Elaboração de projeto arquitetônico de espaço para o stand da ALRN no evento da Festa do Boi, realizado no município de Parnamirim/RN.	

## ÁREAS ESPECÍFICAS DA GESTÃO

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Elaboração de caderno de especificações técnicas de carpete para o Auditório Cortez Pereira.	Adequação dos ambientes aos novos padrões de identidade visual da ALRN.
Elaboração de layout e caderno de especificações técnicas de móveis planejados em MDF e madeira maciça para atender às necessidades do Memorial da Cultura e do Legislativo Potiguar.	
Elaboração de layout e caderno de especificações técnicas de móveis planejados em MDF e madeira maciça para atender às necessidades da ALRN.	
Suporte às demandas da Comissão Permanente de Licitações relativas ao Pregão 009/2022 – Aquisição de equipamentos de audiovisual.	Garantia dos requisitos técnicos e legais para o processo de licitação de acordo com lei 8.666/93.
Elaboração de Projeto Básico com vistas à contratação de pessoa jurídica para executar serviços de climatização dos Gabinetes Parlamentares.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliação e modernização da infraestrutura física da ALRN;</li> <li>• Redução das ocorrências de manutenção no sistema.</li> </ul>
Elaboração de Projeto Básico para contratação de pessoa jurídica para confecção de maquete física.	Representação visual parte do complexo arquitetônico da ALRN.
Suporte à CIAL no gerenciamento dos serviços de modernização do sistema de climatização dos gabinetes parlamentares (Contrato 096.2022 – POLYCLIMA)	Modernização da infraestrutura física da ALRN; Garantia dos requisitos técnicos e legais para a execução dos serviços de acordo com lei 8.666/93; Garantia da execução dos serviços com qualidade e dentro dos prazos previstos.
Suporte à CIAL no gerenciamento dos serviços de impermeabilização do prédio sede (Contrato n.º 006.2022 - IM ENGENHARIA LTDA)	
Suporte à CIAL no gerenciamento dos serviços de reforma e manutenção do prédio sede e seus anexos.	Garantia do cumprimento das exigências legais por parte da(s) empresa(s) contratada previstas no contrato da obra; Melhoria na fiscalização com a verificação periódica e acompanhamento dos custos de cada etapa da obra.

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Gerenciamento e fiscalização da execução dos projetos complementares para a reforma do antigo BNB (Contrato 054.2022 - J RIBAMAR ASSOCIADOS – PROTEC)	Modernização da infraestrutura física da ALRN; Garantia dos requisitos técnicos e legais para a execução dos serviços de acordo com lei 8.666/93; Garantia da execução dos serviços com qualidade e dentro dos prazos previstos.
Gerenciamento e fiscalização da obra de restauro e reforma do Solar Tavares de Lyra (Contrato 002.2022 - PS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA)	
Gerenciamento e fiscalização da instalação de persianas do tipo rolô (Contrato 015.2022 - OK COMÉRCIO)	
Participação de servidores da Divisão de Arquitetura e Engenharia como palestrantes convidados no evento promovido pelo IPHAN denominado Balaio Cultural.	Promoção e divulgação das intervenções no patrimônio edificado da ALRN.
Implementação da metodologia BIM (Building Information Modeling) na DAE	Otimização do fluxo de processos; Aumento da produtividade na elaboração de projetos e orçamentos; Aumento da eficiência da fiscalização; Redução de erros e interferências em projetos.
Treinamento de servidores da DAE nos cursos presenciais Especialista BIM (Building Information Modeling) e Masterclass Gestão e Fiscalização de Obras, e nos cursos on-line Orçamento de Obras Públicas, e Reajuste e reequilíbrio de Obras Públicas.	Capacitação dos servidores para executar atividades relacionadas à área de arquitetura e engenharia.
Gerenciamento e fiscalização de contrato de prestação de serviços de reforma e manutenção do prédio sede e seus anexos.	Garantia do cumprimento das exigências legais por parte da(s) empresa(s) contratada previstas no contrato da obra; Melhoria na fiscalização com a verificação periódica e acompanhamento dos custos de cada etapa da obra.



### Gestão de Compras e Patrimônio

A Coordenadoria de Compras e Patrimônio (CCP) desempenha um papel central na Gestão de Compras e Patrimônio da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte (ALRN). Essa unidade, que está subordinada à Diretoria Administrativa e Financeira, tem a responsabilidade de gerir o patrimônio da Casa Legislativa, desde o planejamento da sua aquisição até o eventual descarte dos bens. O objetivo é garantir a efetividade e a transparência nas licitações, a administração adequada dos contratos e convênios, e a gestão adequada do material e do patrimônio desta Casa.

Para atingir isso, essa Gestão é segmentada em três subáreas: Gestão de Licitações, Gestão de Contratos e Convênios, e Gestão de Material e Patrimônio.

### Gestão de Licitações

A Gestão de Licitações na ALRN é competência da Divisão de Licitações, unidade vinculada à Coordenadoria de Compras e Patrimônio e responsável pelos processos licitatórios, conforme estabelecido na Resolução n.º 090/2017. De acordo com essa mesma normativa, cabe a essa Divisão a responsabilidade de conduzir licitações, assegurar o suprimento de bens para as unidades da Casa e estabelecer normas e diretrizes para compras e contratações. Cabe à unidade ainda propor modalidades e formas legais e administrativas que melhor atendam ao interesse público.

Portanto, a Divisão de Licitações desempenha um papel fundamental na gestão dos processos licitatórios, garantindo transparência, conformidade com a legislação e suprimento adequado de bens às unidades da Instituição. Suas atribuições abrangem desde a condução dos procedimentos licitatórios até o estabelecimento de diretrizes e normas que orientam as compras e contratações desta Casa.

A seguir, são apresentados os certames homologados e os que não foram finalizados devido aos desafios atravessados no ano de 2022. Apesar das dificuldades, eleva-se que, no tocante às licitações essenciais ao funcionamento da Casa, estas foram finalizadas sem maiores intercorrências. As efetividades, por sua vez, ficam evidenciadas por ocasião das conclusões dos procedimentos licitatórios solicitado pelo setor demandante.

Registro de preços para contratação de empresa locadora de banheiros químicos para eventos, incluindo montagem/desmontagem, instalação/desinstalação, transporte e serviços correlatos.

Viabilizou estruturas e equipamentos necessários à realização de eventos promovidos ou dos quais participa, como as ações de saúde, educação, cultura e assistência social à população do Rio Grande do Norte, que a aproxima desta Casa.

Registro de preços para eventual contratação de auxiliar de serviços gerais, copeiragem e supervisão administrativa, utilizando profissionais próprios da contratada.

A terceirização de serviços na Administração Pública, respeitando os limites que lhe são impostos pela legislação pertinente, tem se apresentado como importante instrumento na descentralização de serviços públicos.

Aquisição de cortina, tipo persiana horizontais rolô, incluída a instalação.

Permitiu o controle da incidência dos raios solares nos ambientes internos, proporcionando conforto e segurança aos ocupantes das salas das unidades. Ademais, também garantiu a proteção do mobiliário do desgaste e da descoloração causados pelos efeitos dos raios solares, bem como proporcionou uma maior eficiência quanto ao consumo de energia elétrica, ajudando a manter os ambientes em conforto térmico.

Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada no serviço de locação de grupo gerador de energia móvel, com capacidade mínima de 180KVA, incluindo montagem/desmontagem, instalação/desinstalação e transporte.

Disponibilizou meios para a realização de eventos promovidos ou dos quais participou a ALRN, por meio dos quais foram oferecidos serviços à população do Estado.

Registro de preços para contratação, sob demanda, de empresa especializada na prestação de serviços de locação de ônibus executivo, micro-ônibus e vans por diária e quilômetro rodado com motorista, combustível, seguros e demais despesas necessárias.

Possibilitou visitas para realização de diagnósticos, deslocamentos de servidores/servidoras que compõem o Coral, o Memorial e os setores ligados às áreas de saúde, educação e políticas complementares, bem como atividades que envolveram grupos com pequeno número de participantes e transporte a locais de difícil acesso.

Contratação de licenças de softwares para fins de atendimento às necessidades desta Casa Legislativa.

Elevou o nível de confiabilidade dos projetos e processos de planejamento e controle de obras, gerando aumento da produtividade e economicidade, além de resultar em diminuição de custos e de risco relacionados à construção de edificações e de melhorias na infraestrutura da ALRN.

Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de arranjos, botões, *buquets* e coroas de flores naturais.

A contratação se justifica pela necessidade de fornecimento dos itens ora solicitados, uma vez que é costume desta Casa providenciar a confecção e entrega deste material em solenidades de homenagens e velórios.

Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada em serviços de editoração eletrônica, impressão e publicação de livros, inclusive fac-similar.

Possibilitou a disseminação de documentos históricos e literários à sociedade Norte-Rio-Grandense, como obras de grande relevância e estilos literários de referência na cultura popular, e de instrumento de incentivo à preservação e disseminação da história do Poder Legislativo Potiguar, mantendo viva a identidade política e cultural da nossa região. Por fim, disseminou documentos essenciais a um novo modelo de gestão da ALRN, como o Planejamento Estratégico Horizonte 2020-2023.

## ÁREAS ESPECÍFICAS DA GESTÃO

Registro de preços para eventual aquisição de equipamentos de áudio e vídeo.  
Modernização da estrutura tecnológica audiovisual dos auditórios da ALRN, contribuindo para o acompanhamento dos trabalhos legislativos pela população.

Contratação especializada em fornecimento e instalação de equipamentos de proteção de obras de arte.  
Conservação dos quadros e demais obras de arte instaladas nesta Casa Legislativa.

Registro de preços para eventual aquisição de bens permanentes eletrônicos e eletrodomésticos.  
Ampliação e/ou substituição de equipamentos eletrônicos e eletrodomésticos.

Registro de Preços para aquisição de material de limpeza.  
Disponibilização de suprimentos necessários para a manutenção da limpeza e do pleno funcionamento da Casa Legislativa.

Registro de preços para eventual aquisição de material de expediente.  
Disponibilização de materiais necessários para a manutenção e pleno funcionamento da Casa Legislativa.

Registro de preços para eventual aquisição de materiais e equipamentos odontológicos.  
Disponibilização de bens para a continuidade dos atendimentos odontológicos na Divisão de Programas Complementares de Saúde e Bem-Estar, resultando na manutenção do nível de qualidade dos serviços prestados pela Unidade.

Registro de preços para aquisição de material de copa e cozinha.  
O pedido tem por finalidade suprir as necessidades desta Casa Legislativa e evitar o desabastecimento dos itens descritos, considerados indispensáveis ao seu bom funcionamento, considerando que já fazem parte do uso comum deste e de outros entes e órgãos públicos.

Aquisição de equipamento fotográfico.  
Substituição dos equipamentos atualmente utilizados, visando melhor aparato tecnológico para a produção de um trabalho com qualidade.

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de confecção de carimbos automáticos e de madeira e de cópia de chaves, abertura de fechadura, troca de segredo, troca de abertura, conserto de cilindro e demais serviços de chaveiro.  
Necessidade de atender frequentemente solicitações por chaves e carimbos oriundas das diversas unidades desta Casa.

Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de portões eletrônicos, instalados nos prédios da ALRN.  
Prevenção e correção de problemas técnicos que eventualmente possam se apresentar nos portões elétricos, garantindo a segurança e o bem-estar de Deputados/Deputadas Estaduais, servidores/servidoras e demais usuários/usuárias e a conservação do patrimônio público.

Registro de preços para eventual aquisição de materiais e equipamentos médico-hospitalares.

Continuidade dos atendimentos da Divisão de Programas Complementares de Saúde e Bem-Estar, com itens e quantitativos que suprem as demandas da Unidade pelo período de dois anos, e manutenção do nível de qualidade dos serviços prestados.

Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de segurança – porta giratória de detecção de metais e portal detector de metais – instalados no prédio sede da ALRN.

A prestação dos serviços se faz necessária e é de suma importância, pois a boa técnica recomenda a adoção contínua de procedimentos preventivos e corretivos.

Contratação de pessoa jurídica do segmento da Tecnologia da Informação para atuação no suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva especializada nos equipamentos responsáveis por manter a segurança da informação da ALRN.

O *firewall* é uma solução de segurança que controla o acesso entre servidores e estações de uma rede local e as conexões oriundas ou destinadas à internet. É composto por *hardware* e *software* que permitem a aplicação de políticas de acesso, definidas com base na política de segurança, normativos e necessidades de acesso aos dispositivos conectados pelo firewall.

Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos.

Continuidade dos atendimentos na Divisão de Programas Complementares de Saúde e Bem-Estar, com itens e quantitativos que suprem as demandas da Unidade pelo período de dois anos, e manutenção do nível de qualidade dos serviços prestados.

Registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios.

Manutenção do pleno funcionamento da ALRN, considerando que sua aquisição já faz parte do uso comum deste e de qualquer órgão público.

Contratação de serviço de lançamento de cabo de fibra óptica, com a aquisição de material de cabeamento para rede lógica, para a interligação do prédio sede da ALRN.

A solução deverá prover a estrutura necessária para o desenvolvimento das atividades computacionais com melhor desempenho e maior disponibilidade dos recursos de rede de dados.

Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de scanners detectores de raio-x, com substituição de peças, componentes e outros materiais.

A prestação dos serviços se fez necessária para proporcionar segurança para parlamentares, servidores/servidoras e demais visitantes da Casa Legislativa.

Registro de preços para contratação de empresa especializada em fornecimento de refeições – *coffee break* e *buffet* (almoço e jantar) para reunião/recepção.

Fornecimento de lanches e/ou refeições durante eventos, treinamentos e reuniões em períodos extensivos, sendo um dos fatores que contribuem para a efetividade do aprendizado e da atenção dos participantes.

## ÁREAS ESPECÍFICAS DA GESTÃO

Registro de preços para aquisição de água mineral em garrafão, garrafa e copo.  
Manutenção e pleno funcionamento desta Casa Legislativa, considerando que sua aquisição já faz parte do uso comum deste e de outros órgãos públicos.

Aquisição de microcomputadores Desktop e Notebooks.  
Informatização do Plenário e Comissões para utilização do Sistema Elegis.

Aquisição de equipamento fotográfico.  
A aquisição se justifica diante da necessidade de digitalização em alta resolução de todo o acervo e da assessoria fotográfica do Memorial Itinerante (projetos externos).

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, *tonner*, cartuchos e fita ribon, para as Impressoras e multifuncionais.  
Assegurar o perfeito funcionamento dos equipamentos, conferindo a boa qualidade dos serviços por meio da correta manutenção dos equipamentos elencados.

Contratação de serviços de administração e gerenciamento do fornecimento de combustíveis (gasolina, álcool e diesel) para abastecimento dos veículos, geradores e máquinas pertencentes ou à disposição da ALRN.  
Continuidade da prestação de serviços de administração e gerenciamento do fornecimento de combustíveis.

Aquisição e instalação de carpetes no Auditório Cortez Pereira.  
Disponibilidade do Auditório para realização, especialmente, de audiências públicas.

Contratação de empresa especializada na confecção de maquete física para representar visualmente parte do complexo arquitetônico da ALRN.  
Permitirá a visualização pós-restauração e reforma do antigo Solar Tavares de Lyra.

Contratação de empresa especializada em reforma e fabricação de móveis para atender as necessidades da Divisão do Memorial da Cultura e do Legislativo Potiguar.  
Viabilizar a implantação do novo Memorial da Cultura e disseminar a história do Legislativo e da cultura potiguar.

Registro de preços para aquisição de móveis.  
Atendimento das necessidades de ampliação e/ou reposição de móveis para esta Casa e para o bom andamento dos trabalhos nela.

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva com fornecimento de peças, toner, cartuchos e fita ribbon, para as Impressoras e multifuncionais, instaladas nos setores da ALRN.  
Assegurar o perfeito funcionamento dos equipamentos, conferindo a boa qualidade dos serviços por meio da correta manutenção dos equipamentos.

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em elevadores.  
Economia com manutenções corretivas e redução dos transtornos administrativos, em caso de pane.

## Núcleo de Gestão de Compras de Bens e Serviços

O Núcleo de Gestão de Compras de Bens e Serviços foi instituído pela Resolução n.º 090/2017, publicada em 14 de dezembro de 2017, como uma unidade subordinada à Divisão de Licitações e à Coordenadoria de Compras e Patrimônio. Essa unidade tem como principal responsabilidade o gerenciamento e administração das atividades relacionadas às aquisições e contratações no âmbito da ALRN. Todas as suas ações são guiadas pelos princípios da administração pública e pela legislação aplicável.

Rotineiramente, são realizados a) elaboração de termos de referência e projetos básicos; b) pesquisa de preços, com produção de tabela comparativa e informação descritiva do procedimento adotado, assim como análise de conformidade das propostas apresentadas; c) emissão de solicitações de despesas; d) emissão de ordens de compra e serviços; e) prestação de informações/esclarecimentos solicitadas por licitantes acerca de cláusulas constantes nos termos de referência.

Durante o exercício de 2022, o órgão em questão empreendeu um total de 72 Termos de Referência, abrangendo uma diversidade de tópicos, para a finalidade de contratar aquisições e serviços. Esses termos foram elaborados, levando em consideração a legislação e jurisprudência dos Tribunais de Contas, com o intuito de estabelecer uma uniformidade de procedimentos.

Ademais, no mesmo período, foram realizadas 86 pesquisas mercadológicas com o propósito de coletar informações acerca dos preços praticados no mercado, a fim de serem utilizadas em processos licitatórios, contratações diretas ou renovações contratuais. Cada pesquisa resultou na elaboração de uma planilha contendo os valores obtidos, bem como de um despacho informativo contendo detalhes sobre as fontes consultadas, ocorrências relevantes, solicitações de esclarecimentos e a conclusão da pesquisa.

Ainda em 2022, foram emitidas 597 Solicitações de Despesas no sistema utilizado, das quais 76 foram excluídas.

Como etapa final dos procedimentos internos do Núcleo, antes de enviar os documentos para a emissão do empenho, são emitidas as Ordens de Compra e Serviço. No ano de 2022, o total de Ordens emitidas alcançou 519, sendo que 36 delas foram posteriormente canceladas. É relevante registrar o número de Ordens de Compra e de Serviço que foram devidamente empenhadas e aquelas que não foram empenhadas, representando assim as aquisições e contratações de serviços efetivamente realizadas.

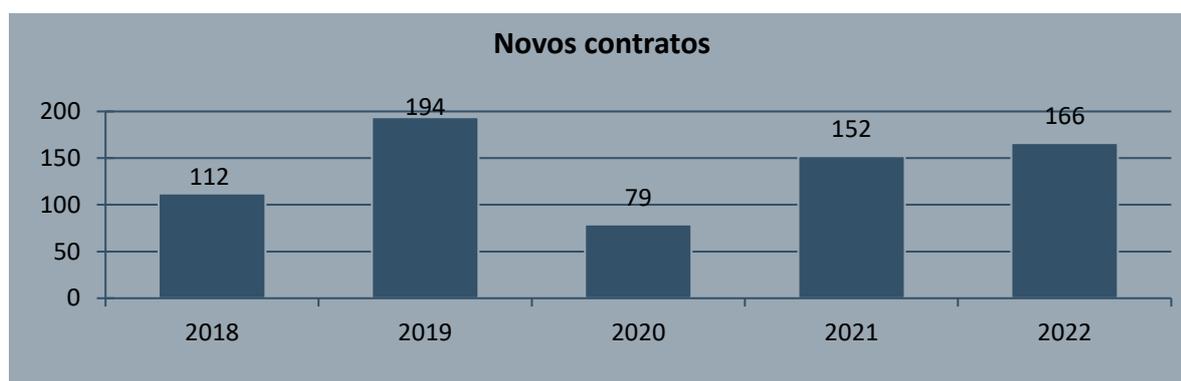
As atividades do Núcleo ajudam na concretização dos projetos encaminhados pelos setores que lidam diretamente com o público, proporcionando o acesso a materiais, softwares, serviços etc. necessários ao bom desempenho dos atendimentos. Ademais, é importante ressaltar que o impulsionamento do projeto de digitalização dos processos administrativos trará agilidade, segurança e transparência aos procedimentos, além de proporcionar impacto ambiental positivo pela redução do uso de papel e de transporte físico (via veículos automotores) dos expedientes.

## Gestão de Contratos e Convênios

Conforme a Resolução nº 090/2017, a Divisão de Gestão de Contratos e Convênio é a unidade subordinada à Coordenadoria de Compras e Patrimônio que tem a incumbência de gerir os contratos e convênios celebrados com a ALRN. À Divisão cabe desde disciplinar as ações referentes à celebração e ao gerenciamento dos vínculos firmados com entidades privadas, auxiliar na elaboração de termos de referência, até emitir notificações, comunicados e determinações de correção dos serviços às contratadas.

Além de se reportar diretamente a essa Coordenadoria, a unidade mantém relação com os demais setores da Casa, especialmente com a Diretoria Administrativa e Financeira e a Coordenadoria de Planejamento e Execução Orçamentária e Financeira. Entretanto, todos os setores da ALRN que demandam contratação de qualquer tipo são orientados pela unidade, que mantém contato direto sobre a gerência do contrato por setor.

No ano de 2022, foram produzidos 166 contratos novos. Esse número, quando comparado aos anos anteriores, demonstra uma tendência de uma recuperação nas contratações desde o início da pandemia.



Ao analisar os valores despendidos com contratos no decorrer dos anos, temos os seguintes valores despendidos:

Exercício	Valores Gastos	Observação
2015	R\$ 10.972.258,24	Criação da Comissão de Contratos
2016	R\$ 14.252.113,21	
2017	R\$ 17.087.143,44	
2018	R\$ 24.798.268,39	Criação da Divisão de Contratos
2019	R\$ 22.798.268,39	
2020	R\$ 17.288.997,61	Pandemia – a partir de 18/03/2020
2021	R\$ 23.705.430,62	
2022	R\$ 20.537.867,85	

Os valores gastos em 2022 vêm do relatório do TCE 2022. Essa importância engloba também os valores que ficaram em restos a pagar referentes ao exercício financeiro de 2021.

Quanto aos convênios, dois foram celebrados em 2022, tendo como partícipes a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), para oferecer 10 vagas no curso de Mestrado Profissional "Stricto sensu" em Gestão Pública; e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), visando a instalação de Sala do Empreendedor em até 167 municípios do Estado do Rio Grande do Norte. Além disso, foram celebrados 03 novos Acordos de Cooperação Técnica, sem transferência direta de recursos financeiros, sendo dois deles feitos em conjunto com a Escola da Assembleia e um em conjunto com a Fundação Djalma Marinho. Ademais, foram assinados oito novos Acordo de Cooperação, cujo objeto é apoio com patrocínio em estrutura, três novos Termos de Credenciamento, para empresas atuarem como consignatárias e um novo Termo de Fomento, para apoio financeiro visando à restauração do Prédio da Catedral Metropolitana Nossa Senhora da Apresentação.

Redigir, editar, elaborar e analisar contratos e convênios e outros ajustes.  
Garantia de excelência nos produtos adquiridos e serviços contratados pela ALRN. Maior segurança e controle.

Acompanhar os prazos de vigência dos contratos, convênios e outros ajustes.  
Melhor e maior controle nos lapsos temporais contratuais, garantindo que sejam mantidos os melhores preços, e não permitindo que haja serviços sem cobertura contratual, respaldando Diretores e Fiscais e evitando processos emergenciais ou indenizatórios.

Numerar o termo, tanto para alteração de contrato, quanto para outros ajustes.  
Maior organização tanto no setor, na execução e manutenção dos contratos, convênios e congêneres quanto na diminuição de respostas dadas a outros setores, quiçá outros órgãos quando solicitam informações acerca de tal contratação.

Notificar, no caso de formalização de contrato ou necessidade de atualização documental, o representante legal da empresa contratada para firmar contrato ou atendimento da solicitação apresentada pela gestão. Ou ainda expedir, por escrito, instruções, comunicados e determinações de correção dos serviços à contratada.

Promoção de análise criteriosa de todas as obrigações contidas no contrato e na legislação em vigor, garantia de que a execução atinja a maior efetividade e não haja irregularidades, inclusive quanto a prazos e documentos, punição a quem der causa a inexecução ou execução irregular.

Arquivar toda a documentação de responsabilidade da unidade.  
Acesso a todos os documentos, contratos, aditivos, apostilamentos, convênios e congêneres, despachos, memorandos e ofícios feitos pela DGCC desde 2018, já que mantemos toda a documentação referente a contratação digitalizada, e alguns instrumentos com cópia física organizados em pastas, além da guarda dos processos que não envolvem repasse financeiro, como é o caso da maioria dos congêneres.

## ÁREAS ESPECÍFICAS DA GESTÃO

Emitir alertas à Diretoria Administrativa e Financeira e aos fiscais de contratos, para fins de sua renovação ou realização de novo procedimento de reposição, no prazo mínimo de 120 dias, além de informar qualquer possível irregularidade encontrada.

Manutenção e melhoria na comunicação com os servidores que atuam como fiscais, otimização na gestão e fiscalização dos bens adquiridos e serviços prestados, maior alcance de acesso às informações importantes e pertinentes a Direção da Casa, com maior resolutividade dos óbices encontrados. Auxiliar com o planejamento dos setores e da Casa como um todo. Evitar processos indenizatórios ou emergenciais.

Auxiliar na elaboração de termos de referência, visando a contratação de serviços ou aquisição de bens, que deverão ser formulados pelas áreas requisitantes do objeto do contrato, quando solicitado.

A eficácia fica evidenciada quando verifica-se que tal regra, cláusula ou exigência não é necessária ou demasiada, ou ainda está posta de forma a não trazer benefícios para ALRN. Nesse caso, entra-se em contato com os servidores responsáveis pela elaboração do TR para que seja melhorado na próxima contratação. A efetividade é uma constante evolução e melhora nas contratações, corrigindo erros passados e melhorando as execuções contratuais.

Elaborar planilhas contendo todos os dados essenciais e importantes dos contratos e dos convênios.

Promoção de uma gestão rápida, eficaz e transparente. Controle e rapidez de todas as demandas solicitadas à Divisão, garantindo uma melhor gestão dos contratos e celeridade nas respostas dada e às soluções de óbices encontrados.

Análise e alimentação de planilha das notas fiscais, certidões e outros documentos comprobatórios.

Promoção de triplo filtro (o primeiro é da Coordenadoria de Planejamento e Execução Orçamentária e Financeira, e o terceiro é do fiscal) nos pagamentos, garantindo o pagamento correto e de acordo com o que foi contratado.

Publicação dos atos administrativos praticados pela DGCC.

Cumprimento do princípio administrativo da publicidade e transparência dos contratos, convênios e todos os instrumentos feitos por essa Divisão.

Promoção da produção de Termos de Dispensa e Inexigibilidade.

Controle de processos licitatórios que não sejam necessários, e maior celeridade na compra ou contratação de itens de pequeno valor ou serviços de capacitação e ensino, por exemplo.

Informação no SIAI sobre os Termos de Dispensa e Inexigibilidade.

Conformidade com a legislação da Corte de Contas Estadual.

Gerenciamento criterioso e completo da documentação que envolve os contratos de terceirização de mão de obra.

Garantia e segurança para a ALRN e seu ordenador de despesa, assegurando que todos os direitos trabalhistas e previdenciários dos funcionários contratados por meio de locação de mão de obra estão em vigor, bem como a execução dos serviços de atividade de manutenção da Casa estejam em perfeita ordem e excelência.

- Gerenciamento da Conta Vinculada nos Contratos Terceirizados.
- Otimização nos direitos trabalhistas e aplicação da legislação. Efetividade no pagamento dos funcionários.
  
- Observar e assessorar a Direção e Presidência desta Casa na aplicação das multas contratuais e outras penalidades.
- Garantia do princípio da isonomia, legalidade e supremacia do interesse público, além de demonstrar justiça e busca pelo melhor no interesse legislativo.
  
- Estudar a Nova Lei de Licitações e Contratos – Lei n.º 14.133/2021
- Preparação para mudanças e adaptações dos serviços praticados por esta Divisão que deverão ocorrer até dezembro de 2023.
  
- Promover de Apuração de Descumprimento Contratual, quando necessário.
- Coibição de práticas de empresas que trazem prejuízo ao erário e/ou a administração deste órgão.
  
- Ser a ponte entre a ALRN e os fornecedores, contratados, parceiros e/ou conveniados, mantendo contato com os prepostos oficiais e representantes.
- Manutenção de rede de relacionamentos ativa para otimizar as contratações e as pesquisas mercadológicas, resultando em resolução de conflitos com maior facilidade e celeridade.
  
- Cadastrar todos os contratos, convênios e congêneres no SIS PUB.
- Criação de um link direto com o portal da transparência, cumprindo o princípio da transparência e publicidade.
  
- Analisar e fiscalizar as execuções dos contratos de forma geral, buscando soluções para os problemas encontrados e de forma mais específica a depender da demanda.
- Cumprimento dos princípios da legalidade e eficiência, geração de gargalo de resultados, otimização e eficácia no processo de contratação e execução contratual.
  
- Observar filtros e gargalos de determinadas contratações.
- Otimização nas contratações futuras.
  
- Treinar e apoiar os fiscais dos contratos e convênios.
- Aperfeiçoar e capacitar servidores, otimizar a execução contratual, maior eficiência na gestão e controle dos contratos e convênios.

### Gestão de Material e Patrimônio

A Divisão de Gestão de Material e Patrimônio é a unidade responsável por gerir o acervo de bens materiais da ALRN e responsável pelo abastecimento das unidades administrativas que a compõem. Subordinada à Coordenadoria de Compras e Patrimônio, a unidade é responsável ainda pelo Núcleo de Gestão do Acervo Mobiliário e Imobiliário.

Dentre suas atribuições, destacam-se: a) receber, armazenar e distribuir os diversos materiais e insumos adquiridos; b) garantir o abastecimento das unidades; c) controlar a entrada e saída de materiais; d) manter arquivo de controle das reposições, dos empenhos e das notas fiscais; e e) administrar e controlar o patrimônio mobiliário e imobiliário.

No ano de 2022, houve um cuidado maior com o reaproveitamento de materiais. Além da distribuição de produtos e equipamentos novos, passou-se a adotar com mais frequência, a reutilização de diversos itens. Por exemplo, foram recuperadas dezenas de garrafas térmicas que precisavam de pequenos ajustes, mas que já haviam sido descartadas por alguns setores; reaproveitados os papéis que tiveram apenas um lado impresso, a fim de produzir blocos de rascunho que são utilizados por diversos setores; realizadas buscas ativas nos setores à procura de materiais ociosos, como organizadores de documentos, grampeadores, perfuradores e pastas dos mais diversos tipos.

Diante disso, evidencia-se que a gestão de materiais buscou sobretudo a reutilização e reaproveitamento racional do patrimônio da Casa Legislativa, diminuindo consideravelmente novas aquisições. Procurou-se implantar uma cultura do não-desperdício: o que pode ser reutilizado, será, até que não se possa mais contar com o item.

Algumas rotinas internas de trabalho foram alteradas e se alcançou um equilíbrio na organização das funções e na distribuição das tarefas entre os servidores. Com a identificação das habilidades individuais, o setor passou a ser mais produtivo, o que levou a um grau maior de satisfação por parte dos usuários dos serviços, uma vez que as atividades estão sendo exercidas de forma mais eficiente e eficaz.

Novas funções foram acrescentadas ao sistema de controle de materiais, como o “estoque mínimo” e o “estoque de segurança”, funções que servem para alertar o momento ideal para se fazer uma nova solicitação de compra.

Adicionalmente, o sistema fornece automaticamente informações sobre o consumo de cada setor, permitindo a identificação da frequência com que os itens são solicitados por cada servidor. Isso possibilita um controle mais rigoroso do fornecimento, evitando o consumo excessivo de certos produtos e auxiliando o setor a se preparar para futuras demandas, com o objetivo de promover a economia e evitar o desperdício de recursos públicos. Também foi implementado um maior rigor na avaliação dos produtos adquiridos. Itens de baixa qualidade foram prontamente rejeitados, o que proporcionou uma melhoria na qualidade dos produtos.

## Núcleo de Gerenciamento do Acervo Mobiliário e Imobiliário

O gerenciamento do acervo de bens móveis é atribuição do Núcleo de Gerenciamento do Acervo Mobiliário e Imobiliário, conforme estabelecido na Resolução 090/2017, da ALRN.

O Núcleo foi responsável por gerenciar os bens adquiridos em 2022 para atender as demandas desta Casa Legislativa, a saber: móveis modulados, cadeiras tipo giratória, fixa e do tipo presidente, equipamentos de informática, dentre outros que foram tombados e distribuídos aos locais contemplados. Como um setor de gerenciamento, o núcleo mantém uma comunicação constante com os setores responsáveis pelo planejamento de aquisições e reformas, como a Diretoria Administrativa e Financeira e a Divisão de Arquitetura e Engenharia.

O Núcleo ainda ficou responsável por receber as seguintes demandas:

- Pedidos de reformas;
- Pedidos de troca ou aquisição de móveis (modulados ou projetados);
- Pedidos de trocas ou aquisição de cadeiras dos tipos giratória, fixa, longarina ou presidente);
- Pedidos de trocas ou aquisição de eletrodoméstico (incluído da linha branca);
- Recolocação de bens reutilizáveis.



### Comissão de Desfazimento de Bens

Em 2022, a Comissão de Desfazimento de Bens conduziu uma reavaliação dos bens inservíveis irrecuperáveis retirados dos setores e que estavam armazenados em depósito. O objetivo foi elaborar um relatório de avaliação, visando descartes e doações, em conformidade com o Ato n.º 2194/2021, que estabelece os procedimentos de inventário, desfazimento e outras formas de disponibilidade dos bens da ALRN.

A Comissão de Desfazimento de Bens, juntamente com o Núcleo de Gerenciamento do Acervo Mobiliário e Imobiliário, também realizou o recebimento, a destinação e o armazenamento adequado dos bens que se tornaram inservíveis nesta Casa Legislativa.



### Comissão de Inventário de Bens

No primeiro bimestre de 2022, a Comissão de Inventário de Bens, com a colaboração do Núcleo de Gerenciamento do Acervo Mobiliário e Imobiliário, concluiu a entrega das informações do Levantamento Físico dos Bens Móveis e Imóveis referente ao inventário do ano de 2021 ao Portal do Gestor, do Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte (TCE/RN). Essa ação foi realizada de acordo com a Resolução n.º 012, do TCE/RN, datada de 14 de junho de 2016, com alterações promovidas pela Resolução n.º 028, do TCE/RN, de 14 de dezembro de 2017.



### Gestão de Remuneração e Benefícios

Nos termos da Resolução n.º 90/2017, a Coordenadoria de Remuneração e Benefícios, unidade subordinada à Diretoria Administrativa e Financeira, tem como responsabilidade precípua, elaborar, gerir, organizar e operar os fluxos e as rotinas de pagamento em favor dos/das Deputados/Deputadas Estaduais, servidores/servidoras ativos/ativas e inativos/inativas.

No exercício de 2022, as principais atividades, acompanhadas de suas atividades, foram as apresentadas a seguir:

■ Elaboração de relatórios detalhados da Folha de Pagamento, com rubricas e dotações orçamentárias específicas para envio à Coordenadoria de Planejamento, Execução Orçamentária e Financeira para inserção no sistema orçamentário.

■ Permitiu a inserção no sistema orçamentário para posterior liberação do pagamento.

■ Gerenciamento do Sistema de Controle de Consignação em Folha de Pagamento, por meio de transferências de arquivos com dados financeiros junto à empresa contratada.

■ Garantiu o atendimento da determinação expressa na Resolução n.º 61/2017, que trata do controle dos empréstimos financeiros consignado em folha de pagamento.

■ Inserção de rubrica própria para a compensação previdenciária, na ocasião do repasse dos valores encaminhados ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Rio Grande do Norte (IPERN) e ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

■ Possibilitou a restituição à ALRN dos pagamentos realizados em favor dos servidores da Casa Legislativa que se encontram afastados em razão da licença gestante e por doença incapacitante ao trabalho.

■ Monitoramento dos Relatórios Gerenciais de Folha de Pagamento.

■ Possibilitou a comparação dos valores constantes nos demonstrativos financeiros com os arquivos de crédito enviados ao banco, evitando divergências nos valores a serem pagos aos/às Deputados/Deputadas Estaduais, servidores/servidoras ativos/ativas e inativos/inativas.

■ Elaboração e encaminhamento mensal de relatórios da Folha de Pagamento

■ Controle da evolução dos gastos de pessoal na Folha de Pagamento.

■ Estudo, levantamento e pesquisa que trata da recomposição salarial.

■ Atualização dos valores remuneratórios pagos aos/às servidores/servidoras, atendendo a determinação contida na Lei n.º 11.071, de 31 de março de 2022.

■ Encaminhamento das informações financeiras à Receita Federal do Brasil (RFB), referentes ao exercício de 2022, por meio da Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (DIRF).

■ Cumprimento da obrigação em prestar as informações à RFB, determinado pela IN n.º 1990/2020.

■ Elaboração e encaminhamento das informações financeiras/cadastrais ao Ministério do Trabalho, referentes ao exercício de 2022, correspondente aos dados do Ano Calendário 2021, através da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

■ Cumprimento da obrigação em prestar as informações ao Ministério da Economia de acordo com o Decreto n.º 76.900 de 23/12/1975.

■ Elaboração e encaminhamento das informações financeiras/cadastrais à Previdência Social referente aos servidores ocupantes, exclusivamente, de cargo em comissão, por meio da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações Previdenciárias (GFIP), referente ao período de janeiro a setembro do ano de 2022.

■ Cumprimento da obrigação em prestar as informações à Previdência Social, de acordo com a Lei n.º 9.528 de 10/12/1997.

■ Elaboração e encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE/RN) das informações financeiras e cadastrais dos/das servidores/servidoras desta Casa Legislativa, através do SIAIDP, SIAIQUADRO e SIAILEGIS.

■ Cumprimento da obrigação em prestar as informações ao TCE/RN, de acordo com a Resolução n.º 30/2012.



## Gestão Orçamentária, Financeira, Contábil e Fiscal

A Coordenadoria de Planejamento e Execução Orçamentária e Financeira é a unidade encarregada do acompanhamento, da gestão e da execução das atividades normativas e executivas de planejamento da administração orçamentária, contabilidade e movimentação financeira da ALRN. Seu objetivo principal é assegurar a manutenção do equilíbrio das contas públicas.

A responsabilidade pela gestão dessa área é compartilhada entre a Diretoria-Geral e a Diretoria Administrativa e Financeira, que direcionam os recursos com o apoio da Assessoria de Planejamento.

A condução dessa gestão, realizada pelas unidades mencionadas, segue as diretrizes estabelecidas no Planejamento Estratégico "Horizonte 2023" e está em conformidade com as leis orçamentárias aplicáveis, como o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual.



## Estrutura do Plano Plurianual

0100 – Programa de Gestão, Manutenção e Serviços do Estado  
(Ações responsáveis pela manutenção das atividades da Assembleia Legislativa)

Ações:

- manutenção e funcionamento da Assembleia Legislativa;
- encargos com pessoal;
- preservação do Patrimônio Público;
- manutenção e funcionamento da Polícia Legislativa.
- operacionalização do FUNLE;

5004 – Fortalecimento da Ação Legislativa  
(Ações finalísticas)

Ações:

- realização de concurso público;
- manutenção das ações dos serviços de saúde e assistência social;
- desenvolvimento das atividades culturais;
- programa “Assembleia e Você”;
- construção, reestruturação e ampliação das unidades da ALRN;
- Programa de Qualidade de Vida no Trabalho;
- reequipamento da ALRN;
- reaparelhamento e modernização tecnológica.
- construção, reforma e ampliação dos anexos;

3008 – Desenvolvimento da Ação Parlamentar  
(Ação finalística)

Ação:

- desenvolver atividades de apoio à ação parlamentar.

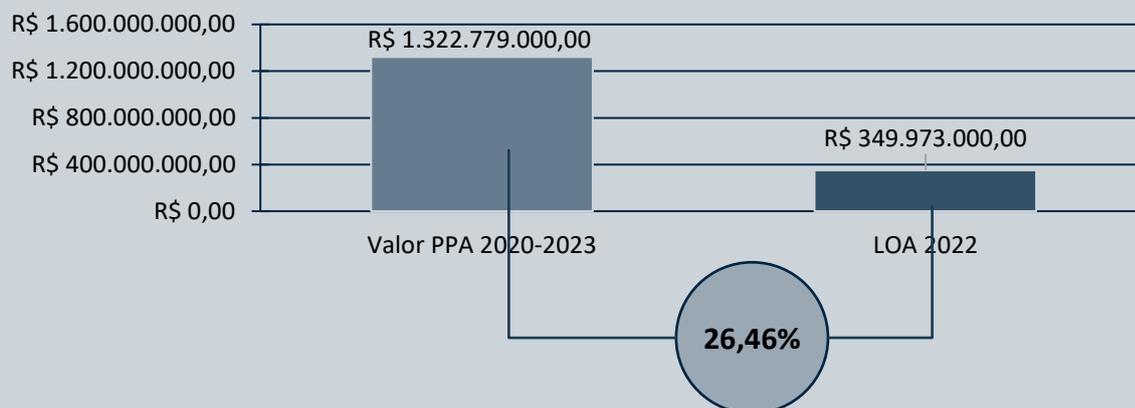
3009 – Programa Educacional da Assembleia Legislativa  
(Ações finalísticas)

Ações:

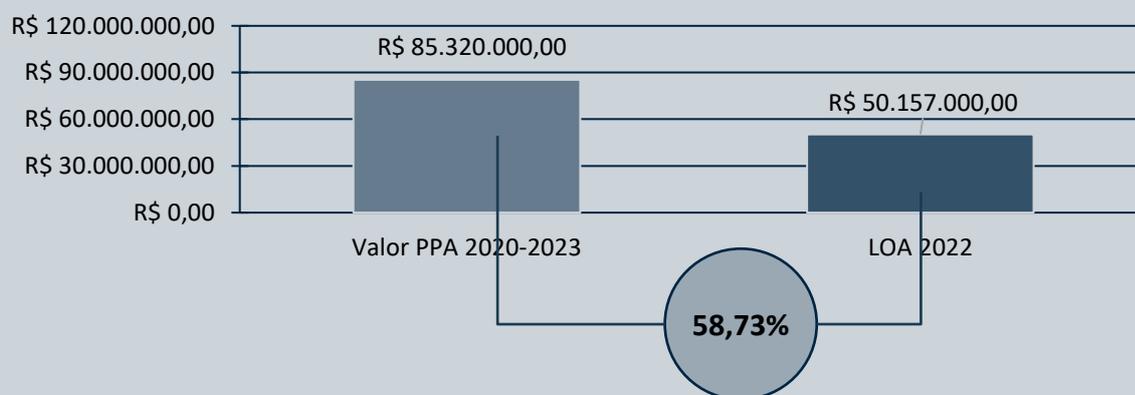
- capacitação para gestores, servidores públicos e cidadãos – EALRN;
- participação em congressos, cursos e palestras.

## Execução do Plano Plurianual

**Programa de Gestão, Manutenção e Serviços do Estado  
PPA 2020-2023 X LOA 2022**



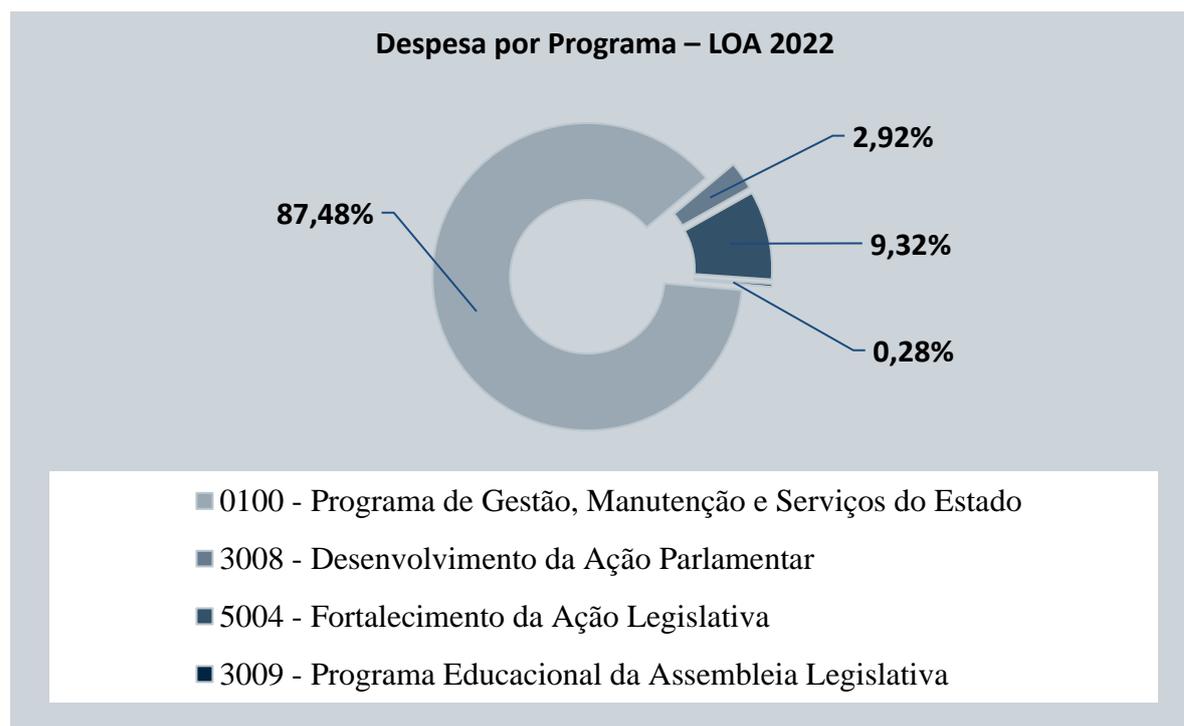
**Programas Temáticos  
PPA 2020-2023 X LOA 2022**



## Balanço Orçamentário

A Lei nº 4.320/64, em seu art. 102, dispõe que “O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas”, isto é, demonstra a situação orçamentária planejada e executada. No quadro das receitas, especifica a previsão inicial, atualizada para o exercício, a realizada e o saldo, que pode ser positivo – denominado excesso de arrecadação – ou negativo, em caso de frustração de arrecadação.

No quadro das despesas, discrimina a dotação inicial e atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, liquidadas, pagas e o saldo da dotação. Quando o governo gasta menos do que a despesa fixada, ocorre a Economia Orçamentária. Por fim, através do Balanço Orçamentário são extraídas informações a respeito do Resultado Orçamentário, como o Déficit Orçamentário, na ocorrência das despesas serem superiores à arrecadação; ou Superávit Orçamentário, quando é encontrado excedente entre Receitas Orçamentárias vs. Despesas Orçamentárias; ou Equilíbrio Orçamentário, se os valores das Receitas e Despesas forem iguais.



A previsão total de recursos na Lei Orçamentária Anual n.º 11.070/2022, de 25 de março de 2022, estimou a Receita e fixou a Despesa para a ALRN em R\$ 400.080.000,00, correspondendo a 28,41% do programado no PPA para o quadriênio 2020-2023, na ordem de R\$ 1.408.099.000,00, referentes aos Recursos do Tesouro.

Do valor previsto na Lei Orçamentária Anual – 2022, foi destinado para o Programa de Gestão, Manutenção e Serviços do Estado o percentual de 87,48% do total dos referidos recursos. Já o percentual de 12,52% corresponde ao somatório dos Programas Finalísticos: Desenvolvimento da Ação Parlamentar, Fortalecimento da Ação Legislativa e Programa Educacional da Assembleia Legislativa.

## Receita



O duodécimo orçado para o exercício 2022, foi corrigido no percentual de 16,06%, em relação ao orçamento 2021, devido, principalmente, à incorporação de Emenda Orçamentária. Além disso, o cálculo do referido reajuste, está em consonância com os índices macroeconômicos definidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO/2022).

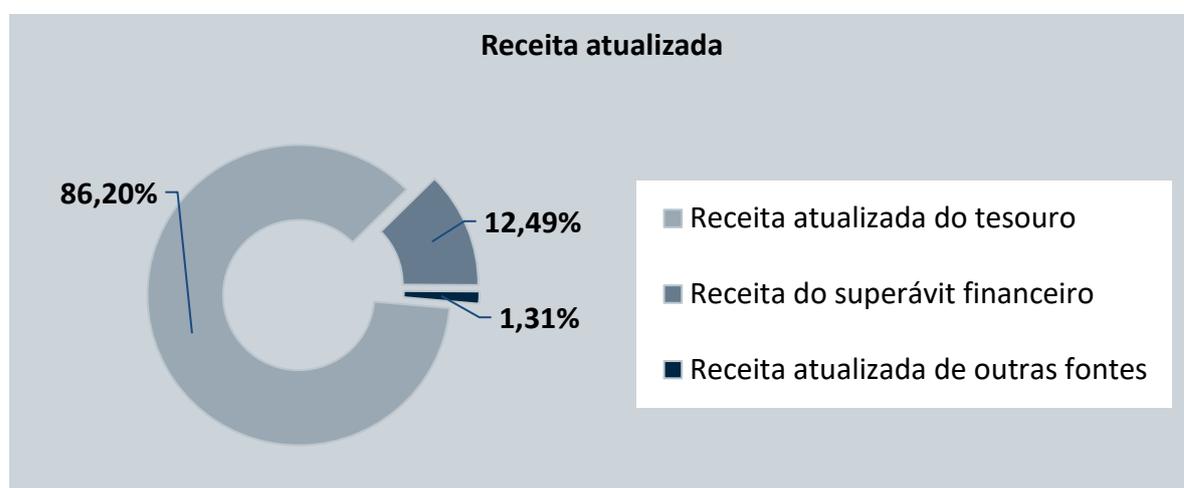


No que se refere às receitas oriundas dos recursos diretamente arrecadados, observa-se uma redução de 45,50%. Esta redução justifica-se em razão da série histórica vir demonstrando frustração da arrecadação dos referidos recursos, quando comparados aos valores previstos.

## Receita Atualizada

O Balanço Orçamentário de 2022, na Receita dos Recursos do Tesouro (duodécimo), apresentou montante inicial de R\$ 399.880.000,00. Durante a execução orçamentária, nota-se que a receita atualizada (Fonte 100), no valor de R\$ 376.193.526, representa 96,38% das receitas. Ainda, que a receita atualizada de outras fontes (Fonte 190,150 e outras), R\$ 10.103.467, 2,6%.

Por fim, frisa-se que a receita de excesso de arrecadação (Fonte 190), isoladamente, apresenta o valor de R\$ 2.729.801 e isso representa 21,27% do montante total da receita atualizada de outras fontes.



Na LOA, as receitas são previstas. No entanto, ao longo do exercício, essas previsões de receitas são atualizadas, de modo a ajustarem as mudanças que ocorrem no período.

Cabe ao Poder Executivo Estadual a arrecadação das receitas, repassando a este Poder Legislativo apenas a receita prevista na LOA, por meio de duodécimos mensais – repartição em 12 partes do valor da Receita Prevista a ser repassada à ALRN, durante todo o exercício financeiro.

## Receita Diretamente Arrecada – FUNLE e outras fontes

A Receita de Recursos Diretamente Arrecadada (RDA), realizada do FUNLE, foi no valor de R\$ 10.103.467,14, contabilizada nas categorias de receitas: Tributária, Patrimonial e Outras Receitas Correntes.

Vale ressaltar que o valor proveniente do ressarcimento dos servidores cedidos (Fonte 0100) foi de R\$ 1.002.669,51; o de recursos diretamente arrecadados (Fonte 0150) R\$ 591.101,74; e o de recursos diversos (Fonte 0190) R\$ 8.509.965,89.

## Execução Orçamentária, Financeira e Contábil

A despesa total da ALRN, inicialmente fixada na LOA-2022, foi no valor de R\$ 400.080.000,00. Ajustes realizados durante a execução orçamentária, reduziu o valor total para R\$ 373.873.000,00, em decorrência da frustração da receita prevista.

A despesa orçamentária realizada foi no valor total de R\$ 373.873.000,00, sendo a participação das despesas com Pessoal e Encargos Sociais, correspondente a 74,82%. Outras Despesas Correntes participam com 23,49%, Investimentos com 1,68% e as Inversões Financeiras com a participação de 0,28%, conforme quadro abaixo.

Despesa	Exercício Financeiro - 2022						
	Inicial (*) (A)	Part. Rel. (**)	Atualizada (*) (B)	Part. Rel. (**)	Δ (**) (B/A)	Realizada (*)	Part. Rel. (**)
<b>3. Despesas correntes</b>	<b>367.084</b>	<b>91,75%</b>	<b>389.843</b>	<b>96,78%</b>	<b>6,19%</b>	<b>367.581</b>	<b>98,31%</b>
Pessoal e encargos sociais	273.800	68,43%	281.800	69,96%	2,92%	279.714	74,82%
Outras despesas correntes	93.284	23,32%	108.043	26,82%	15,82%	87.867	23,49%
<b>4. Despesas de capital</b>	<b>32.996</b>	<b>8,25%</b>	<b>12.966</b>	<b>3,22%</b>	<b>-60,70%</b>	<b>6.292</b>	<b>1,68%</b>
Investimento	32.496	8,12%	11.896	2,95%	-63,39%	5.259	1,40%
Inversões financeiras	500	0,13%	1.070	0,27%	114%	1.033	0,28%
<b>Total</b>	<b>400.080</b>	<b>100%</b>	<b>402.809</b>	<b>100%</b>	<b>0,68%</b>	<b>373.873</b>	<b>100,00%</b>

(\*) Os valores da coluna devem ser multiplicados por R\$ 1.000.

(\*\*) Os valores da coluna estão em porcentagem.



## Restos a pagar

A anualidade orçamentária é um princípio constitucional que vem sendo flexibilizado por normas secundárias que ficam abaixo da Constituição. Assim os Restos a Pagar flexibilizam a rigidez do princípio, ao permitirem a Execução do Orçamento em outros exercícios, caracterizando-se um modelo de plurianualidade. A inscrição de Restos a Pagar deverá ser compatível com a disponibilidade financeira para o ano subsequente.

O Relatório de Restos a Pagar informa que foram inscritos em Restos a Pagar não Processados 100% do total de valores inscritos. Isso comprova, portanto, que a ALRN teve disponibilidade financeira para honrar as despesas inscritas em Restos a Pagar, conforme dados contábeis registrados no Balanço 2021.

Restos a Pagar Processados 2022	R\$ 0,00
Restos a Pagar Não Processados 2022	R\$ 6.718.960,96
Restos a Pagar Reinscritos (exercícios anteriores)	R\$ 0,00
<b>Total Restos a Pagar 2022</b>	<b>R\$ 6.718.960,96</b>



## Balanço Patrimonial

O capital de giro ou circulante líquido é definido pelo Ativo Circulante menos o Passivo Circulante apurado no Balanço Patrimonial. Essa relação apresentou diminuição quando comparado o exercício de 2022 em relação ao de 2021. Portanto, o capital de giro de 2022 em relação a 2021 apresenta uma redução percentual de 49%.

O Ativo Circulante registrou uma redução de 49% e o Passivo de 92%, ambos na comparação do exercício 2022 em relação a 2021.

## ÁREAS ESPECÍFICAS DA GESTÃO

Ativo	2022	2021	2020
<b>Ativo circulante</b>	<b>22.080</b>	<b>43.818</b>	<b>58.179</b>
Caixa e equivalente de caixa	18.899	43.207	58.171
Demais créditos e valores a curto prazo	3.181	611	8

Ativo	2022	2021	2020
<b>Ativo não circulante</b>	<b>44.064</b>	<b>34.075</b>	<b>25.283</b>
Imobilizado	44.064	34.075	25.283
Bens móveis	34.048	28.040	23.802
Bens imóveis	10.016	6.035	1.481

<b>Total do ativo</b>	<b>66.143</b>	<b>77.893</b>	<b>83.463</b>
-----------------------	---------------	---------------	---------------

Passivo	2022	2021	2020
<b>Passivo circulante</b>	<b>3.914</b>	<b>3.873</b>	<b>1.755</b>
Trabalhistas, previdenciária e assistencial a ser pago a curto prazo	2.134	2.113	0
Fornecedores e contas a pagar a curto prazo	0	28	R\$ 55
Demais obrigações a curto prazo	1.780	1.732	1.700

<b>Total do passivo</b>	<b>3.914</b>	<b>3.873</b>	<b>3.873</b>
-------------------------	--------------	--------------	--------------

Patrimônio Líquido	2022	2021	2020
<b>Resultados acumulados</b>	<b>79.549</b>	<b>60.030</b>	<b>59.137</b>
Resultados do exercício	19.519	893	12.257
Resultado de exercícios anteriores	60.030	59.137	44.880

<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>79.549</b>	<b>60.030</b>	<b>59.137</b>
------------------------------------	---------------	---------------	---------------

## Balanço Financeiro

São consideradas as receitas e as despesas orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, bem como os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, os quais se transferem para o exercício seguinte.

O Balanço Financeiro possibilita a apuração do resultado financeiro do exercício. Esse cálculo pode ser efetuado de dois modos: a) Saldo em espécie para o exercício seguinte (-) Saldo em Espécie do exercício anterior; e b) Ingressos (orçamentários e extraorçamentários) (-) Dispêndios (orçamentários e extraorçamentários), ambos desconsiderando os saldos para o exercício seguinte e os vindos do exercício anterior.

Para informar a evolução percentual dos ingressos e dispêndios em relação ao exercício anterior, foi utilizado o cálculo “b”.

O Balanço Financeiro da ALRN contabiliza um acréscimo nos ingressos realizados no exercício financeiro de 2022 comparado ao exercício de 2021 no percentual de 7%; e, em relação aos dispêndios, um acréscimo de 9%.

Indicativo de economia: crescimento dos dispêndios maior do que os ingressos ocorridos no mesmo período, no percentual de 2%.

## ÁREAS ESPECÍFICAS DA GESTÃO

Especificação	2021 (R\$)	2022 (R\$)
<b>Ingressos</b>	<b>428.338.200</b>	<b>460.030.102</b>
<b>Receita Orçamentária</b>	<b>3.719.652</b>	<b>10.103.467</b>
Ordinária	0	0
Vinculada	3.719.652	10.103.467
Outras destinações	3.719.652	10.103.467
<b>Transferência financeira recebida</b>	<b>339.367.728</b>	<b>376.193.526</b>
Resultante da execução orçamentária	339.367.728	376.193.526
<b>Recebimentos extraorçamentários</b>	<b>85.250.820</b>	<b>73.733.109</b>
Inscrição de restos a pagar não processados	25.789.666	6.716.016
Inscrição de restos a pagar processados	2.402	2.944
Depósitos restituíveis e valores vinculados	59.455.751	66.008.090
Outros recebimentos	3.000	1.006.058
<b>Saldo do exercício anterior</b>	<b>58.171.729</b>	<b>43.207.404</b>
Caixa e equivalente de caixa	58.171.729	43.207.404
<b>Total (Ingressos + Saldo do exercício anterior)</b>	<b>486.509.929</b>	<b>503.237.506</b>

Especificação	2021 (R\$)	2022 (R\$)
<b>Dispêndios</b>	<b>443.304.546</b>	<b>484.340.981</b>
<b>Despesa Orçamentária</b>	<b>355.903.341</b>	<b>380.592.646</b>
Ordinária	0	0
Vinculada	355.903.341	380.592.646
Outras destinações	355.903.341	380.592.646
<b>Transferência financeira concedida</b>	<b>22.000.000</b>	<b>13.063.631</b>
Resultante da execução orçamentária	22.000.000	13.063.631
<b>Pagamentos extraorçamentários</b>	<b>65.399.184</b>	<b>90.682.682</b>
Pagamento de restos a pagar não processados	3.036.692	23.743.883
Pagamento de restos a pagar processados	2.133.994	1.270
Depósitos restituíveis e valores vinculados	60.228.498	66.937.529
Outros pagamentos extraorçamentários	0.000	0.000
<b>Saldo para o exercício seguinte</b>	<b>43.207.404</b>	<b>18.898.546</b>
Caixa e equivalente de caixa	43.207.404	18.898.546
<b>Total (Dispêndios + Saldo para o exercício seguinte)</b>	<b>486.511.950</b>	<b>503.239.527</b>



## Relacionamento com a sociedade

Os padrões globais de gestão pública e privada possuem, em comum, a notória busca pela conexão com o nicho social para qual são direcionados os seus esforços. Por consequência, torna-se perceptível compreender a conectividade e a interlocução com diferentes segmentos da comunidade como ferramentas cada vez mais priorizadas na Administração Pública, em todas as esferas dos Poderes legalmente constituídos. Portanto, o Poder Legislativo Norte-rio-grandense compreende o ato de relacionar-se com o cidadão, de forma clara e coesa, como a matéria-prima para a execução de importantes ações institucionais.

Manter-se em alinhamento constante com a sociedade e suas demandas é um compromisso instigador e desafiador para todos que integram a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte (ALRN). Somos partícipes de um conjunto de ações, democraticamente motivadas pela sociedade em suas diferentes vertentes de atuação, com planejamento e execução destinados ao fundamental exercício da cidadania.

A luta pela consolidação de políticas públicas plurais, representativas e de fato próximas aos anseios sociais, norteiam o trabalho legiferante e fiscalizatório dos parlamentares, ecoando especialmente nas atividades administrativas da Assembleia, e, vão além, acarretando, em contrapartida, no comprometimento com a transparência na gestão dos recursos públicos. Para tanto, foram consolidados programas e projetos no Legislativo Potiguar que funcionam como verdadeiros agentes facilitadores de promoção do debate popular, por assegurarem diversificados canais de comunicação com a sociedade.

Neste capítulo serão relatados os mecanismos mais eficazes para a captação e o atendimento das demandas sociais, por meio do usufruto do diálogo fomentado a partir de uma gestão participativa e inclusiva, em constante transformação.

### ALRN comunicando-se com a sociedade...

Aproximar e conectar a sociedade ao processo legislativo e suas vertentes: com este propósito, o Poder Legislativo Estadual estabeleceu ações estratégicas para o incremento dos canais de relacionamento com a sociedade. Por meio de um trabalho estratégico efetivo, ocorreram avanços significativos nas redes sociais e demais dispositivos de aproximação e diálogo com a comunidade norte-rio-grandense. As ações foram planejadas e executadas considerando, sobretudo, as ferramentas de comunicação mais populares, ou seja, aquelas com as quais a sociedade está mais adaptada e as utiliza frequentemente.

Nesse sentido, o portal na web da Casa Legislativa apresenta-se como um dos principais canais de comunicação. Neste ambiente, os usuários encontram informações sobre a Instituição, os parlamentares estaduais, as atividades que eles desenvolvem, os projetos e

as atividades relacionadas à Governança e os textos da Constituição Estadual e das Leis do Estado do Rio Grande do Norte.

Há ainda a área de Comunicação, espaço em que estão disponibilizadas as notícias da Casa e os álbuns de fotos – ambos atualizados cotidianamente – e os *links* para a TV e a Rádio Assembleia, ensejando a efetiva divulgação das atividades diárias da Casa Legislativa e dos parlamentares, praticamente em tempo real. Nessa área, ao escolher a opção “Receba as Notícias” e cadastrar-se, o usuário recebe, por e-mail, o informativo diário sobre a Casa Legislativa.

A disseminação de informações também é realizada por meio de plataforma de comunicação Whatsapp®. As listas de transmissão são amplamente utilizadas para a comunicação e a população pode solicitar a inserção na lista **Resumo da Semana do Plenário**. O cadastramento pode ser viabilizado pelo link <https://bit.ly/2VZlbpU> ou pelo *QR Code* ao lado.



Ainda referente ao que acontece na Casa Legislativa, anualmente é elaborada a **Revista da Assembleia** que explica à população do Estado a atuação e os enfoques dos trabalhos legislativos e administrativos empreendidos pela Legislatura em vigor. Trata-se de um produto editorial contendo 66 páginas, com circulação estadual e conteúdo que resume a atuação do Poder Legislativo, a partir da abordagem do trabalho dos parlamentares e da gestão administrativa focada na transparência, sempre engajada ao compromisso de prestação de contas e de representatividade junto aos anseios sociais.

Evidencia-se, de modo expressivo, o enfoque dado pela ALRN na elaboração de novas campanhas publicitárias de conscientização, ações em que a Casa Legislativa aborda temáticas de grande relevância no debate popular para a consolidação de políticas públicas inclusivas de amplo espectro, capazes de resultar em melhorias para a sociedade. No ano de 2022, foram realizadas pela Assembleia as campanhas **O Alzheimer apaga histórias. Cuide-se** e **Vamos bloquear o mau uso das redes sociais**.

Citadas as redes sociais, elas são as grandes responsáveis pela mudança dos hábitos digitais das pessoas em todo o mundo e pelo aumento do consumo de informações nos mais variados formatos. Nesta Casa Legislativa, a exemplo do que ocorre de forma global, a busca por informações dentro das mídias sociais aumentou significativamente.

Neste sentido, o Instagram® prevalece como a rede social de maior relevância para a Assembleia, concentrando o maior número de seguidores e de engajamento, em curva crescente desde 2015. O Facebook® surpreende por ainda apresentar crescimento significativo no número de seguidores da Assembleia, mesmo sendo uma rede social em declínio no Estado. O Twitter®, atual X®, possui um crescimento mais lento que as demais redes sociais, porém concentra um número de engajamento significativo para uma rede social que atualmente tem pouca adesão no Estado. Por fim, a expansão nas transmissões ao vivo pelas redes sociais também denota a aproximação de ALRN com a população, onde identifica-se a ampliação da participação de representantes desta Casa em *lives*. O planejamento de mídia incluiu a consolidação do perfil oficial da Casa no Youtube®, canal de comunicação utilizado para divulgar, ao vivo, por meio do *link* da TV Assembleia, as reuniões das Comissões e das Frentes Parlamentares.

## ALRN incentivando a educação e transmitindo o conhecimento...

A ALRN também incentiva a educação e transmite o conhecimento, por meio da Escola da Assembleia do Rio Grande do Norte (EALRN). Esta Unidade, além das atividades de capacitação e qualificação dos servidores, apresentadas na seção “Gestão de Capacitações e Qualificações” deste capítulo, desenvolve projetos e ações integrados à sociedade.

Nesse contexto, a Escola da Assembleia promoveu 32 cursos livres relacionados as mais diversas competências – conhecimentos, habilidades e atitudes – e que teve 845 inscrições de pessoas da comunidade. Também foi ofertada a oficina **Introdução à linguagem das exposições nos museus**, que, além da participação dos servidores da Casa, contou com 10 servidores de outros órgãos. O objetivo da oficina foi apresentar os aspectos básicos que compõem a realização de um projeto de exposição, assim como auxiliar os servidores da ALRN na montagem do novo Memorial da Cultura e do Legislativo Potiguar.

A sociedade também participou do **Seminário Eleições 2022: visão prática**. O Seminário objetivou apresentar o funcionamento do processo eleitoral brasileiro, entender o sistema por meio do qual os candidatos são eleitos e a perceber o que é legítimo e o que afronta a moralidade da disputa eleitoral. O evento contou com 20 inscritos da comunidade.

A Escola realizou ainda, em parceria com a Câmara Municipal de Parnamirim, o **II Encontro dos Representantes das Escolas Legislativas**, que contou com a participação de 102 servidores de Câmaras Municipais do Estado. O evento ocorreu no Plenário deste Poder Legislativo Municipal e teve a participação de gestores do Instituto Legislativo Brasileiro, com as palestras **Como fazer um mandato de valor? Aprendendo a fazer leis com qualidade** e **Educação Legislativa: presente e futuro**. Em um segundo momento, foi realizada a palestra **Fortalecimento das Escolas Legislativas Municipais: Como adaptar o Estatuto e Regimento interno e aumentar a oferta de cursos através de parcerias públicas e privadas** e a mesa-redonda **Trilhas do saber**, que contou com a participação de gestores da EALRN e da Escola Judiciária Eleitoral. O encerramento se deu com o Presidente da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas que ministrou a palestra **A importância das Escolas para o fortalecimento do Parlamento**.

Na pós-graduação, a EALRN deu continuidade às aulas da **Especialização em Segurança Pública e Cidadania**, pós-graduação ofertada em parceria com a Polícia Militar do Rio Grande do Norte, que objetiva a capacitação de 50 agentes de segurança pública, e da **Especialização em Gestão Pública**, pós-graduação que conta com a participação de 3 servidores de outros órgãos, sendo 2 da Ordem dos Advogados do Brasil e 1 do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.

Por fim, é importante pontuar que, por ter havido eleições nos âmbitos federal e estadual no ano de 2022 e zelando para que os serviços prestados pela ALRN não interferissem na lisura e no equilíbrio do processo eleitoral, afetando assim a igualdade de oportunidades entre os candidatos, não foram realizados os projetos Conexão Cidadã, Conexão Parlamento e Conexão ENEM, e algumas outras atividades promovidas pela ALRN, como o Programa Assembleia e Você.

### ALRN defendendo o direito dos cidadãos...

A ALRN atua, por meio da Divisão de Defesa dos Direitos do Cidadão, na assistência jurídica gratuita à população de baixa renda nas áreas de Direito das Famílias e Sucessões, Registro Público e Cível Especializada (interdição e adoção). A Unidade presta ainda consultoria jurídica no tocante à defesa da mulher, e tem como objetivo principal a resolução de conflitos familiares em geral, todos amparados por leis específicas, sendo composta pelo Núcleo de Promoção dos Direitos e pelo Núcleo de Atendimento e Triagem.

No tocante às atividades de solução de conflitos jurídicos desenvolvidas por esta Divisão, tem-se como etapa inicial o atendimento e a triagem, seguida pelo encaminhamento para a resolução do conflito jurídico, tentativa de conciliação prévia e posterior ajuizamento processual, além do acompanhamento das partes nas audiências judiciais, sendo as últimas realizadas por advogados devidamente habilitados na OAB/RN, os quais compõe a Unidade. Deve-se ressaltar, ainda, a atuação de duas psicólogas que, quando necessário, prestam o apoio psicológico às partes envolvidas nos litígios.

Cabe informar que, mesmo com as restrições impostas pela pandemia de Covid-19, no início do ano de 2022, quando restou suspenso o atendimento ao público externo por determinação desta Casa, a Divisão manteve seus serviços com o acompanhamento dos processos em trâmite judicial, cumprimento das diligências processuais e realização das audiências na forma remota, tudo em conformidade com o posicionamento adotado pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte.

A atuação desta Divisão resultou em 1.434 atendimentos, sendo 393 atendimentos presenciais e 1.041 atendimentos remotos. Além disso, ocorreu o acompanhamento de 260 processos judiciais ativos, o ajuizamento de 103 novos processos e o encerramento de 86 processos, que foram finalizados com trânsito em julgado da sentença dada pelo Poder Judiciário.

A Unidade, por meio do seu corpo de advogados, cumpriu 636 diligências judiciais nas ações em trâmite nas varas de família e cíveis especializadas, e realizaram 76 audiências judiciais, tanto de forma remota quanto presencial junto às varas competentes.

Por fim, foram celebrados 38 acordos entre as partes, que posteriormente passaram por homologação judicial, reduzindo o tempo e o trâmite dos processos judiciais.

Evidencia-se assim a importância da oferta do serviço de assistência jurídica gratuita à população de baixa renda para a sociedade como um todo, haja vista que atenuaram a imensa demanda dos conflitos de família e correlatos, garantindo assim, o princípio da dignidade da pessoa humana como mecanismo de manutenção e proteção da família, bem como a integridade dos direitos de personalidade dos membros desse grupo.

## ALRN protegendo o direito dos consumidores...

Por meio do PROCON Assembleia, unidade com atribuições e competências disciplinadas pela Resolução N.º 013/2019, de 14 de dezembro de 2019, e pelas previstas na Lei N.º 6.972, de 09 de janeiro de 1997, a ALRN viabiliza a proteção, a defesa e a orientação do consumidor, divulgando seus direitos e promovendo a educação para o consumo no Estado do Rio Grande do Norte, de acordo com a legislação referente às relações de consumo, respeitando os preceitos cristalizados no Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990), bem como as legislações a ela correlatas.

A Unidade, integrante do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor a que se refere o art. 105 da Lei Federal n.º 8.078/1990 e o Decreto Federal n.º 2.181/1997, bem como do Sistema Estadual de Defesa do Consumidor nos termos da Lei Estadual n.º 6.972/1997, atua no mesmo horário de funcionamento da Casa Legislativa. Conta também com a cooperação de outros órgãos da Administração Pública, como PROCONs municipais e Câmara de Dirigente Lojistas (CDL), assim como do Poder Judiciário, por meio do programa Justiça na Praça, e pode manter convênios de cooperação técnica com os órgãos dos sistemas estadual e nacional de defesa do consumidor. Ainda, sem prejuízo das suas atribuições previstas na Resolução n.º 013/2019, defende em juízo, a título coletivo, os consumidores, a livre concorrência, combate as infrações, a ordem econômica e defende a economia popular.

O PROCON Assembleia, além das subunidades administrativas, constitui-se da Divisão de Apoio Administrativo, Atendimento e Orientação ao Consumidor, responsável especialmente pelo atendimento inicial e pela secretaria, e pela Divisão de Conciliação, Fiscalização, Educação, Estudo, Pesquisa e Projetos, que procedem com as audiências de conciliação e mediação.

Com o atendimento presencial ainda suspenso no início do ano de 2022, de janeiro a março, devido ainda ao enfrentamento da pandemia do Covid-19, os atendimentos ocorreram somente por contato telefônico, bem como pela plataforma bidirecional de comunicação. A manutenção do serviço prestado totalizou, em média, mais de 70 atendimentos e orientações à população.

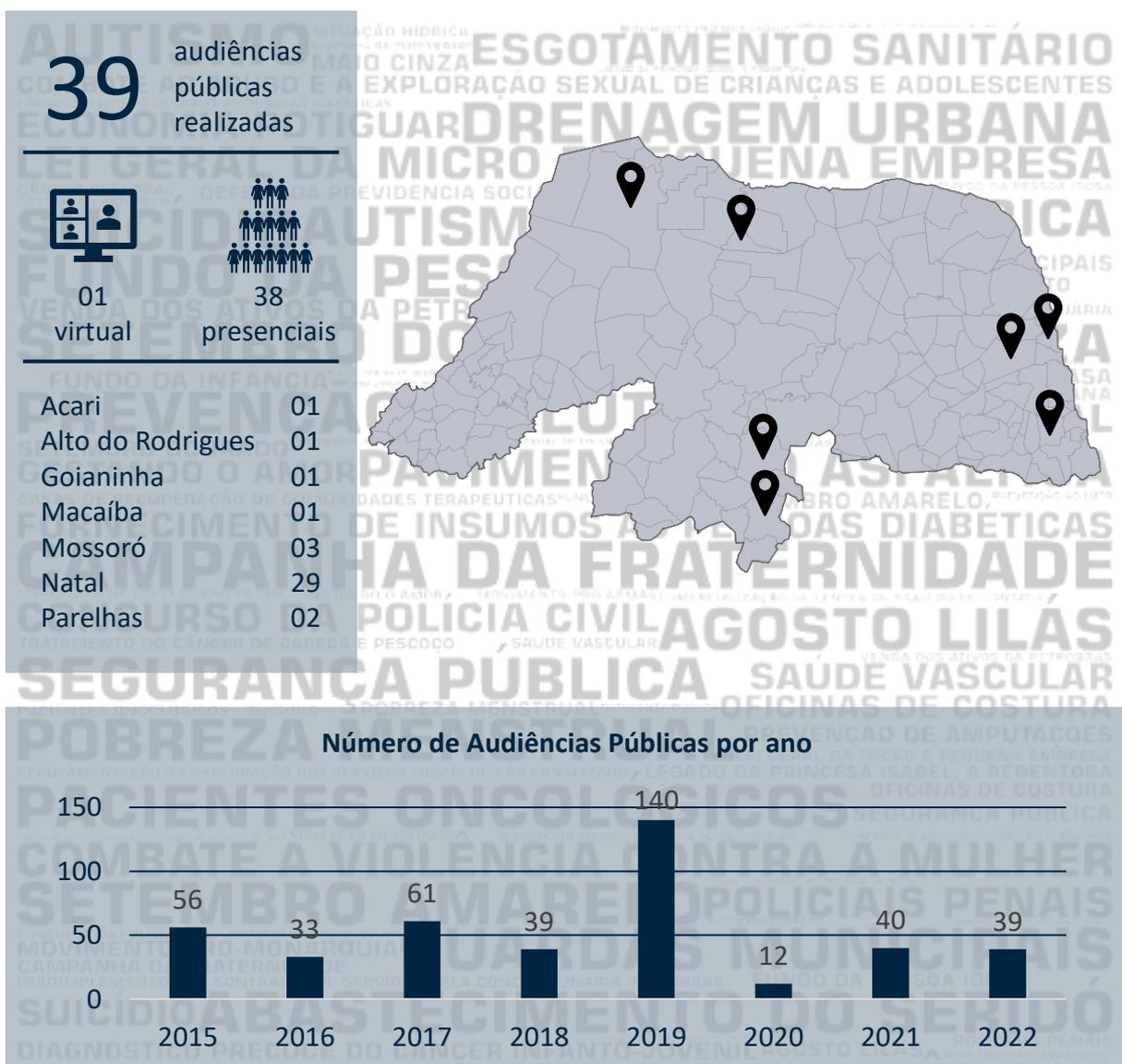
Com o retorno aos atendimentos presenciais, de abril a dezembro, ocorreram, aproximadamente 670 atendimentos presenciais e 820 atendimentos por meio de ligações e mensagens pela plataforma de comunicação bidirecional. Os atendimentos resultaram em 329 processos administrativos e 303 audiências de conciliação, das quais 144 foram resolvidas com acordo entre as partes.

Ademais, cabe destacar que a ALRN, preocupada em ampliar o público que necessita desse serviço, dispõe de unidade móvel e que esteve operante na Zona Norte da capital potiguar.

## ALRN dialogando com a população sobre temáticas importantes...

A atividade legislferante desenvolvida tipicamente pelo Poder Legislativo percorre um caminho significativo que nem sempre pode ser observado pelo cidadão que se defronta com as normas prontas e publicizadas nas mídias oficiais. Essa complexidade do processo legislativo, que perpassa o conjunto de regras para a elaboração das normas jurídicas, abrange também um momento anterior de escuta popular, a partir do qual é possível contribuir substancialmente com a consolidação da democracia participativa e construção de normas mais efetivas.

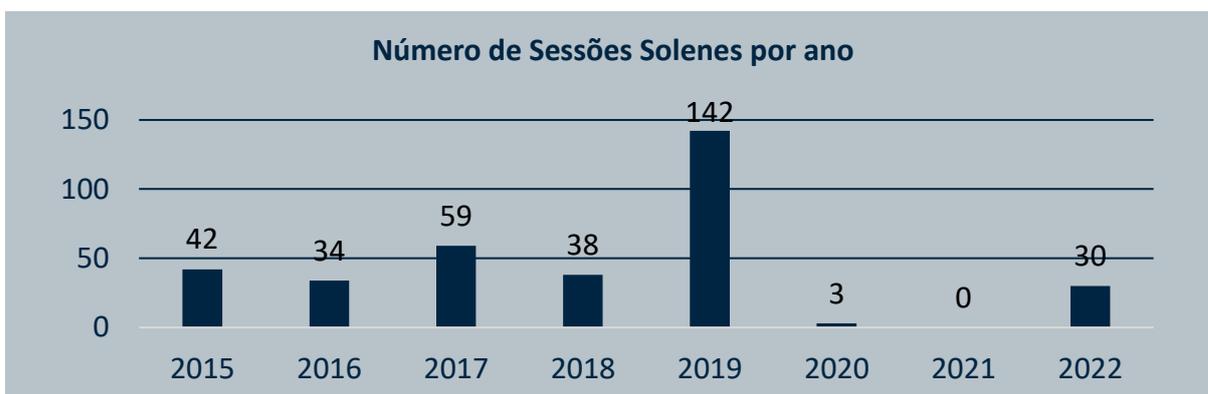
Nesse cenário, importa destacar a atuação desta Casa Legislativa no contexto de promoção e aprimoramento das Audiências Públicas, canal de interlocução entre parlamentares e sociedade que se ampara no interesse público de discutir as demandas, aspirações e desafios coletivos, orientando para uma produção normativa mais adequada, ao passo que também permite a aproximação do legislador de realidades diversas da sua.



## ALRN homenageando pessoas e Instituições da sociedade...

O incentivo aos trabalhos desempenhados por vários segmentos sociais e seus representantes ou, ainda, o reconhecimento a personalidades que colaboraram para o desenvolvimento do Estado, são significativas ações motivadas pelo Parlamento Potiguar. Neste sentido, a ALRN dispõe das sessões solenes como cerimônias em que o Poder Legislativo homenageia pessoas ilustres, instituições, datas ou eventos de destaque e repercussão social, nos termos do Art. 180 do seu Regimento Interno, mediante deliberação prévia em Plenário. As homenagens e/ou entrega de honrarias, a juízo do Presidente ou por deliberação do Plenário, são oriundas de requerimentos que poderão ser formalizados por qualquer Deputado/Deputada Estadual desta Casa Legislativa.

No ano de 2022, foram realizadas 30 sessões solenes, honrarias em reconhecimento aos serviços prestados e a profissionais que se destacaram pelo envolvimento com temáticas de grande relevância social como: **Doação de Sangue, Literatura Potiguar, Prevenção e Diagnóstico Precoce do Câncer de Mama**, além de homenagens aos profissionais da Psicologia, Advocacia, Defensoria Pública, Saúde Pública, Contabilidade, Assistência Social, Educação.



## ALRN cuidando da saúde...

A ALRN, por meio da Divisão de Programas Complementares de Saúde e Bem-Estar, realizou também ações no sentido de proporcionar saúde e bem estar para a sociedade. Uma dessas atividades aconteceu na edição da “Festa do Boi”, evento que a Casa Legislativa fez-se presente. No evento, realizado em outubro, no município de Parnamirim, foram proporcionados serviços de educação em saúde com entrega de panfletos educativos e preservativos e a aferição de pressão arterial, com 116 atendimentos.

Também foi realizado o Programa Movimento-se, que tem como objetivo promover a prática de hábitos saudáveis de vida. Seu retorno ocorreu por meio de encontros coletivos no Parque das Dunas, em que foi incentivada a participação de servidores/servidoras e contou com o envolvimento do público externo que estava no local. Entre as atividades desenvolvidas, podem ser citadas: alongamento, ioga, caminhada, verificação de pressão arterial e glicemia capilar, aulas de dança, palestras educativas, e café da manhã saudável.

A Casa Legislativa também participou do Projeto Casa de Justiça e Cidadania. A atividade, realizada em cooperação técnica entre a ALRN e Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte. Nesse programa, as assistentes sociais da ALRN atuam em conjunto com outros profissionais na Casa da Justiça e Cidadania, dando suporte aos cidadãos potiguares nos mais diversos problemas sociais, tais como divórcios, pensão alimentícia, reconhecimento de paternidade, pensão jurídica, curativa, dentre outras inúmeras questões.

### ALRN estabelecendo parcerias para atendimento de demandas sociais...

No intuito de consolidar ações de fomento para o desenvolvimento do Estado e assegurar mais qualidade de vida aos potiguares, a ALRN firmou novas parcerias e manteve convênios, priorizando o apoio a entidades de amplo lastro social, como o Hospital Infantil Varela Santiago, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (SEBRAE/RN), a Liga Norte Riograndense Contra o Câncer, e a Arquidiocese de Natal.

Dentre as metas para a instrumentalização das parcerias, a Assembleia efetivou o importante incentivo ao micro e pequeno empreendedor, estabelecendo convênio com o SEBRAE/RN para contemplar todos os municípios potiguares, a partir da implantação das “Salas do Empreendedor”. Um espaço em que o Sebrae, as Prefeituras do Estado, a Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte, Junta Comercial, instituições financeiras, Corpo de Bombeiros, entre outros colaboradores, auxiliam o micro e pequeno empresário por meio de consultorias profissionais. O Convênio de Cooperação Técnica e Financeira já atingiu 120 municípios em 2022 e pretende alcançar todas as cidades, oferecendo a capacitação necessária aos empreendedores potiguares. A partir da adesão da Assembleia ao projeto, as “Salas do Empreendedor” foram estruturadas com mobiliários, equipamentos, sinalizações e identidades visuais, logística essencial para promover o desenvolvimento do micro e pequeno empresário no Estado.

Outro enfoque dado pela Casa Legislativa na consolidação das parcerias, durante o exercício de 2022, foi a otimização dos serviços desenvolvidos pela saúde pública no Estado. Neste propósito, a ALRN manteve os convênios estabelecidos em 2021 com o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio Grande do Norte – Hospital Infantil Varela Santiago e com a Liga Norte Riograndense Contra o Câncer.

A cooperação com os serviços desenvolvidos no Hospital Varela Santiago possibilitou a implementação de 10 novos leitos de Unidade de Terapia Intensiva Neonatal, somente concluídos em 2022. O convênio compreendeu a reforma do espaço e a aquisição de equipamentos para os novos leitos, visando contribuir de forma substancial para a ampliação e o incremento na assistência médico-social gratuita à infância do Rio Grande do Norte.

O Poder Legislativo Potiguar também destinou igualitária atenção e amparo aos imprescindíveis serviços prestados pela Liga Norte Riograndense Contra o Câncer, dando prosseguimento, em 2022, ao convênio firmado no final de 2021 que teve por objeto fornecer à instituição um mamógrafo digital de alta tecnologia (Selenia Dimensions, 3000 2D), uma estação de trabalho (SECUREVIEW 1200) e o sistema de orientação para biopsia

de mama ereta (AFFIRM). Os equipamentos permitirão o aumento do número de atendimentos diários de 80 para 100 exames e o aumento da realização de biópsias de maior precisão, pela inovação tecnológica disponibilizada.

A reforma da Catedral Metropolitana de Natal – Paróquia Nossa Senhora da Apresentação foi outra importante meta que a ALRN assumiu como partícipe, por meio da assinatura do Termo de Fomento firmado, em novembro de 2022, com a Arquidiocese de Natal. A partir desta parceria, a Casa se comprometeu em apoiar financeiramente a restauração do prédio da Catedral, na realização de serviços de restauração da fachada voltada para a Avenida Floriano Peixoto.

Fruto de um visionário projeto arquitetônico, a Catedral Metropolitana de Natal é um marco na arquitetura moderna do Estado, possuindo uma importância que se sobrepõe ao contexto religioso, caracterizando-se, também, como um ícone turístico e cultural potiguar.

As parcerias ora relatadas exemplificam o comprometimento do Poder Legislativo do Estado do Rio Grande do Norte com os norte-rio-grandenses, a partir da união das forças de trabalho, em regime de mútua cooperação, para o desenvolvimento potiguar.

### ALRN cantando e encantado a sociedade...

A fluência musical, a criteriosa escolha das canções e o entusiasmo emanado nas apresentações do Coral da ALRN foram amplificados em 2022, graças à arte e ao talento de 21 vozes harmonicamente trabalhadas e potencializadas em repertórios lúdicos, clássicos e também regionalistas que asseguraram o sucesso em suas atividades. As apresentações foram intensificadas por participações em eventos diversificados como no Encontro de Corais da Cidade do Natal, no 20º Encontro Nacional de Coros em Natal, no II Congresso Científico da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Natal, na solenidade de Abertura da 60ª Festa do Boi e em sessões solenes realizadas pela Casa Legislativa.

No ano de 2022, o destaque das atividades restou pela participação em projetos artístico-culturais e em eventos promovidos pela Casa. Os momentos salutares de expansão dos talentosos cantos coletivos representam o aprimoramento de ambos os lados, um momento de transformação, tanto para o coro e seu regente, quanto para o público que acompanha cada execução musical, graças ao empenho de um trabalho constante, totalizado em 72 ensaios de sopranos, 66 de contraltos e 68 de homens.

Conforme a regência, em todo o ensaio foi realizado o trabalho corporal e vocal para o bom uso da voz pelos/pelas servidores/servidoras, com escolha de repertório variado, que os/as levaram ao conhecimento da cultura musical do nosso estado e das diferentes culturas musicais existentes. Tudo isso foi planejado para uma melhor compreensão do mundo e do próprio ser humano, aumentando a qualidade de vida de cada integrante do Coral, refletindo positivamente no âmbito pessoal e profissional dele. Esse fator reverbera na qualidade do produto musical que o público recebe como um precioso presente.

### ALRN preservando e disseminando a história da Cultura e do Legislativo Potiguar...

O Memorial da Cultura e do Legislativo Potiguar (MCLP) é responsável pelo planejamento das ações relacionadas: à valorização da memória, com destaque para a recuperação de elementos e informações que facilitem o resgate da história de mais de 700 parlamentares que passaram pelo Poder Legislativo Estadual a partir de fevereiro de 1835; à gestão do acervo do Memorial, onde parte dos itens encontram-se expostos enquanto outros encontram-se em reserva técnica; e ao desenvolvimento do programa de atividades e aquisições para esta Unidade.

Nesse sentido, o Memorial realizou a curadoria de obras raras e de escritores potiguares para impressão em formato *fac-símile*. Os 6 primeiros volumes a serem publicados serão: “PADRE FRANCISCO DE BRITO GUERRA, UM SENADOR DO IMPÉRIO”, do professor José Melquíades, “UM DEMOCRATA – JOSÉ AUGUSTO B. DE MEDEIROS”, de Nilo Pereira, “ROSEIRA BRAVA E OUTROS VERSOS”, de Palmyra Wanderley, “O PIONEIRO ESQUECIDO”, de Augusto Fernandes, “HORTO”, de Auta de Souza, e “NATAL DAQUI A 50 ANOS”, de Manoel Dantas.

A Unidade também produziu o texto que, após edição e impressão, deu origem ao livro “História Legislativa dos Municípios do Rio Grande do Norte”. A obra contém a descrição dos processos legislativos que deram origem aos 167 municípios do RN. Trata-se de uma verdadeira coleção dos fatos sobre os primeiros municípios potiguares: como nasceram as vilas, os distritos e municípios sob o aspecto legal (Alvará ou Carta Régia, Decreto-Lei, Lei sancionada ou promulgada). A publicação tem como objetivo resgatar informações cobradas pelos próprios entes municipais, além de preservar e disseminar a história dos entes que compõem o Rio Grande do Norte.

A Divisão do Memorial da Cultura e do Legislativo Potiguar e a Divisão de Arquitetura e Engenharia iniciaram a elaboração da primeira expografia do novo MCLP, a ser instalado no antigo Solar Tavares de Lyra e que está sendo totalmente reformado. Tão logo seja concluída a reforma, os novos espaços, móveis, peças gráficas, layouts e os itens contarão as histórias relacionadas à ALRN e à sociedade potiguar. Além disso, também foi iniciada a elaboração das especificações técnicas do mobiliário do novo MCLP, o qual será objeto de processo licitatório futuro.

A parceria com a Diretoria de Gestão Tecnológica foi mantida, objetivando a ampliação da interatividade do visitante no novo MCLP. Os frutos desta relação envolvem a disponibilização de conteúdo informacional da exposição de longa duração em *totens* e na Internet. A página virtual do MCLP fará parte do Portal da ALRN.

O MCLP envolveu-se ainda com a confecção dos bustos dos ex-governadores José Augusto Bezerra de Medeiros – Patrono da ALRN – e Augusto Tavares de Lyra. Essas peças – elaboradas pelo artista plástico local Ery Medeiros – e a estátua da escritora Nísia Floresta integrarão o acervo do novo MCLP e encontram-se sob a guarda do Memorial.

Todo o exposto evidencia a preocupação e o zelo da Casa Legislativa em relacionar-se de modo efetivo com a sociedade.

## Relacionamento da ALRN com a sociedade





## Sustentabilidade Ambiental

A sustentabilidade ambiental tem se firmado como valor estruturante da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte (ALRN). No sentido de intensificar suas atividades e buscar o equilíbrio entre o uso racional dos recursos naturais e o atendimento das necessidades da Casa Legislativa, foram desenvolvidas ações integradas que refletem o empenho da Instituição em promover práticas racionais e sustentáveis, contribuindo para um futuro mais responsável para a atual e as futuras gerações.



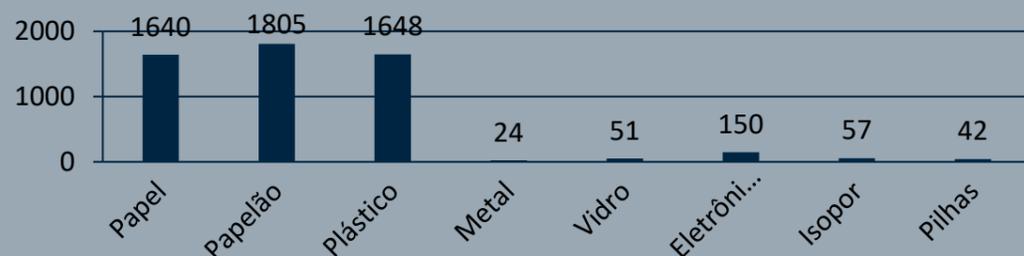
### Comissão de Coleta Seletiva Solidária

Esta Comissão, responsável pelo planejamento, implantação e supervisão do projeto de destinação ambientalmente adequada de resíduos sólidos gerados pela ALRN, continuou desenvolvendo ações importantes no ano de 2022, de acordo com o disposto na Lei Estadual 10.077/2016. A Comissão acompanhou o processo de separação dos resíduos recicláveis descartados na fonte geradora e sua posterior destinação às associações e cooperativas de catadores/catadoras de materiais recicláveis.

Dentre os materiais destinados à cooperativa parceira, constam itens como papel, papelão, plástico, vidro, isopor, madeira e metais. Estes resíduos foram gerados e separados nas unidades legislativas e administrativas. Por isso, como um dos pré-requisitos para o sucesso do Programa é a adequada segregação dos resíduos na fonte, foram realizadas capacitações de servidores/servidoras e parlamentares, além dos Auxiliares de Serviços Gerais (ASG), mediante visitas presenciais programadas nos setores.

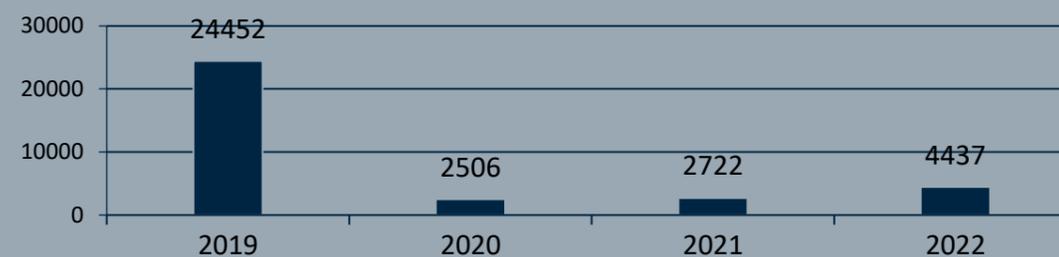
Como resultado, coletou-se em 2022 um total de 4.437 kg de materiais, número 63% maior que o atingido em 2021. Esses materiais recicláveis foram recolhidos e vendidos pela cooperativa parceira para reaproveitamento da matéria-prima e retorno ao ciclo produtivo. A renda proveniente dessa venda foi rateada entre os cooperados/cooperadas, alcançando efetivamente os objetivos socioambientais do projeto.

Quantidade de materiais coletados em 2022 por tipo



Com a criação da Comissão em 2018, a Casa iniciou o planejamento para descarte adequado de itens acumulados ao longo dos anos. Essa ação resultou em um total 24.452kg de materiais destinado à cooperativa em 2019. Após isso, observa-se um gradativo aumento do quantitativo de resíduos coletados desde 2020.

Comparativo entre a quantidade total de materiais coletados nos últimos 4 anos



Além disso, a Comissão esteve à frente de uma ampla campanha para mobilizar servidores e parlamentares para o correto descarte de diversos materiais eletrônicos perigosos, como equipamentos de informática, telefonia, áudio e vídeo, além de pilhas e baterias, utilizando coletores específicos para esse fim. Como resultado, foram coletados 212 Kg de eletrônicos, que foram destinados, sem fins lucrativos, à cooperativa de catadores/catadoras de materiais recicláveis.

Paralelamente, foi renovado o contrato entre a Casa Legislativa e a empresa especializada em coleta e destinação ambientalmente adequada de lâmpadas fluorescentes compactas e tubulares, de luz mista, a vapor de mercúrio e a vapor de sódio usadas na ALRN. Esse processo evita a contaminação do meio ambiente com mercúrio e outros materiais tóxicos presentes em lâmpadas fluorescentes e garante que esses materiais sejam tratados de forma segura. Ao todo, foram recolhidas e destinadas 780 lâmpadas.

Essas ações atenderam ao sistema de logística reversa, forte instrumento de implementação do princípio da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos (Lei Federal n.º 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos) e reafirmaram o compromisso da Casa com a responsabilidade ambiental.

### Recuperação e reutilização de materiais e equipamentos

Ao lado da reciclagem, a reutilização de materiais é um dos pilares da sustentabilidade ambiental, pois promove a utilização mais consciente e eficiente dos recursos disponíveis. Sob esta ótica, a Casa empreendeu, por meio da Gestão de Patrimônio, as seguintes ações: recuperação e posterior reutilização de garrafas térmicas para fornecimento de cafés; produção de blocos de anotações utilizando o verso de folhas de papel; identificação de materiais de escritório que não eram utilizados pelos setores, como organizadores de documentos, grampeadores, perfuradores de papel e pastas dos mais diversos tipos para distribuição às novas unidades requerentes.

Além disso, visando a aprimorar o gerenciamento do acervo mobiliário, foram adquiridos móveis padronizados como estantes, nichos suspensos e armário. Esta medida facilitou a reparabilidade, permitindo a fácil substituição de peças danificadas, bem como permitiu o rearranjo do mobiliário entre os setores da Casa, reduzindo a necessidade de aquisição.

Estas abordagens se encaixaram perfeitamente nos princípios da economia circular, a qual busca prolongar a vida útil dos recursos, reduzindo a geração de resíduos, evitando o desperdício e reduzindo a pressão sobre os recursos naturais.

### **Processo administrativo digital**

A implantação de um sistema de processo administrativo digital é uma medida estratégica que pode trazer benefícios significativos para as organizações e para o meio ambiente. Nesse contexto, no ano de 2022, começou a ser implantada a primeira versão do Sistema de Processo Administrativo Digital da Assembleia Legislativa – Legispad – com a finalidade principal de otimizar o trâmite de processos administrativos da Instituição.

Sob a perspectiva da sustentabilidade ambiental, a difusão do sistema contribui facilitando a colaboração entre equipes e o compartilhamento de informações, evitando a impressão de documentos em papel, o que resulta em economia de recursos naturais e menor descarte de resíduos. Também agiliza o fluxo de informações e reduz a demanda por transporte de documentos físicos.

Em suma, o Legispad não apenas trouxe eficiência operacional, mas também reduziu o consumo de papel, de energia, de toners de impressoras, bem como de combustíveis utilizados em veículos para transporte de processos físicos.





**62<sup>a</sup>**  
**LEGISLATURA**

# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

## MESA DIRETORA

Dep. Ezequiel Ferreira (PSDB)  
**PRESIDENTE**

Dep. Galeno Torquato (PSDB)  
PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE

Dep. Coronel Azevedo (PL)  
SEGUNDO VICE-PRESIDENTE

Dep. George Soares (PV)  
PRIMEIRO SECRETÁRIO

Dep. Gustavo Carvalho (PSDB)  
SEGUNDO SECRETÁRIO

Dep. Kleber Rodrigues (PSDB)  
TERCEIRO SECRETÁRIO

Dep. Francisco do PT (PT)  
QUARTO SECRETÁRIO

## 62ª LEGISLATURA

Dep. Albert Dickson – PSDB  
Dep. Coronel Azevedo – PL  
Dep. Cristiane Dantas – Solidariedade  
Dep. Dr. Bernardo – PSDB  
Dep. Eudiane Macedo – PV  
Dep. Ezequiel Ferreira – PSDB  
Dep. Francisco do PT – PT  
Dep. Galeno Torquato – PSDB  
Dep. George Soares – PV  
Dep. Getúlio Rêgo – PSDB  
Dep. Gustavo Carvalho – PSDB  
Dep. Hermano Moraes – PV

Dep. Isolda Dantas – PT  
Dep. Jacó Jácome – PSD  
Dep. José Dias – PSDB  
Dep. Kelps Lima\* – Solidariedade  
Dep. Kleber Rodrigues – PSDB  
Dep. Nelter Queiroz – PSDB  
Dep. Raimundo Fernandes – PSDB  
Dep. Souza Neto – PSB  
Dep. Subtenente Eliabe – Solidariedade  
Dep. Tomba Farias – PSDB  
Dep. Ubaldo Fernandes – PSDB  
Dep. Vivaldo Costa – PV

Em virtude do afastamento temporário do Deputado Kelps Lima, durante o período de 15/06/2022 a 29/09/2022, o suplente Michael Diniz o substituiu.





**Rio Grande do Norte  
Assembleia Legislativa**

Praça Sete de Setembro, 120, Cidade Alta

CEP: 59025-300 - Natal/RN

🌐 [www.al.rn.leg.br](http://www.al.rn.leg.br)

ISBN 978-6-554-77032-3



9 786554 770323

editora  
**CAULE DE PAPIRO®**

80

12%

100